

Produzido por

Arthur Silva Cheib
Ana Luisa de Camargo Pinheiro
José Mario Brasiliense Carneiro
Eder dos Santos Brito

MAPA DOS
**Consórcios
Intermunicipais
do Estado de
São Paulo**
2020 - 2021

oficina **municipal** 
escola de cidadania e gestão pública

 KONRAD
ADENAUER
STIFTUNG

Todos os direitos reservados à Oficina Municipal.

As opiniões e informações externadas nesta publicação são de exclusiva responsabilidade de seus autores e autoras.

Publisher	José Mario Brasiliense Carneiro
Produção Gráfica	Paulo Azevedo
Preparação de texto	Arthur Cheib e Ana Luisa de Camargo Pinheiro
Revisão	Arthur Cheib e Paulo Azevedo
Capa e projeto gráfico	Paulo Azevedo
Diagramação	Paulo Azevedo e Lucas Porto

Sumário

- 06** **Oficina Municipal**
18 anos de serviço ao bem comum
- 08** **Agradecimento**
- 09** **Apresentação do Mapa dos Consórcios Intermunicipais do Estado de São Paulo**
- 12** **Metodologia**
- 17** **Mapa dos Consórcios**
Introdução à 1ª parte da Pesquisa
- 217** **Projetos dos Consórcios**
Introdução à 2ª parte da Pesquisa
- 250** **Glossário**
- 256** **Contato dos consórcios**

Oficina Municipal
Rua Padre Garcia Velho, 73 cj 61/64
São Paulo/SP - CEP 05421-030, Pinheiros
Tel.: (21) +5511 3032 4330
<https://oficinamunicipal.org.br>
info@oficinamunicipal.org.br

Oficina Municipal

18 anos de serviço ao bem comum

A Oficina Municipal nasceu no ano de 2002 com uma dupla finalidade. Por um lado, formar cidadãos e cidadãs para que possam atuar de forma mais consciente e preparada nas suas responsabilidades cívicas e políticas. Por outro, com o propósito de formar gestores públicos que se dedicam à administração municipal para que possam formular e gerir políticas públicas de modo não apenas eficiente e eficaz, mas que contribuam efetivamente para o bem comum da população e a justiça social.

Na primeira frente, da cidadania, a Oficina realiza diversas atividades de formação política e debates sobre temas fundamentais para a Democracia e o Estado de Direito, bem como, sobre questões contemporâneas ligadas à vida das cidades. Na vertente da gestão pública a Oficina oferece programas de capacitação técnica especialmente montados para servidores e gestores municipais em cargos do primeiro e segundo escalão, dentre eles, Prefeitos e Secretários.

Este conjunto de programas se realiza anualmente graças à parceria com a Fundação Konrad Adenauer (KAS), fundação política alemã, que nos permite oferecer os cursos de forma gratuita e contar com as orientações técnicas de sua direção no Rio de Janeiro. O reconhecimento nacional da Fundação Konrad Adenauer, em seus mais de cinquenta anos de atuação no Brasil, é uma marca de qualidade que valoriza e chancela o trabalho da Oficina Municipal.¹

¹ Para apoiar a oferta de conteúdos voltadas ao aperfeiçoamento da gestão pública, a Oficina publica livros e materiais didáticos que servem de suporte para o trabalho em sala de aula. Tudo isso se dá graças a uma qualificada equipe de colaboradores diretos, na maior parte especialistas em gestão pública, bem como, a um grupo seletivo de professores e gestores com larga experiência em administração pública municipal.

A Fundação Konrad Adenauer traz consigo o referencial da Alemanha enquanto país dotado de um regime democrático consolidado, com papel de liderança na União Européia. Parte do sucesso político e administrativo da Alemanha resulta de uma estrutura federativa eficiente e descentralizada, formada por dezesseis Estados federados (*Länder*), cerca de doze mil Municípios (*Gemeinde*) e aproximadamente quatrocentos Governos Regionais (*Landkreise*).

Tendo como base o referencial alemão da cooperação federativa, em 2020, no desafiador contexto da pandemia do COVID-19, a Oficina Municipal deu início a um projeto de pesquisa para elaboração do **Mapa dos Consórcios Intermunicipais do Estado de São Paulo**. O projeto brotou naturalmente a partir da trajetória da Oficina Municipal enquanto escola de cidadania e gestão pública com atuação destacada em favor da cooperação intermunicipal nas áreas da *educação, finanças públicas e desenvolvimento econômico regional*.

Após uma série de encontros com pesquisadores de vanguarda no tema da cooperação federativa e dezenas de entrevistas com gestores de consórcios, o **Mapa dos Consórcios Intermunicipais do Estado de São Paulo** ganhou forma e agora chega às suas mãos. Esperamos que com esta publicação os consórcios intermunicipais se tornem mais conhecidos na sua estrutura e composição, bem como, nos projetos que desenvolvem. Este Mapa traz informações pouco conhecidas e que interessarão a pesquisadores e gestores públicos que se dedicam a este modelo inovador de gestão que certamente irá marcar a administração dos Municípios brasileiros no futuro.

Agradecimento

A elaboração do **Mapa dos Consórcios Intermunicipais do Estado de São Paulo** contou com a participação de vários profissionais que, cada um a seu modo, contribuíram com a coleta, organização e sistematização de uma quantidade significativa de dados e informações sobre o tema em vista.

Graças a uma estreita colaboração com a equipe técnica da Oficina Municipal foi possível desenvolver um apurado processo de pesquisas e entrevistas sobre os distintos focos de interesse: a organização, o funcionamento e os projetos dos consórcios intermunicipais do Estado de São Paulo. Os esforços conjuntos para priorização das informações foram determinantes para a formatação e a apresentação dos conteúdos deste volume. Dentre este amplo grupo de profissionais que seria impossível nomear, nos cabe agradecer, em primeiro lugar, aos gestores que foram entrevistados nos distintos consórcios intermunicipais, bem como, aos seus respectivos dirigentes que autorizaram e apoiaram este trabalho. O precioso tempo que os entrevistados se dispuseram a oferecer para responder às perguntas acerca da realidade regional foi fundamental para que a robustez científica desta pesquisa fosse garantida. Agradecemos também pela diligência com que nos atenderam e pela receptividade que demonstraram ao projeto com um todo, colocando-se como efetivos parceiros, numa perspectiva de longo prazo.

Em segundo lugar, agradecemos o indispensável apoio técnico que recebemos de renomados pesquisadores dedicados ao tema dos consórcios intermunicipais e dos arranjos regionais de cooperação. Em especial, gostaríamos de nomear as pesquisadoras Maria do Carmo Meirelles Toledo Cruz, Thamara Strelec e Karine Sousa Julião, bem como, o pesquisador Marcos Gregório Borges. As sugestões recebidas deste seletivo grupo permitiram-nos observar o rigor acadêmico e metodológico necessários à produção do mapa e torná-lo um material acessível e interessante para os gestores de políticas públicas em nível regional.

Por fim, mas não menos importantes, agradecemos à Rede Nacional dos Consórcios Públicos, na pessoa de seu presidente Victor Borges Graças, pela generosidade com que nos concedeu uma entrevista sobre o consórcio do qual é Secretário Executivo, o CODEVAR (Consórcio de Desenvolvimento do Vale do Rio Grande – SP) e pela sua presteza no estabelecimento de contatos com dirigentes de diversos consórcios do Estado de São Paulo.

Apresentação do Mapa dos Consórcios Intermunicipais do Estado de São Paulo

A Oficina Municipal (OM), em parceria com a Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung (KAS), busca com este Mapa dos Consórcios Intermunicipais do Estado de São Paulo adentrar mais profundamente na realidade da cooperação federativa em nível subnacional. Com dezoito anos de experiência atuando junto aos municípios no campo da capacitação de gestores e do desenvolvimento profissional de agentes públicos, a OM optou, neste momento, por focar a realidade consorcial sob um ângulo complementar, o da pesquisa aplicada à gestão pública.

Como se sabe as primeiras experiências relevantes de consórcios intermunicipais ocorreram no Brasil nas décadas de 1970 e 1980. Naquela época os consórcios adotavam a personalidade jurídica de associações civis de direito privado que não ofereciam suficiente segurança jurídica para uma atuação típica da esfera pública, bem como, não garantiam institucionalmente a continuidade de projetos e programas, sem falar na pouca clareza das obrigações, por exemplo, no tocante à prestação de contas aos órgãos de controle.

Na década de 1990, houve uma significativa expansão e diversificação das áreas de atuação com as quais os consórcios intermunicipais, em vários estados do país,

passaram a trabalhar (Grin, 2019). Dentre os novos setores abraçados pelos consórcios teve destaque a saúde, o meio ambiente, a gestão de resíduos sólidos e o desenvolvimento regional.

Esta expansão setorial e numérica dos consórcios passou a pressionar o legislador federal, e as três esferas de Governo, na busca de um novo marco legal capaz de agasalhar juridicamente o fenômeno do consorciamento que tornava-se mais complexo e exigente. Finalmente, com a promulgação da Lei dos Consórcios Públicos (Lei 11.107/2005) criou-se uma figura jurídica de direito público com perfil de autarquia intermunicipal que passou a dar a necessária robustez institucional a esta instância de planejamento e gestão de caráter intermediário entre o nível dos municípios e dos estados federados.

As antigas associações privadas passaram, paulatinamente, a ser transformadas em consórcios intermunicipais de direito público. Por outro lado, novos consórcios começaram a surgir com a nova personalidade jurídica autárquica, na administração indireta, criados por leis específicas aprovadas nas Câmaras de Vereadores dos municípios constituintes, com patrimônio próprio, atribuições específicas, autonomia administrativa e financeira.

Desde então, observa-se uma tendência de crescimento do número de consórcios intermunicipais em todo o país não apenas em nível municipal como também em nível estadual. A criação dos consórcios intermunicipais, em geral, tem como objetivo promover a cooperação horizontal entre os municípios a partir de demandas concretas colocadas pela sociedade, e pelos próprios Poderes Executivos, nos diversos setores já mencionados, bem como, em novos setores como o da educação e da cultura, sem falar nas áreas de infraestrutura de abastecimento, saneamento e transporte, dentre outras.

A cooperação horizontal se tornou uma necessidade, em especial, para os pequenos e médios municípios, tendo em vista o aumento de suas responsabilidades e competências. Como se sabe, a Constituição Federal de 1988, ao elevar os municípios ao status de entes federativos, apontou claramente na direção da descentralização federativa de inúmeros serviços, políticas e equipamentos públicos (Teixeira, Meneguim, 2012).

No atual contexto de pandemia (COVID-19), a cooperação intermunicipal tem se mostrado um importante instrumento de gestão de políticas públicas, especialmente na área da saúde. Da mesma for-

ma, o setor da educação tem se valido dos consórcios para formulação de protocolos regionais para o retorno seguro às aulas e para realização das adaptações pedagógicas e curriculares decorrentes do isolamento social.

Sem falar na recuperação econômica que, no contexto de pandemia, poderá em muito se beneficiar da cooperação entre os Municípios de uma mesma região no tocante ao estímulo às empresas e à geração de emprego. Neste sentido, já se observam consórcios que promovem, por exemplo, a realização de planos estratégicos de desenvolvimento regional e ainda, o ganho de escala econômica por meio de compras públicas consorciadas.

No entanto, observa-se que existem poucos levantamentos sistemáticos de informações sobre os consórcios intermunicipais e que muitos dos bancos de dados existentes sobre o tema não vêm sendo atualizados. Por outro lado, observa-se que o momento é muito oportuno para o compartilhamento de experiências e projetos entre os consórcios do Estado de São Paulo, bem como, de outros estados.

Diante deste cenário favorável, acelerado pela trágica crise pandêmica, a presente pesquisa se propõe a responder a duas perguntas fundamentais no vasto campo do consorciamento: 1) Quais são os consórcios intermunicipais existentes no Estado de São Paulo e; 2) Quais foram os principais projetos que estes consórcios desenvolveram no biênio 2019 e 2020?

Por se tratar da primeira pesquisa realizada pela Oficina Municipal recorreu-se às bases de dados existentes sendo que não foi encontrada nenhuma plataforma atualizada capaz de dar respostas satisfatórias a estas duas perguntas. Esta constatação nos levou a empreender um grande esforço de atualização de cadastros, estabelecimento de contatos e realização de entrevistas pessoais no sentido de levantar o status dos consórcios e seus principais projetos.

Em suma, o presente Mapa dos Consórcios Intermunicipais do Estado de São Paulo busca dar a conhecer as distintas realidades dos consórcios identificados, bem como, seus históricos institucionais e estruturas. Além disso, busca apontar boas práticas no desenvolvimento e execução de projetos regionais e compreender de forma básica as singularidades de cada território onde os consórcios operam.

Com o resultado aqui obtido, espera-se oferecer uma ferramenta que permita aos consórcios enxergarem a si mesmos na perspectiva de sua importante inserção na administração pública do Estado. Além disso, e sobretudo, espera-se oferecer uma plataforma de informações que possa colaborar no sentido de promover maiores sinergias entre os consórcios e eventuais colaborações em redes temáticas ou territoriais.

Com este trabalho a Oficina Municipal espera contribuir com a superação do desafio de tornar os consórcios paulistas mais integrados em favor de um maior sucesso na formulação e implementação de políticas públicas fundamentais para a sociedade. No atual contexto é mister fortalecer os laços de solidariedade humana e institucional na busca de soluções criativas e efetivas para superação de desafios socioeconômicos e ambientais.

Fazemos votos que os agentes sociais, políticos e econômicos despertem, mais e mais, para o tema da regionalização das políticas públicas e da cooperação federativa.

Muito obrigado e boa leitura!

Equipe Oficina Municipal em parceria com a Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung

Metodologia

O primeiro passo do projeto de pesquisa que levou à produção deste Mapa dos Consórcios Intermunicipais do Estado de São Paulo, consistiu na realização de uma revisão bibliográfica. Nos concentramos especialmente nos dados e informações históricas acerca dos consórcios (CNM, 2016; Carneiro e Brito, 2019), bem como, nos levantamentos existentes sobre os consórcios intermunicipais do Estado de São Paulo (Observatório Municipalista de Consórcios Públicos da Confederação Nacional dos Municípios - CNM, 2017; Cruz e Batista, 2019; Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, 2019).

Os levantamentos supracitados foram fundamentais para a delimitação do escopo da pesquisa. Como a meta era cobrir todos os consórcios intermunicipais do Estado de São Paulo foi feito um cruzamento entre a relação dos consórcios produzida por Cruz e Batista (2019)¹ com a base de dados dos consórcios intermunicipais do Brasil produzida pelo Observatório Municipalista de Consórcios Públicos da CNM² da qual foram filtrados apenas os consórcios paulistas.

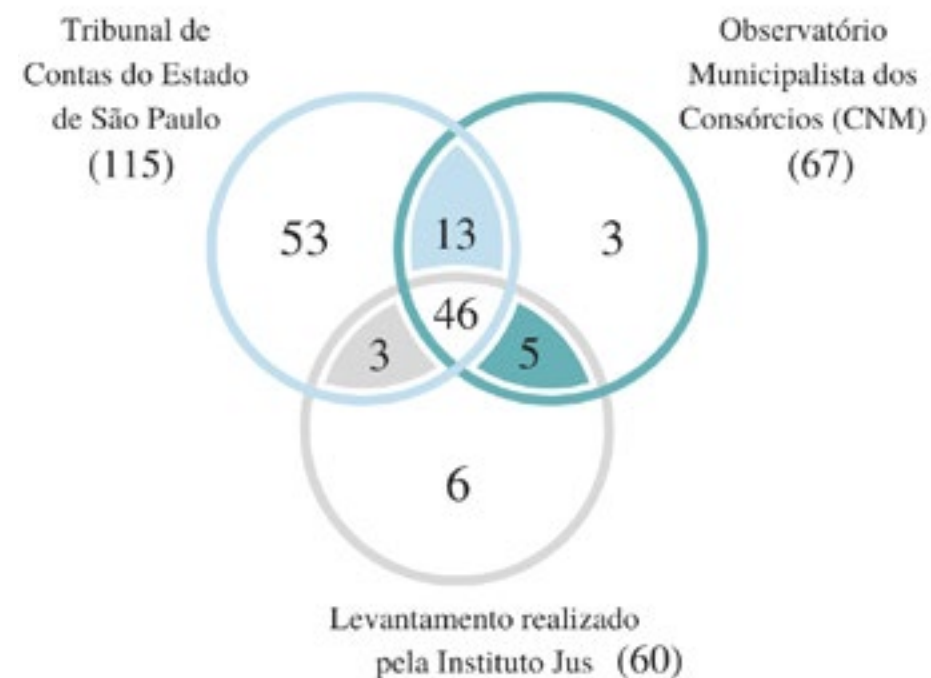
Tendo como base esse primeiro cruzamento de dados, obtivemos os seguintes grupos de consórcios:

- I) Os que se encontravam somente na relação de Cruz e Batista (2019): 12%;
- II) Os que se encontravam somente nos dados do Observatório Municipalista: 21%;
- III) e, por fim, os que se encontravam em ambos: 67%.

Em seguida, realizamos um terceiro cruzamento, relacionando os levantamentos de Cruz e Batista (2019) e do Observatório, com a lista do conjunto de órgãos fiscalizados pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE/SP), cuja qualificação “Tipo de órgão”, utilizada pela instituição, correspondesse aos termos “consórcio municipal” ou “organização social-municipal”.³

Desse cruzamento, obtivemos o universo de 129 (cento e vinte e nove) consórcios intermunicipais que foi definido como o recorte fundamental desta pesquisa (figura 1).

Figura 1: Quantidade de consórcios públicos intermunicipais do Estado de São Paulo de acordo com diferentes fontes



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Observatório Municipalista de Consórcios Públicos da CNM, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e de Cruz e Batista (2019).

Em seguida, delimitamos o conjunto de informações que comporiam o banco de dados para construção do Mapa, a saber: site do consórcio; data de criação; CNPJ; lei de referência; natureza jurídica; nomes dos municípios membros; endereço da sede; telefone e/ou e-mail de contato; estrutura administrativa; finalidades do consórcio; áreas de atuação; prazo do consórcio; lista das câmaras técnicas; lista dos grupos de trabalho; e lista dos projetos existentes.

Após a definição dos dados a serem coletados, procuramos pelos 129 consórcios, no site da Receita Federal, a fim de obtermos a situação cadastral do CNPJ de cada um deles. Dentre os 129 (cento e vinte e nove) consórcios priorizados como escopo de pesquisa foram encontrados os CNPJ de 117 (cento e dezessete) consórcios, sendo que 83 (oitenta e três) estavam ativos⁴, 25 (vinte e cinco) estavam inaptos⁵ e 9 (nove) baixados.

¹ Cruz e Batista (2019) chegaram a um total de 60 consórcios intermunicipais existentes no estado de São Paulo.

² O Observatório Municipalista dos Consórcios Públicos da CNM (2017) obteve um total de 67 formulários únicos, respondidos por consórcios paulistas na intenção de obter informações de todos os consórcios do Brasil.

³ Na lista contendo um total de 115 consórcios, que correspondem aos órgãos fiscalizados pelo TCE/SP, dois (2) desse total são consórcios que foram identificados como do tipo “Organização social-municipal”, segundo a classificação do TCE/SP.

⁴ De acordo com o artigo 39 da Instrução Normativa da Receita Federal nº 1863, de 27 de dezembro de 2018, a inscrição no CNPJ é enquadrada na situação cadastral ativa quando a entidade ou o estabelecimento filial, conforme o caso, não se enquadrar em nenhuma das demais situações cadastrais (suspensa, inapta, baixada ou nula).

⁵ De acordo com o artigo 41 da Instrução Normativa da Receita Federal nº 1863, de 27 de dezembro de 2018, a inscrição no CNPJ da pessoa jurídica é declarada inapta por dois motivos: omissão de declarações e demonstrativos por 2 exercícios consecutivos ou por não ser localizada.

Obtida a situação de cadastro de CNPJ dos consórcios intermunicipais do Estado de São Paulo e motivados pela Instrução Normativa da Receita Federal nº 1863, de 27 de dezembro de 2018, reduzimos o escopo da pesquisa para o universo de 83 (oitenta e três) consórcios intermunicipais, ou seja, aqueles constavam no site da Receita como ativos.⁶

Após a redefinição do escopo da pesquisa, iniciamos a primeira fase de coleta de dados através de pesquisa digital, com o levantamento do conjunto de informações para composição do banco de dados e com uma leitura atenta dos principais documentos institucionais de cada consórcio: Estatuto; Protocolo de Intenções; Relatórios de Atividades Anuais de 2019 e 2020. Esses documentos foram encontrados principalmente nos sites institucionais dos consórcios intermunicipais. Quando possível foram também buscadas informações nas páginas de outras mídias digitais, dentre elas, os websites das prefeituras dos municípios consorciados que dispunham de informações relevantes.

Durante a coleta dos dados foi possível observar que os websites institucionais e as mídias digitais dos consórcios e/ou das prefeituras dos municípios consorciados nem sempre dispunham de todas as informações necessárias, principalmente aquelas relacionadas aos projetos desenvolvidos em 2019 e 2020. Parte dessa dificuldade na obtenção de dados e informações sobre projetos foi compensada durante a segunda fase da pesquisa, na qual foram realizadas entrevistas por chamada de vídeo⁷ ou por e-mail com o responsável executivo⁸ ou outro representante credenciado em cada consórcio.

Buscou-se inicialmente um contato por telefone e, posteriormente, por e-mail, a fim de agendar a entrevista por vídeo ou por escrito com os 83 consórcios ativos. Desse total, foi possível fazer contato com 45 (quarenta e cinco) consórcios intermunicipais, o equivalente a 54,2% do escopo de pesquisa, sendo 37 (trinta e sete) por telefone e 8 (oito) via e-mail. Foram agendadas 29 (vinte e nove) entrevistas, das quais 21 (vinte e uma) foram de fato realizadas, sendo que 17 (dezessete) foram feitas como chamada de vídeo, com duração média de 45 minutos cada, 3 (três) via e-mail e 1 (uma) por telefone.

Durante as entrevistas, em um primeiro momento foram confirmadas e validadas as informações gerais obtidas acerca dos consórcios durante a primeira fase da pesquisa. Em um segundo momento, buscou-se obter dados e informações detalhadas sobre os projetos desenvolvidos pelo consórcio.

Ao longo do processo de agendamento de entrevistas com os representantes executivos dos consórcios contamos com o precioso apoio da Rede Nacional de Consórcios Públicos (RNCP) para a obtenção de contatos que nos permitiram oficializar o convite para a participação na pesquisa a muitos consórcios.

Concomitantemente à realização das entrevistas, teve início a terceira fase da pesquisa, na qual se fez o levantamento de dados e indicadores municipais para a contextualização regional de cada consórcio intermunicipal no Estado de São Paulo. Com este propósito, foram reunidas informações sobre os aspectos demográficos, econômicos, sociais, geográficos e educacionais. Foram priorizados os seguintes dados: população (2020); extensão da área territorial (2020); qualificação do IDHM (2010); valor do PIB per capita do município (2017); total de despesas empenhadas (2019); bacia hidrográfica (2020); e IDEB anos iniciais e finais (2019).

Das três fases da pesquisa acima referidas - (i) levantamento de dados institucionais (ii) realização de entrevistas e (iii) levantamento de dados municipais regionais - a primeira foi fundamental para delimitação dos dos consórcios intermunicipais que finalmente fizeram parte do Mapa dos Consórcios Intermunicipais do Estado de São Paulo. Importante afirmar que afinal 49 (quarenta e nove) consórcios dispunham de website ou alguma plataforma digital para obtenção dos seus principais dados institucionais.⁹ O sucesso da pesquisa se deu, portanto, graças a um conjunto de fontes oficiais complementares entre si, a saber: website oficial; redes sociais; telefone; e-mail; canal “fale conosco” do consórcio.

Ao término da fase de pesquisa teve início a redação do Mapa dos Consórcios Intermunicipais do Estado de São Paulo. A versão final ficou composta de duas partes: a primeira dedicada à apresentação geral de cada consórcio com os quais foi possível realizar entrevistas de aprofundamento e a validação dos dados levantados pelos canais institucionais do consórcio; a segunda com a apresentação dos programas e projetos organizados por temas, ou setores, de atuação dos consórcios intermunicipais onde são descritos de forma sucinta os principais projetos em desenvolvimento.

⁶ O roteiro da entrevista está no apêndice A.

⁷ Entende-se por responsável executivo do consórcio o secretário, ou superintendente ou cargo equivalente.

⁸ Entende-se por responsável executivo do consórcio ou secretário, ou superintendente ou cargo equivalente.

⁹ Vale ressaltar que esse número não corresponde ao total de consórcios com o CNPJ ativo na Receita Federal, e nem ao total histórico de consórcios no Estado de São Paulo, mas ao total de instituições das quais foi possível obter dados e informações digitalizadas

Mapa dos
Consórcios

Introdução à 1ª Parte da Pesquisa

A primeira parte do **Mapa dos Consórcios Intermunicipais do Estado de São Paulo** tem por objetivo permitir ao leitor conhecer cada um dos consórcios intermunicipais apresentados, bem como, o contexto regional em que se encontra. A apresentação de cada consórcio se inicia com uma breve descrição de sua história e, em alguns casos, das atividades que desenvolve. Em seguida, expõem-se aspectos específicos da realidade consorcial: quais são os municípios membros; qual a localização do município-sede; sua natureza jurídica etc. Posteriormente, é descrita sua estrutura organizacional e, caso as possua, são indicadas as câmaras técnicas e grupos de trabalho já constituídos.

Finalmente, apresenta-se seis indicadores socioeconômicos do território abrangido pelo total das áreas dos municípios consorciados. Com estes indicadores agrupados regionalmente pretende-se contextualizar cada um dos consórcios como uma unidade territorial dotada de uma certa homogeneidade. Ao chamar a atenção para o perfil regional busca-se permitir que o leitor reconheça a diversidade das circunstâncias em que cada um dos consórcios está inserido no Estado de São Paulo. É bem verdade que as regiões paulistas gostam de uma imagem no imaginário das pessoas. Ao dar substância a cada uma destas regiões com números e estatísticas, suas especificidades ficaram ainda mais claras, o que permite ao leitor uma ponderação das situações segundo o contexto.

Antes que o leitor prossiga na leitura dos textos desta primeira parte é relevante recordar que os parágrafos descritivos que se seguem variam, em conteúdo e extensão, de acordo com dois fatores: 01) diferem em primeiro lugar pela quantidade e qualidade das informações disponibilizadas por cada consórcio em seus meios oficiais de comunicação (websites com conteúdo atual e relatos históricos pormenorizados; redes sociais; relatórios anuais; atas de reuniões; clipping de notícias etc.); 02) Em segundo lugar, também se diferenciam em função da quantidade de entrevistas que foi possível realizar em cada um dos consórcios no prazo definido pelo cronograma de pesquisa.

Naturalmente, os consórcios que estão dotados de meios oficiais de comunicação melhor estruturados e onde as entrevistas foram mais ricas, permitiram a produção de um texto mais detalhado. Esperamos que nas próximas edições que estão previstas para este **Mapa dos Consórcios Intermunicipais do Estado de São Paulo** se torne ainda mais rica e equânime a quantidade e qualidade de informações aqui contidas, certos da compreensão dos seus gestores, bem como, dos leitores, com relação a este primeiro esforço de pesquisa.

Consórcio Intermunicipal Ribeirão Lajeado

Das matas ciliares aos recursos hídricos e à saúde

O Consórcio Intermunicipal Ribeirão Lajeado (CIRL) foi criado em 1991 e atua na área de meio ambiente, com foco na realização de serviços de proteção, recuperação e preservação do Ribeirão Lajeado, único manancial de abastecimento público de Penápolis. A redução das matas naturais da localidade a um nível de dez por cento da sua extensão originária ocorreu, na sua maior parte, durante as últimas décadas do século XX e motivou, preponderantemente, a criação do consórcio. Grande parte das regiões desmatadas foram utilizadas como campos agrícolas para o cultivo da cana-de-açúcar, além de terem servido à pecuária.

Diante dessa situação, o CIRL identificou uma oportunidade para iniciar um processo de recuperação e proteção ambiental. A partir das iniciativas ambientais, o Consórcio se desenvolveu com um caráter multifinalitário, em direção a outras áreas como saúde e gestão de recursos hídricos.

MUNICÍPIO-SEDE:
Penápolis

Municípios membros

- Alto Alegre
- Barbosa
- Penápolis



*Imagem com precisão aproximada

Sede e natureza jurídica

Com sede na cidade de Penápolis, o Consórcio constituiu-se na forma de associação privada.

Estrutura organizacional

- Conselho de prefeitos
- Coordenadoria
- Secretaria executiva
- Contabilidade

Câmaras Técnicas

Não possui.

Grupos de trabalho

Não possui.

Dados do território

POPULAÇÃO 2020

75.313

REPRESENTATIVIDADE DE
POPULAÇÃO EM RELAÇÃO
AO ESTADO DE SÃO PAULO

0,16%

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

R\$0,26 bi

PIB PER CAPITA

R\$ 22.069

IDHM | IDEB

Alto Alto Alegre | 8.1
Penápolis | 7.1

Médio Barbosa | 7.0

Bacia Hidrográfica

Baixo Tietê 100 %

Consórcio Intermunicipal do Trem Republicano

Um trem republicano movendo a região

A ideia por trás do Consórcio Intermunicipal do Trem Republicano teve início no ano de 2005 quando a Prefeitura de Itu recebeu um convite do Movimento de Preservação Ferroviária para apresentar uma comunicação técnica no VIII Seminário Nacional de Preservação e Revitalização Ferroviária, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro.

Dois anos depois, em 2007, a partir daquela iniciativa embrionária em terras cariocas, as prefeituras das cidades de Itu e Salto identificaram uma possibilidade de avançar com um projeto institucional mais amplo durante a construção da rodovia Engenheiro Herculano de Godoy Passos. Esse projeto rodoviário deixou uma passagem sobre a rodovia para o chamado Trem Republicano, abrindo uma janela de oportunidade que foi detectada rapidamente pelas duas prefeituras. Um ano depois, os dois municípios foram buscar no Ministério do Turismo o investimento necessário para executar a obra e, naquele momento, criou-se o Consórcio Intermunicipal do Trem Republicano.

Entre 2010 e 2020 a obra foi paralisada e retomada algumas vezes. Atualmente, discute-se as formas de benefício econômico, social e cultural que essa nova atração turística poderá trazer para os dois municípios membros do consórcio de forma permanente.

Como transparece no relato do seu histórico, o consórcio tem um objetivo bastante sustentável e legítimo que é exatamente a cooperação técnica e financeira para a gestão do patrimônio urbanístico, paisagístico e turístico comuns entre os municípios da Estância Turística de Salto e da Estância Turística de Itu. A implementação do Projeto Trem Republicano poderá ter um caráter referencial para outros territórios servidos por antigas malhas ferroviárias.



*Imagem com precisão aproximada

MUNICÍPIO-SEDE:
Salto

Municípios membros

- Itu
- Salto

Sede e natureza jurídica

Com sede na cidade de Salto, o consórcio constituiu-se na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica na forma da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e seu Decreto 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

Estrutura organizacional

- Assembleia geral
- Presidente
- Tesoureiro
- Conselho fiscal

Câmaras Técnicas

Não possui.

Grupos de trabalho

Não possui.

Dados do território

POPULAÇÃO 2020

295.304

REPRESENTATIVIDADE DE POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO ESTADO DE SÃO PAULO

0,64%

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

R\$ 1,06 bi

PIB PER CAPITA

R\$ 53.456

IDHM | IDEB

Alto Itu | 6.1
 Salto | 6.9

Bacia Hidrográfica

Sorocaba e Médio Tietê	82,2%
Piracicaba / Capivari / Jundiá	17,2 %

Consórcio Intermunicipal Culturando

O primeiro Consórcio de Cultura do Brasil

O Consórcio Intermunicipal Culturando (CIC) é o primeiro consórcio público do Brasil especificamente voltado à cultura. Concebido em 2010, o consórcio foi planejado e articulado pela Associação de Gestão Cultural no Interior Paulista (AGCIP). Esse movimento teve início como um projeto de criação de uma revista para a divulgação dos trabalhos culturais desenvolvidos regionalmente e acabou expandindo, a ponto de ganhar uma institucionalidade própria. O CIC nasceu, portanto, baseado na proposta de resolver um problema comum de acesso à cultura, buscando estender suas iniciativas de modo a atender a cerca de 400 mil cidadãos que vivem nos municípios consorciados, a partir de um estreito diálogo e cooperação das prefeituras.

Desde a fundação, o consórcio desenvolveu diversas ações culturais e esportivas, muitas delas em parceria com os governos federal e estadual. Outras atividades ocorreram por meio da integração e da gestão associada dos municípios consorciados. Inicialmente, o consórcio contou com dezesseis municípios membros, número que rapidamente subiu para a casa dos vinte.

Tendo como uma das finalidades específicas a atuação “por meio de ações no interior paulista, como gestor, articulador, planejador e executor, na área de cultura” o CIC procura focar suas ações em alguns eixos principais: Produção simbólica e diversidade cultural; Cultura, cidade e cidadania; Cultura e desenvolvimento sustentável; Cultura e economia criativa; Gestão e institucionalidade da cultura.

Até o momento, o consórcio capitalizou mais de 30 milhões de reais para o desenvolvimento de iniciativas culturais nos municípios consorciados por meio de diferentes projetos. Além disso, por ter concentrado sua atuação no campo da cultura e tornado-se uma referência nacional nessa área, o CIC conseguiu atrair outros recursos públicos sendo que, somente no ano de 2020, cerca de 1,8 milhões de reais foram a ele direcionados por meio de emendas parlamentares para os distintos municípios consorciados.

Por ser considerado um modelo na gestão cultural de pequenos e médios municípios, o CIC já participou de diferentes eventos acadêmicos e promocionais, buscando compartilhar suas boas práticas. Interessante notar o poder de alcance e a efetividade de seus projetos que ultrapassam uma única região, fazendo com que os municípios membros localizados em outros pontos do estado cooperem horizontalmente, criando uma rede de cidades e polos culturais que se espraiam por diversos territórios, do interior e do litoral.

*Imagem com precisão aproximada



Municípios membros

- Guataporá
- Jaboticabal
- Jardinópolis
- Monte Alto
- Monte Azul Paulista
- Pitangueiras
- Queluz
- Santa Lúcia
- Ubatuba
- Viradouro
- Vista Alegre do Alto

03

Sede e natureza jurídica

Com sede no município de Monte Alto, o consórcio constituiu-se na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e de natureza autárquica na forma da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e seu Decreto 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

Estrutura organizacional

- Assembleia Geral
- Conselho Consultivo:
 - Sindicatos
 - Indústria
 - Comércio
 - Serviços
 - Sociedade civil organizada
- Secretaria executiva:
 - Diretorias administrativa e financeira
 - Diretoria de projetos
 - Diretoria jurídica
 - Assessoria de comunicação

Câmaras Técnicas

Não possui.

Grupos de trabalho

Não possui.

Dados do território

POPULAÇÃO 2020

382.441

REPRESENTATIVIDADE DE POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO ESTADO DE SÃO PAULO

0,83%

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS

R\$ 1,38 bi

PIB PER CAPITA

R\$ 29.002

IDHM | IDEB

Alto	Guatapar 5.7	Pitangueiras 6.8
	Jaboticabal 6.5	Queluz 6.0
	Jardinópolis 5.6	Ubatuba 6.2
	Monte Alto 6.4	Viradouro 5.6
	Monte Azul Paulista 7.0	Vista Alegre do Alto 6.6

Bacia Hidrográfica

Mogi-Guaçu	41,7 %
Litoral Norte	17,3 %
Turvo / Grande	17,3 %
Pardo	12,3 %
Paraíba do Sul	6,1 %
Baixo Pardo / Grande	5,3 %

Consórcio de Desenvolvimento da Região Sul e Sudoeste do Estado de São Paulo

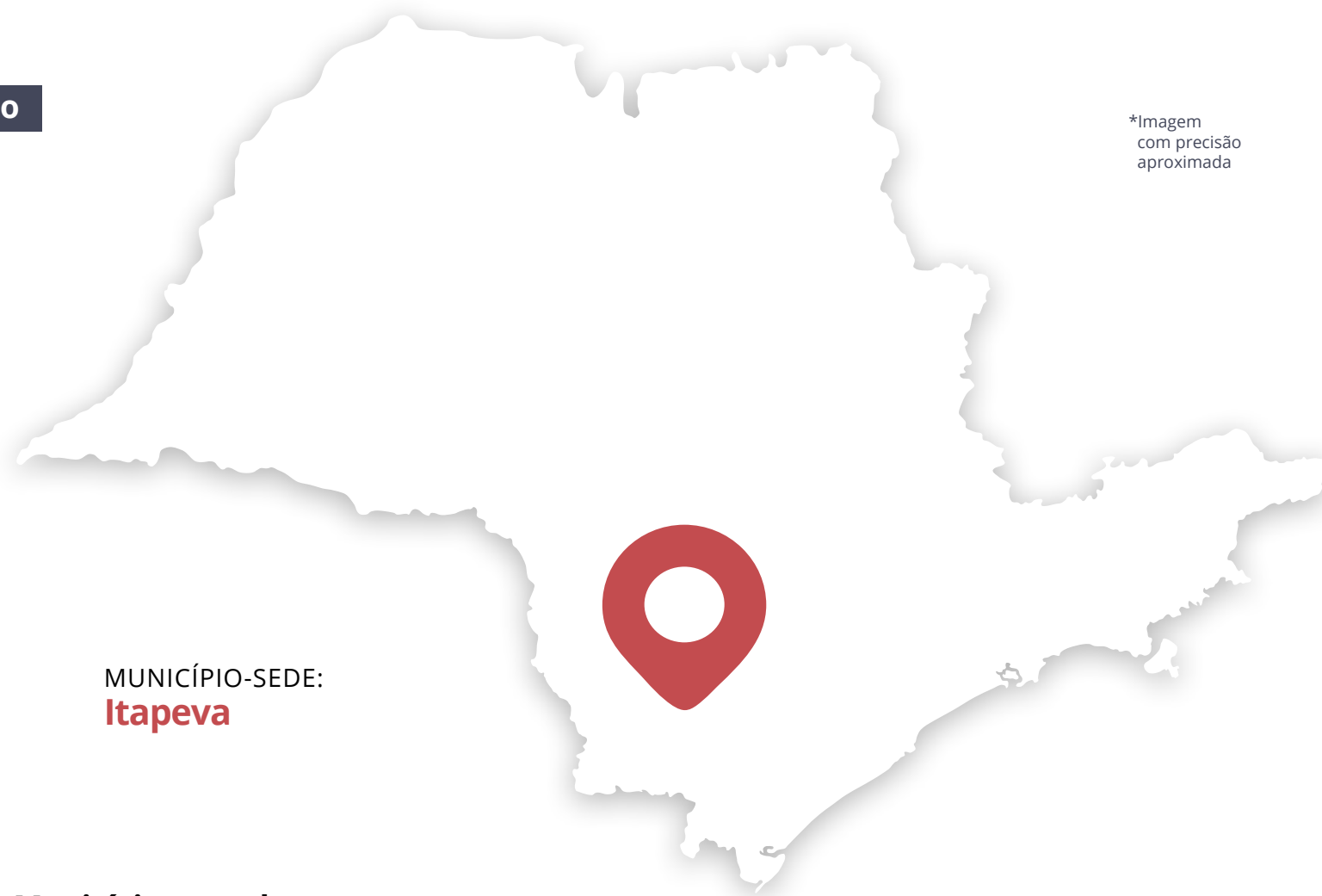
A promoção do desenvolvimento da região sul do estado de São Paulo

Ao ser criado em 1995, o Consórcio de Desenvolvimento das Regiões Sul e Sudeste do estado de São Paulo tinha por finalidade o planejamento, a adoção e a execução de programas e medidas que pudessem acelerar o desenvolvimento socioeconômico da região formada a partir dos limites municipais de seus membros consorciados.

Ao longo de sua história, o CONDERSUL manteve-se fiel a esse propósito e procurou também representar a região perante outros entes da federação, além de atuar na elaboração de estudos e de serviços que permitissem impulsionar as atividades agrícola, industrial e comercial da região.

É interessante notar que em seu estatuto primário, também incumbiu-se o consórcio de assessorar e cooperar com as câmaras de vereadores dos municípios consorciados para a adoção de medidas legislativas que pudessem colaborar com a melhoria da administração pública municipal da região como um todo.

Atualmente, o consórcio se encontra em um importante momento de reestruturação e tem recorrido ao auxílio de outros consórcios de regiões próximas que oferecem bons modelos e experiências para a consolidação de um novo formato de atuação.



MUNICÍPIO-SEDE:
Itapeva

Municípios membros

- Apiaí
- Barra do Chapéu
- Bom Sucesso de Itararé
- Buri
- Campina do Monte Alegre
- Capão Bonito
- Guapiara
- Itaóca
- Itapeva
- Itapirapuã Paulista
- Itararé
- Nova Campina
- Ribeira
- Ribeirão Branco
- Ribeirão Grande
- Riversul
- Taquarivaí

Sede e natureza jurídica

Com sede no município de Itapeva, o consórcio constituiu-se na forma de associação privada.

Estrutura organizacional

Informação indisponível no site.

Câmaras Técnicas

Não possui.

Grupos de trabalho

Não possui.

04

Dados do território

POPULAÇÃO 2020

325.613

REPRESENTATIVIDADE DE
POPULAÇÃO EM RELAÇÃO
AO ESTADO DE SÃO PAULO

0,71%

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

R\$ 1,05 bi

PIB PER CAPITA

R\$ 20.591

IDHM | IDEB

Alto
Apiaí | 6.5
Campina do Monte Alegre | 6.1
Capão Bonito | 6.7
Itapeva | 7.0
Itararé | 6.6
Ribeirão Grande | 6.4

Médio
Barra do Chapéu | 5.6
Bom Sucesso de Itararé | 6.1
Buri | 6.4
Guapiara | 6.1
Itaóca | 6.0
Itapirapuã Paulista | 6.8
Nova Campina | 6.0
Ribeira | 6.0
Ribeirão Branco | 6.9
Riversul | 6.3
Taquarivaí | 6.7

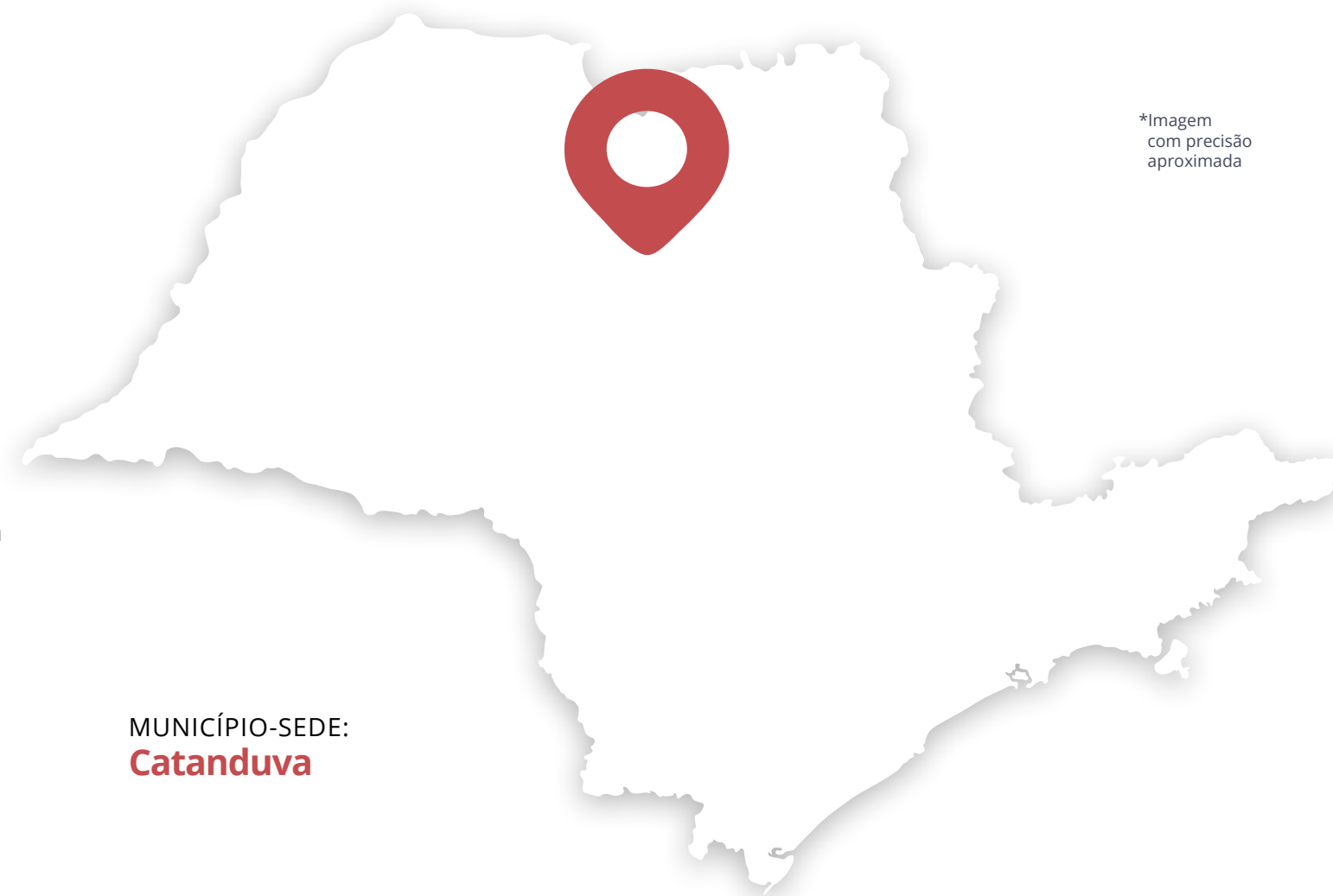
Bacia Hidrográfica

Alto Paranapanema 78,5 %
Ribeira do Iguape e Litoral Sul 21,5 %

Consórcio Público Intermunicipal de Saúde da Região de Catanduva

Na busca de objetivos comuns no setor da Saúde

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região de Catanduva (CONSIRC) foi constituído em 29 de fevereiro de 2016 como instrumento para a resolução de problemas na área da saúde, além de construir novos objetivos comuns que ultrapassam as fronteiras dos municípios consorciados, valorizando a cooperação intermunicipal. Buscou inspiração em outros consórcios de saúde por ser um dos setores em que a gestão consorciada ganhou maior destaque no país e atingiu grandes benefícios com a nova lei dos consórcios promulgada em 2005.



*Imagem com precisão aproximada

MUNICÍPIO-SEDE:
Catanduva

Municípios membros

- Ariranha
- Catanduva
- Catiguá
- Elisiário
- Embaúba
- Fernando Prestes
- Irapuã
- Itajobi
- Marapoama
- Novais
- Novo Horizonte
- Palmares Paulista
- Paraíso
- Pindorama
- Pirangi
- Sales
- Santa Adélia
- Tabapuã
- Urupês

Sede e natureza jurídica

Com sede no município de Catanduva, o consórcio constituiu-se na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica na forma da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e seu Decreto 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

Estrutura organizacional

- Diretoria executiva
- Conselho curador
- Diretoria administrativa

Câmaras Técnicas

Não possui.

Grupos de trabalho

Não possui.

Dados do território

POPULAÇÃO 2020

322.831

REPRESENTATIVIDADE DE POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO ESTADO DE SÃO PAULO

0,7%

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

R\$ 1,19 bi

PIB PER CAPITA

R\$ 31.813

IDHM | IDEB

Alto

Ariranha | 7.4
Catanduva | 6.7
Catiguá | 7.3
Elisiário | 8.3
Embaúba | 7.9
Fernando Prestes | 6.8
Irapuã | 6.8
Itajobi | 7.3
Marapoama | 7.8
Novais | 7.3

Novo Horizonte | 7.5
Palmares Paulista | 6.5
Paraíso | 6.7
Pindorama | 6.7
Pirangi | 6.9
Sales | -
Santa Adélia | 7.2
Tabapuã | 7.5
Urupês | 6.9

Bacia Hidrográfica

Tietê-Batalha 52,9 %
Turvo / Grande 47,1 %

Consórcio Intermunicipal do Extremo Noroeste de São Paulo

Uma agenda multifinalitária para o noroeste paulista

O Consórcio Intermunicipal do Extremo Noroeste de São Paulo (Cienesp) foi criado em abril de 2005 com um caráter claramente multifinalitário. Sua atuação abrange diversas áreas, tais como meio ambiente, saúde, iluminação pública, Serviço de Inspeção Municipal (SIM), educação, cultura, assistência social e turismo. Atualmente, seu campo de atuação com maior destaque é a área do meio ambiente, em razão da importância do bioma da região noroeste do estado. É caracterizado pelo grande número de pequenos e médios municípios com elevado potencial de cooperação horizontal.

Municípios membros

- Andradina
- Bento De Abreu
- Castilho
- Guaraçá
- Guararapes
- Ilha Solteira
- Itapura
- Lavínia
- Mirandópolis
- Murutinga Do Sul
- Nova Independência
- Pereira Barreto
- Rubiácea
- Santo Antônio do Aracanguá
- Sud Mennucci
- Suzanápolis
- Tupi Paulista
- Valparaíso



*Imagem com precisão aproximada

MUNICÍPIO-SEDE:
Andradina

06

Sede e natureza jurídica

Com sede no município de Andradina, o consórcio constituiu-se na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e de natureza autárquica na forma da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e Decreto 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

Estrutura organizacional

- Assembleia geral
- Unidade de controle interno
- Presidência
- Conselho consultivo
- Conselho fiscal
- Secretaria executiva
- Assessoria de comunicação
- Departamento de finanças
- Departamento jurídico
- Departamento de regulação
- Departamento de programas e projetos
- Setor de iluminação
- Setor de saúde
- Setor de Serviço de Inspeção Municipal (SIM)
- Coordenadoria dos CAPS

Câmaras Técnicas

Não possui.

Grupos de trabalho

Não possui.

Dados do território

POPULAÇÃO 2020

296.620

REPRESENTATIVIDADE DE POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO ESTADO DE SÃO PAULO

0,65%

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

R\$ 1,13 bi

PIB PER CAPITA

R\$ 31.820

IDHM | IDEB

Muito Alto Ilha Solteira | 6.9

Alto

Andradina 7.0	Murutinga do Sul 7.0
Bento de Abreu 7.3	Nova Independência 6.3
Castilho 6.5	Pereira Barreto 7.7
Guaraçá 7.1	Rubiácea 6.3
Guararapes 6.7	Santo Antônio do Aracanguá 6.4
Itapura 6.5	Sud Mennucci 6.9
Lavínia 6.5	Tupi Paulista 7.9
Mirandópolis 6.3	Valparaíso 7.0

Médio Suzanápolis | 6.6

Bacia Hidrográfica

Baixo Tietê	86,8 %
São José dos Dourados	8,7 %
Aquapeí e Peixe	4,5 %

Consórcio Intermunicipal do Polo Turístico do Circuito das Águas Paulista

Um consórcio de estâncias turísticas

Formado em novembro de 2004, o Consórcio Intermunicipal do Polo Turístico do Circuito das Águas Paulista tem por objetivo divulgar os atrativos turísticos, despertar o interesse dos visitantes e colaborar para o desenvolvimento econômico e social dos municípios consorciados.

Atualmente, todos os municípios membros do consórcio receberam, do governo do estado de São Paulo, o título de estâncias turísticas. Juntas, formam uma moderna infra-estrutura hoteleira e de serviços, além do reconhecimento nacional da qualidade de suas águas.

Municípios membros

- Águas de Lindóia
- Amparo
- Holambra
- Jaguariúna
- Lindóia
- Monte Alegre do Sul
- Pedreira
- Serra Negra
- Socorro

MUNICÍPIO-SEDE:
Serra Negra

*Imagem
com precisão
aproximada

Sede e natureza jurídica

Com sede na cidade de Serra Negra, o consórcio constituiu-se na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e de natureza autárquica na forma da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e seu Decreto 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

Estrutura organizacional

Não disponibilizada nos meios oficiais de contato do consórcio.

Câmaras Técnicas

Não possui.

Grupos de trabalho

Não possui.

07

Dados do território

POPULAÇÃO 2020

300.949

REPRESENTATIVIDADE DE POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO ESTADO DE SÃO PAULO

0,66%

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

R\$ 1,28 bi

PIB PER CAPITA

R\$ 54.578

IDHM | IDEB

Alto	Águas de Lindóia 6.5	Monte Alegre do Sul 6.3
	Amparo 6.8	Pedreira 7.2
	Holambra 7.2	Serra Negra 7.0
	Jaguariúna 7.4	Socorro 7.4
	Lindóia 6.5	

Bacia Hidrográfica

Piracicaba / Capivari / Jundiá	53,4 %
Mogi-Guaçu	46,6 %

Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista

Cooperação intermunicipal no oeste paulista

O Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista (CIOP), com sede na cidade de Presidente Prudente, foi criado em 04 de junho de 2013 para atuar em um amplo território com cerca de meio milhão de habitantes. O Ciop se destaca por uma intensa atuação na área de saúde, além das áreas de meio ambiente e turismo. Possui cerca de 900 funcionários, sendo que 780 atuam na área de saúde e aproximadamente 120 na área do turismo.

O Ciop possui uma importante parceria com o Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema (Civap), em razão de se localizarem na bacia do rio Paranapanema e pelo fato de que alguns municípios pertencem a ambos os consórcios. O CIVAP também presta importantes serviços de saúde e, por isso, o intercâmbio de práticas se torna bastante interessante nessa área. Assim como tradicionalmente já vem fazendo o Civap, o Ciop pretende desenvolver novos programas na área de infraestrutura, iniciando com investimentos para a implementação de um sistema de coleta e trituração de resíduos da construção civil e da poda de árvores.

Municípios membros

- Alfredo Marcondes
- Álvares Machado
- Caiabu
- Euclides da Cunha Paulista
- Flora Rica
- Flórida Paulista
- Iepê
- Indiana
- João Ramalho
- Martinópolis
- Narandiba
- Presidente Bernardes
- Presidente Epitácio
- Presidente Prudente
- Rancharia
- Regente Feijó
- Rosana
- Santo Anastácio
- Santo Expedito
- Taciba
- Teodoro Sampaio



*Imagem com precisão aproximada

MUNICÍPIO-SEDE:
Presidente Prudente

08

Sede e natureza jurídica

Com sede no município de Presidente Prudente, o consórcio constituiu-se na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e de natureza autárquica na forma da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e Decreto 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

Estrutura organizacional

- Assembleia geral
- Conselho diretor
- Conselho fiscal
- Diretoria executiva

Câmaras técnicas

Não possui.

Grupo de trabalhos

- Farmacêuticos
- Nutricionistas

Dados do território

POPULAÇÃO 2020

515.863

REPRESENTATIVIDADE DE POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO ESTADO DE SÃO PAULO

1,12%

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

R\$ 1,67 bi

PIB PER CAPITA

R\$ 26.669

IDHM | IDEB

Muito Alto Presidente Prudente | 6.7

Alto

Alfredo Marcondes | 6.9
Álvares Machado | 5.9
Caiabu | 6.5
Euclides da Cunha Paulista | 6.7
Flora Rica | 6.7
Flórida Paulista | 6.8
Iepê | 6.0
Indiana | 6.6
João Ramalho | 7.4
Martinópolis | 7.2

Narandiba | 6.4
Presidente Bernardes | 6.1
Presidente Epitácio | 6.6
Rancharia | 7.0
Regente Feijó | 6.9
Rosana | 6.9
Santo Anastácio | 6.6
Santo Expedito | -
Taciba | 6.6
Teodoro Sampaio | 6.8

Bacia Hidrográfica

Pontal do Paranapanema 61,2 %
Aquapeí e Peixe 23,1 %
Médio Paranapanema 15,7 %

Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental

O saneamento básico em perspectiva regional e integrada

O Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico (CONSAB), com sede em Cosmópolis, foi fundado em 31 de julho de 2009, tendo como foco o planejamento de ações voltadas ao saneamento básico e ambiental. Ao lado desses dois temas, o CONSAB busca articular as políticas de desenvolvimento urbano e regional por estarem estreitamente relacionadas à questão ambiental.

As questões do uso e ocupação do solo, por sua vez, remetem às ações consorciadas nos campos da habitação popular e do combate à pobreza, sem falar dos assuntos tradicionais referentes à limpeza urbana e à iluminação pública.

A perspectiva regional e integrada de políticas públicas de meio ambiente e infraestrutura é um marco característico interessante da atuação colegiada dos municípios integrantes do CONSAB.

MUNICÍPIO-SEDE:
Cosmópolis

*Imagem com precisão aproximada

Municípios membros

- Artur Nogueira
- Conchal
- Cordeirópolis
- Cosmópolis
- Engenheiro Coelho
- Holambra
- Jaguariúna
- Matão
- Santo Antônio de Posse

Sede e natureza jurídica

Com sede no município de Cosmópolis, o consórcio constituiu-se na forma de associação civil, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins econômicos, na forma da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e seu Decreto 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

Estrutura organizacional

- Assembléia geral
- Conselho técnico
- Secretaria executiva
- Conselho fiscal

Câmaras Técnicas

Não possui.

Grupos de trabalho

Não possui.

Dados do território

POPULAÇÃO 2020

384.311

REPRESENTATIVIDADE DE POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO ESTADO DE SÃO PAULO

0,84%

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

R\$ 1,49 bi

PIB PER CAPITA

R\$ 65.722

IDHM | IDEB

Alto	Artur Nogueira 6.6
	Conchal 6.6
	Cordeirópolis 7.0
	Cosmópolis 6.6
	Engenheiro Coelho 6.3
	Holambra 7.2
	Jaguariúna 7.4
	Matão 6.8
	Santo Antônio de Posse 5.9

Bacia Hidrográfica

Piracicaba / Capivari / Jundiaí	50,4 %
Tietê-Batalha	31,8 %
Mogi-Guaçu	17,8 %

Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Região do Circuito das Águas

A cooperação intermunicipal em áreas de proteção permanente

O Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Região do Circuito das Águas (CISBRA) tem uma característica bastante particular, pois todos os seus municípios estão localizados em áreas de preservação permanente. Além disso, metade deles é considerada estância hidromineral, o que exige uma alta capacidade de gestão dos serviços de saneamento básico para proteção de recursos hídricos. O Cisbra se originou a partir da motivação regional de solucionar os seguintes problemas comuns:

- A disposição final dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), uma vez que os aterros sanitários e os lixões existentes foram descontinuados.
- A gestão consorciada dos RSU, buscando superar as limitações de ordem financeira e técnica dos municípios que atuavam de forma isolada, oferecendo uma maior capacidade técnica e profissional, associada a uma política ambiental regional.

Alguns anos após sua criação, ou seja, em março de 2011, o CISBRA criou o Plano Cidades Limpas, dando forma a um Plano Regional de Gestão Integrada de resíduos sólidos para toda a região do Circuito das Águas. Esse documento serviu como referencial teórico e para o planejamento regional durante muitos anos, graças à qualidade de seus conteúdos que definiram metas quantificadas, um plano de ação para cada um dos indicadores estabelecidos e diretrizes municipais para cada tópico contemplado no plano.

Atualmente, o consórcio possui uma série de projetos na área de meio ambiente que levaram ao estabelecimento de relações e parcerias com outros atores envolvidos com o tema na região, desde entidades da sociedade civil até órgãos do governo do estado de São Paulo. O CISBRA caracteriza-se por ser um consórcio com grande força de penetração local e regional, atuando por meio do gerenciamento de projetos de alta relevância para sustentabilidade, tais como, a coleta seletiva, a central de triagem do lixo, o manejo do transbordo, o gerenciamento da coleta de material volumoso, além de iniciativas de educação ambiental nas escolas e organizações sociais da região.

*Imagem com precisão aproximada



MUNICÍPIO-SEDE:
Monte Alegre do Sul

Municípios membros

- Águas de Lindóia
- Amparo
- Itapira
- Lindóia
- Monte Alegre do Sul
- Morungaba
- Pedra Bela
- Pinhalzinho
- Serra Negra
- Socorro
- Toledo (MG)
- Tuiuti

10

Sede e natureza jurídica

Criado em 23 de março de 2011, com sede no município de Monte Alegre do Sul, o consórcio constituiu-se na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e de natureza autárquica na forma da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e seu Decreto 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

Estrutura organizacional

- Assembleia geral
- Diretoria
- Presidência.
- Ouvidoria
- Câmara de regulação
- Superintendência

Câmaras Técnicas

Diferente de muitos consórcios, o CISBRA participa de câmaras técnicas de outras instituições que se envolvem com os temas relacionados aos projetos do consórcio. Por exemplo, alguns técnicos do CISBRA participam das reuniões que ocorrem tanto na câmara técnica da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo, quanto na câmara técnica do CBH-MOGI (Comitê de Bacia Hidrográfica do Mogi-Guaçu). Esta última, além do compartilhamento de informações técnicas, também fornece orçamento para projetos regionais que defendem temas e pautas ambientalistas em nível local.

Grupos de trabalho

Não possui.

Dados do território

POPULAÇÃO 2020

295.982

REPRESENTATIVIDADE DE POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO ESTADO DE SÃO PAULO

0,64%

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

R\$ 1,08 bi

PIB PER CAPITA

R\$ 28.037

IDHM | IDEB

Alto Águas de Lindóia | 6.5
Amparo | 6.8
Itapira | 6.6
Lindóia | 6.5
Monte Alegre do Sul | 6.3
Morungaba | 6.4
Pinhalzinho | 6.5
Serra Negra | 7.0
Socorro | 7.4
Tuiuti | 6.8

Médio Pedra Bela | 6.7

Baixo Toledo-MG | -

Bacia Hidrográfica

Mogi-Guaçu 52,8 %
Piracicaba / Capivari / Jundiaí 47,2 %

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Penápolis

Um consórcio pioneiro na área de saúde com vocação multifinalitária

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Penápolis foi criado em 11 de julho de 1986, sendo um dos mais antigos consórcios que se tem notícia na área de saúde. O consórcio possui 49 funcionários e disponibiliza 18 especialidades médicas e exames de laboratório para a população de toda a região. Também dispõe de um Centro de Atenção Psicossocial com foco nos problemas de saúde decorrentes do uso de álcool e drogas (CAPS-AD) e de um Centro de Atenção Psicossocial II (CAPS-2), que atende pacientes com transtornos mentais graves e persistentes, bem como realiza compras compartilhadas de medicamentos.

Atualmente, o consórcio passa por uma reestruturação que visa elevar a instituição, em 2021, ao *status* de autarquia intermunicipal com personalidade jurídica de direito público, o que possibilitará um maior acesso às fontes de recursos do estado e da União. Nesse mesmo processo de adequação institucional, o consórcio deverá ganhar um perfil para atuação multifinalitária. Pretende-se com isso integrar os diversos campos da cooperação intermunicipal na região, dentre eles: educação, recursos hídricos, meio ambiente, infraestrutura, sistema viário e mobilidade urbana, iluminação pública, saneamento básico, segurança pública, turismo (negócios e lazer), agricultura e pecuária, desenvolvimento socioeconômico regional, gestão e proteção do patrimônio urbanístico e paisagístico, tecnologia da informação, ciência e cultura.

MUNICÍPIO-SEDE:
Penápolis

Municípios membros

- Alto Alegre
- Avanhandava
- Barbosa
- Braúna
- Glicério
- Luiziana
- Penápolis



*Imagem com precisão aproximada

Sede e natureza jurídica

Com sede no município de Penápolis, o consórcio constituiu-se na forma de associação privada.

Estrutura organizacional

- Conselho de prefeitos
- Presidente
- Vice-presidente
- Conselho fiscal
- Secretaria executiva
- Diretoria técnica
- Câmara técnica
- Conselho jurídico

Câmaras Técnicas

Saúde

Grupos de trabalho

Não possui.

Dados do território

POPULAÇÃO 2020

105.597

REPRESENTATIVIDADE DE POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO ESTADO DE SÃO PAULO

0,23%

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

R\$0,36 bi

PIB PER CAPITA

R\$ 21.885

IDHM | IDEB

Alto Alto Alegre | 8.1
Avanhandava | 6.7
Braúna | 6.7
Glicério | 7.2
Luiziânia | 7.9
Penápolis | 7.1

Médio Barbosa | 7.0

Bacia Hidrográfica

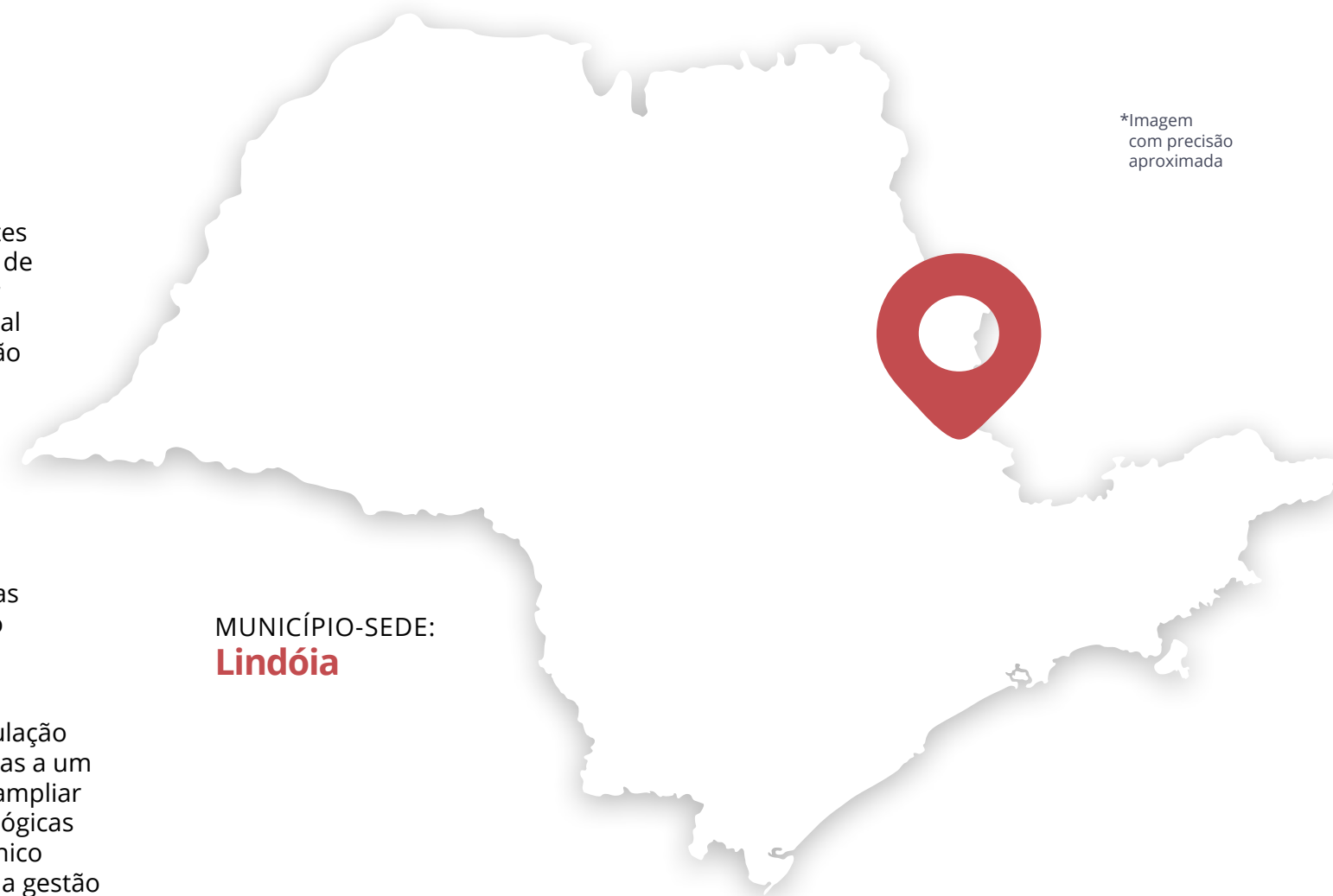
Baixo Tietê 85,7 %
Aquapeí e Peixe 14,3 %

Consórcio Intermunicipal de Saúde do Circuito das Águas

Quando as águas levam à integração da saúde

No ano de 2003, cinco municípios pertencentes ao Circuito das Águas iniciaram um processo de discussão sobre a necessidade de se garantir uma maior abrangência da integração regional proporcionada pela riqueza hídrica em direção a ações compartilhadas na área de saúde. Surgiu, então, a proposta de se estabelecer uma rede complementar e coordenada de atuação na saúde, visando a melhoria do atendimento primário e o atendimento de média e alta complexidades na região. A proposta ganhou forma e os esforços empreendidos por um conjunto de prefeituras parceiras resultaram na criação do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Circuito das Águas (CONISCA).

O Conisca é um dos primeiros casos de articulação regional de sucesso na gestão da saúde, graças a um modelo de gestão pioneiro que foi capaz de ampliar a oferta de especialidades médicas e odontológicas voltadas à população que utiliza o Sistema Único de Saúde (SUS). Sua principal característica é a gestão compartilhada dos serviços de saúde, o CONISCA, que atende, em média, 7.200 pessoas por mês, oriundas dos cinco municípios consorciados. Dentre os serviços oferecidos, encontram-se mais de dez tipos de especialidades compostas por um corpo clínico com 19 profissionais especializados e 67 funcionários de suporte. Em 2005, inaugurou-se o Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) para oferecer o atendimento em endodontia, cirurgia oral menor e o atendimento de pacientes especiais.



*Imagem com precisão aproximada

MUNICÍPIO-SEDE:
Lindóia

Municípios membros

- Águas de Lindóia
- Lindóia
- Monte Alegre do Sul
- Serra Negra
- Socorro

Sede e natureza jurídica

Com sede no município de Lindóia, o consórcio constituiu-se na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e de natureza autárquica na forma da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e seu Decreto 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

Estrutura organizacional

- Conselho de prefeitos
- Conselho gestor
- Secretaria executiva
- Conselho fiscal

Câmaras Técnicas

Não possui.

Grupos de trabalho

Não possui.

Dados do território

POPULAÇÃO 2020

105.815

REPRESENTATIVIDADE DE
POPULAÇÃO EM RELAÇÃO
AO ESTADO DE SÃO PAULO

0,23%

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

R\$0,38 bi

PIB PER CAPITA

R\$ 23.661

IDHM | IDEB

Alto Águas de Lindóia | 6.5
Lindóia | 6.5
Monte Alegre do Sul | 6.3
Serra Negra | 7.0
Socorro | 7.4

Bacia Hidrográfica

Mogi-Guaçu 80,0 %
Piracicaba / Capivari / Jundiaí 20,0 %

Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí

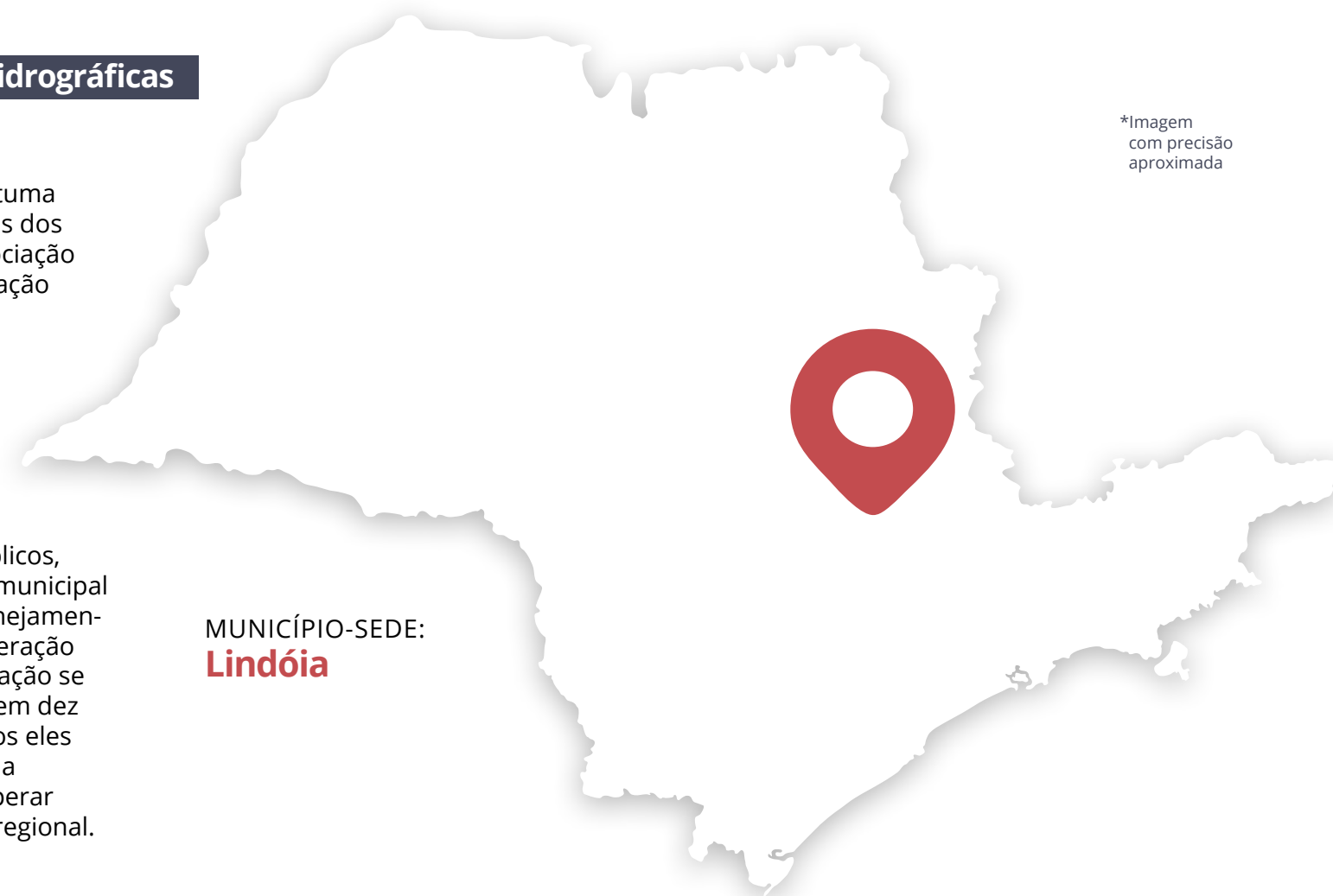
Um pioneiro na gestão de bacias hidrográficas

O Consórcio Intermunicipal PCJ, como se costuma chamar o Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí é uma associação que tem por objetivo fundamental a recuperação dos mananciais de sua área de abrangência. Fundado em outubro de 1989, é pioneiro na gestão integrada de bacias hidrográficas, tem como marca de sua atuação a conscientização de todos os setores da sociedade sobre a problemática dos recursos hídricos da região.

Graças à integração de atores privados e públicos, dos três níveis de governo, o Consórcio Intermunicipal PCJ tem tido resultados diferenciados no planejamento regional e no fomento das ações de recuperação dos mananciais. Sua ampla e consistente atuação se concretiza em ações que são materializadas em dez programas distintos e complementares. Todos eles têm como foco o planejamento, o fomento e a sensibilização com o objetivo de gerir e recuperar os recursos hídricos por meio da integração regional.

Municípios membros

- | | | | |
|-------------------------|-----------------|---------------|--------------------------|
| • Americana | • Cordeirópolis | • Jaguariúna | • Rio das Pedras |
| • Amparo | • Corumbataí | • Jarinu | • Saltinho |
| • Analândia | • Cosmópolis | • Limeira | • Santa Bárbara D'oeste |
| • Artur Nogueira | • Extrema | • Louveira | • Santa Gertrudes |
| • Atibaia | • Holambra | • Monte Mor | • Santo Antônio de Posse |
| • Bom Jesus dos Perdões | • Hortolândia | • Nova Odessa | • Valinhos |
| • Bragança Paulista | • Indaiatuba | • Pedreira | • Vargem |
| • Camanducaia | • Ipeúna | • Piracaia | • Vinhedo |
| • Campinas | • Iracemápolis | • Piracicaba | |
| • Capivari | • Itatiba | • Rafard | |
| | • Itupeva | • Rio Claro | |



MUNICÍPIO-SEDE:
Lindóia

Sede e natureza jurídica

Com sede no município de Americana, o consórcio constituiu-se na forma de associação privada

Estrutura organizacional

- Conselho de associados
- Conselho fiscal
- Secretaria executiva
- Plenária de entidades
- Conselho de transição

Câmaras Técnicas

Não possui.

Grupos de trabalho

Não possui.

Dados do território

POPULAÇÃO 2020

4.592.935

REPRESENTATIVIDADE DE POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO ESTADO DE SÃO PAULO

10%

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

R\$ 18,80 bi

PIB PER CAPITA

R\$ 62.679

IDHM | IDEB

Muito Alto Americana | 6.9
Campinas | 6.5
Rio Claro | 6.7
Valinhos | 6.5
Vinhedo | 6.9

Alto Amparo | 6.8
Analândia | 6.2
Artur Nogueira | 6.6
Atibaia | 7.4
Bom Jesus dos Perdões | 6.7
Bragança Paulista | 6.3
Capivari | 6.4
Cordeirópolis | 7.0
Corumbataí | 6.0
Cosmópolis | 6.6
Holambra | 7.2
Hortolândia | 7.0
Indaiatuba | 7.4
Ipeúna | 6.7
Iracemápolis | 7.2
Itatiba | 7.5
Itupeva | 6.7
Jaguariúna | 7.4
Jarinu | 6.2
Limeira | 7.3
Louveira | 7.4
Monte Mor | 6.6
Nova Odessa | 7.3
Pedreira | 7.2
Piracaia | 6.7
Piracicaba | 6.9
Rafard | 6.5
Rio das Pedras | 6.5
Saltinho | 7.1
Santa Bárbara d'Oeste | -
Santa Gertrudes | 6.7
Santo Antônio de Posse | 5.9

Médio Vargem | 5.7

Bacia Hidrográfica

Piracicaba / Capivari / Jundiá 100 %

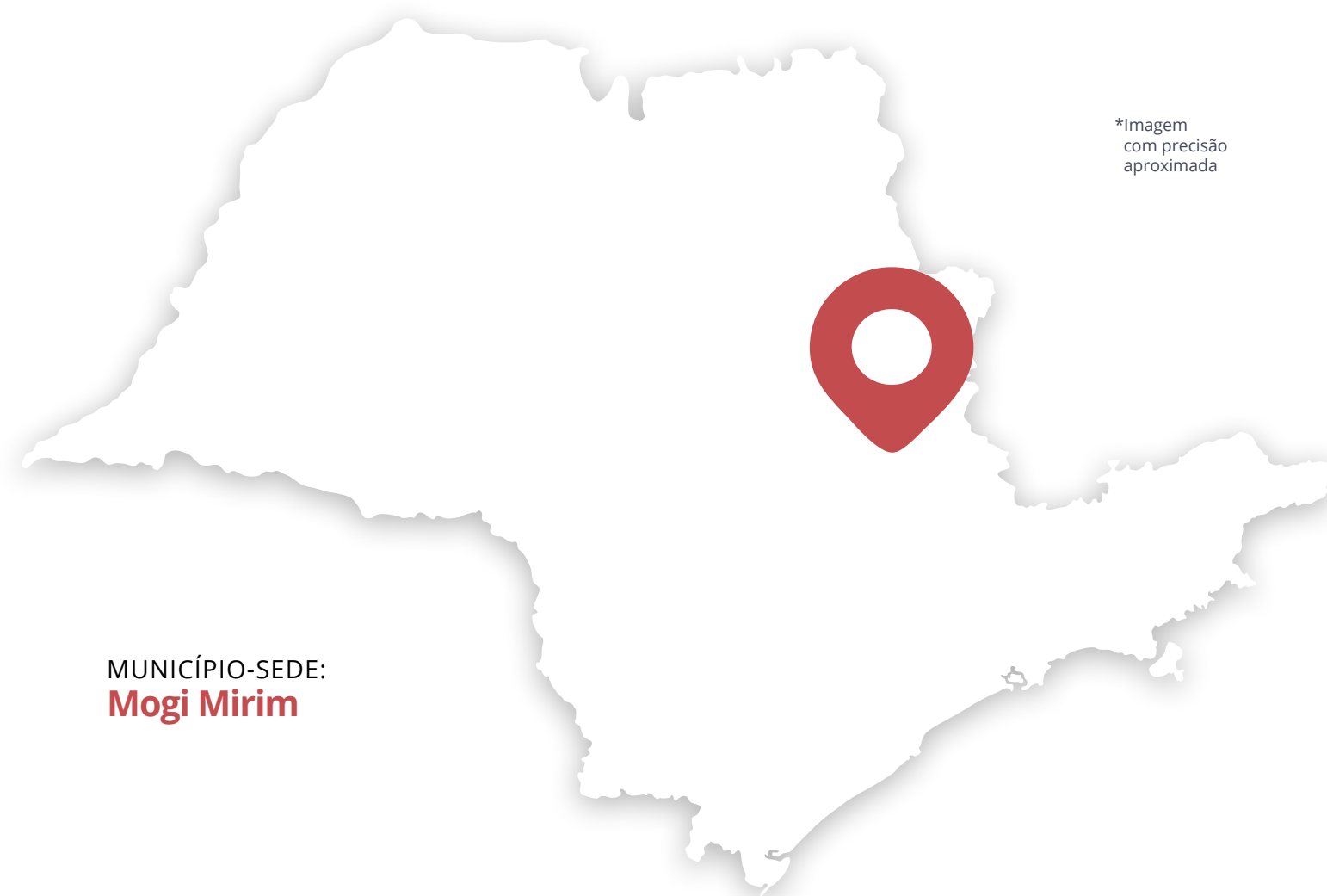
Consórcio Intermunicipal de Saúde 08 de abril

A integração da saúde na região da Baixada Mogiana

O Consórcio Intermunicipal de Saúde 08 de Abril é um consórcio público de direito privado, localizado na região de Mogi Mirim. Possui como finalidade planejar, adotar e executar projetos e medidas conjuntas, destinadas a assegurar a assistência à saúde dos cidadãos dos municípios consorciados, inclusive, saúde bucal. O consórcio viabiliza uma série de programas de atendimento regional, ofertando procedimentos que vão desde a atenção básica até alta complexidade, com o objetivo de garantir a equidade no acesso dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

Municípios membros

- Conchal
- Estiva Gerbi
- Itapira
- Mogi Guaçu
- Mogi Mirim



Sede e natureza jurídica

Com sede no município de Mogi Mirim, o consórcio constituiu-se na forma de associação civil, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins econômicos, na forma da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e Decreto 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

Estrutura organizacional

- Assembleia geral
- Conselho gestor dos secretários e/ou diretores de saúde
- Secretaria executiva
- Conselho fiscal
- Coordenador geral

Câmaras Técnicas

Não possui.

Grupos de trabalho

Não possui.

14

Dados do território

POPULAÇÃO 2020

361.597

REPRESENTATIVIDADE DE
POPULAÇÃO EM RELAÇÃO
AO ESTADO DE SÃO PAULO

0,79%

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

R\$ 1,41 bi

PIB PER CAPITA

R\$ 38.128

IDHM | IDEB

Alto

Conchal | 6.6
Estiva Gerbi | 5.6
Itapira | 6.6
Mogi Guaçu | 7.0
Mogi Mirim | 6.6

Bacia Hidrográfica

Mogi-Guaçu

100 %

Consórcio Intermunicipal do Alto Vale do Paranapanema

Da agricultura familiar à integração do Alto Vale do Paranapanema - AMVAPA

Originariamente fundada como Associação dos Municípios do Vale do Paranapanema, em 1999, a AMVAPA, tinha por finalidade primordial desenvolver o espírito de solidariedade entre os municípios participantes, visando o interesse público da região como um todo. Um dos grandes destaques de atuação do consórcio foi sempre a área da agricultura familiar. Nesse sentido, a AMVAPA, ao longo de sua história, auxilia agricultores na implementação e obtenção de crédito fundiário para a formação de associações de produtores rurais, atuando também junto aos órgãos oficiais do estado que lidam com o tema. Esse é o caso, por exemplo, do Conselho Estadual da Agricultura Familiar (CEDAF) onde a AMVAPA possui assento.

Em janeiro de 2010, a AMVAPA realizou uma alteração estrutural em seu estatuto, a fim de ampliar o alcance de sua atuação como **Consórcio Intermunicipal do Alto Vale do Paranapanema**. Com essa alteração o consórcio ganhou personalidade jurídica de direito público e tornou-se multifinalitário. A atuação consorciada passou a incorporar projetos em diferentes áreas como saúde, turismo, cultura e educação. Além disso, a AMVAPA também possui uma atuação de destaque na realização de compras coletivas consorciadas, sendo que, recentemente, obteve equipamentos de proteção individual (EPIs) para o retorno escolar em razão da crise gerada pela pandemia da Covid-19.

No biênio 2013 e 2014, a AMVAPA, estabeleceu uma parceria com o Programa Melhoria da Educação do Itaú Social e constituiu sua Câmara Técnica da Educação (CTE) que se dedicou, em primeiro lugar, a apoiar a elaboração assistida dos Planos Municipais de Educação em todos os municípios do consórcio, em uma atuação pioneira neste sentido. Desde então, a CTE reúne-se regularmente para realizar programas e projetos de interesse comum dos municípios da região, voltados à educação infantil e ao ensino fundamental.

MUNICÍPIO-SEDE:
Piraju

Municípios membros

- Águas de Santa Bárbara
- Angatuba
- Avaré
- Barão De Antonina
- Cerqueira César
- Coronel Macedo
- Fartura
- Itaberá
- Itaí
- Itaporanga
- Manduri

- Paranapanema
- Piraju
- Riversul
- Sarutaiá
- Taguaí
- Taquarituba
- Tejupá

15

*Imagem
com precisão
aproximada

Sede e natureza jurídica

Com sede no município de Piraju, o consórcio constituiu-se na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e de natureza autárquica na forma da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e seu Decreto 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

Estrutura organizacional

- Nível de Direção Superior
 - Assembleia geral
 - Conselho fiscal
 - Conselho de administração
 - Presidência
 - Vice-presidência
 - Secretaria
 - Tesouraria
- Nível de Gerência e Assessoramento
 - Câmaras setoriais
 - Diretoria executiva
- Nível de Execução Programática
 - Departamentos setoriais

Câmaras Técnicas

- Educação
- Turismo

Grupos de trabalho

Não possui.

Dados do território

POPULAÇÃO 2020

338.384

REPRESENTATIVIDADE DE POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO ESTADO DE SÃO PAULO

0,74%

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

R\$ 1,11 bi

PIB PER CAPITA

R\$ 24.925

IDHM | IDEB

Alto	Águas de Santa Bárbara 6.9	Itaporanga 6.4
	Angatuba 6.9	Manduri 6.0
	Avaré 6.2	Paranapanema 6.6
	Barão de Antonina 6.6	Piraju 6.9
	Cerqueira César 6.4	Taguai 7.7
	Fartura 7.4	Taquarituba 7.0
	Itaí 5.9	

Médio	Coronel Macedo 6.4
	Itaberá 6.5
	Riversul 6.3
	Sarutaia 6.4
	Tejupá 5.7

Bacia Hidrográfica

Alto Paranapanema	78,5 %
Médio Paranapanema	21,5 %

Consórcio Intermunicipal Cemmil - Saneamento Ambiental

Do Programa Pró-Estrada à gestão ambiental urbana

O Consórcio CEMMIL de Saneamento Ambiental, com sede em Mogi Guaçu, teve sua origem em 2002, a partir de um convênio com o governo do estado, por meio da Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo, para fins de implementação do programa Pró-Estrada que teve muita relevância para a malha rodoviária vicinal do estado. A finalidade do consórcio se restringiu à manutenção de estradas rurais até 2011, quando então, seu presidente à época, requisitou uma alteração estatutária que permitisse ao consórcio realizar também todo tipo de limpeza urbana, por meio da contratação de mão de obra específica.

Com o passar dos anos, o consórcio se modernizou e com o grande aumento de funcionários e parcerias, não tardou para que a ideia da prestação de serviços se estendesse, em razão da necessidade de outros serviços referentes à limpeza, como aterros sanitários e gestão de resíduos sólidos. O trabalho com saneamento ambiental é um fato recente na história da instituição, mas que a colocou em uma posição de destaque. Trata-se, de fato, de um dos poucos colegiados intermunicipais, se não o único, a realizar a transição de um consórcio dedicado exclusivamente ao programa Pró-Estrada para um consórcio multifinalitário.

Importante destacar ainda que durante a pandemia da covid-19 o consórcio CEMMIL (cujo nome se caracterizou pelas siglas das cidades integrantes: Conchal, Estiva Gerbi, Itapira, Leme, Mogi Guaçu e Mogi Mirim) teve uma atuação destacada, em função do aumento da demanda dos municípios por serviços de higienização. Com um quadro profissional de cerca de 230 funcionários, o consórcio realiza uma parte significativa das contratações do quadro de pessoal para atuação nos municípios membros.

MUNICÍPIO-SEDE:
Mogi Guaçu

Municípios membros

- Aguaí
- Leme
- Mogi Guaçu
- Mogi Mirim

*Imagem
com precisão
aproximada

Sede e natureza jurídica

Com sede no município de Mogi Guaçu, o consórcio constituiu-se na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica na forma da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e seu Decreto 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

Estrutura organizacional

- Assembleia geral
- Superintendência
- Secretaria executiva
- Conselho técnico
- Conselho fiscal

Câmaras Técnicas

Não possui.

Grupos de trabalho

Não possui.

16

Dados do território

POPULAÇÃO 2020

387.677

REPRESENTATIVIDADE DE POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO ESTADO DE SÃO PAULO

0,84%

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

R\$ 1,41 bi

PIB PER CAPITA

R\$ 36.428

IDHM | IDEB

Alto
Aguai | 6.2
Leme | 6.9
Mogi Guaçu | 7.0
Mogi Mirim | 6.6

Bacia Hidrográfica

Mogi-Guaçu 100 %

Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira e Litoral Sul

Riquezas e belezas do Vale do Ribeira compartilhadas sob a articulação do CODIVAR

O **Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira (CODIVAR)** foi criado em 1989, com o objetivo de estabelecer uma nova realidade para esta extensa região que é considerada um patrimônio natural, socioambiental e cultural da humanidade, título conferido em 1999 pela Unesco. A crescente tomada de consciência sobre a questão da sustentabilidade socioambiental, desde o início da década de 1990, colocou em evidência o potencial do Vale Ribeira em se tornar uma das regiões de referência nacional e internacional do ponto de vista ecológico e econômico, nesta ordem.

Os prefeitos que constituíram o CODIVAR tomaram como modelo orientador o pioneiro Consórcio dos Municípios do Vale do Paraíba (CODIVAP). Ao longo de sua história, o CODIVAR trabalhou com diferentes temas, sendo que a saúde em um determinado momento ganhou muito destaque. Com isso o CODIVAR deu lugar a um consórcio especializado em saúde, o CONSAÚDE. Este processo pode ocorrer com consórcios multifinalitários que identificam a necessidade de se tornar um consórcio setorial.

Foi logo constatada a necessidade de se ter duas entidades regionais levando a recriação do CODIVAR com atividades voltadas especificamente aos temas relacionados ao desenvolvimento integrado da região. Trabalhando em prol desse objetivo, o consórcio CODIVAR realiza ações que se estendem da área da educação até a elaboração e implantação de planos de desenvolvimento econômico regional passando pelo turismo e agricultura. Com parceiros públicos e privados, o CODIVAR se destaca por seu dinamismo criativo em diversos setores representados por suas Câmaras Técnicas.

MUNICÍPIO-SEDE:
Juquiá

Municípios membros

- Apiaí
- Barra do Chapéu
- Barra do Turvo
- Cajati
- Cananéia
- Eldorado
- Iguape
- Ilha Comprida
- Iporanga
- Itanhaém
- Itaoca
- Itapirapuã Paulista

- Itariri
- Jacupiranga
- Juquiá
- Juquitiba
- Miracatu
- Pariquerana-Açu
- Pedro de Toledo
- Peruíbe
- Registro
- Ribeira
- Sete Barras
- Tapiraí

17

*Imagem com precisão aproximada

Sede e natureza jurídica

Com sede no município de Juquiá, esse consórcio público constituiu-se na forma de associação administrativa privada sem fins econômicos.

Estrutura organizacional

- Conselho de prefeitos
 - Presidente
 - Vice-presidente
 - Diretoria executiva
- Conselho fiscal
- Superintendência

Câmaras técnicas

O consórcio possui oito câmaras técnicas em funcionamento, sendo que em três delas se concentra, atualmente, a maior parte das atividades do CODIVAR.

- Câmara Técnica de Turismo: composta por funcionários dos municípios membros do consórcio que atuam diretamente no projeto das Rotas Cênicas, do Plano de Economia Criativa e da Rota Gastronômica.
- Câmara Técnica da Educação (CTE): criada no biênio 2013 e 2014, no contexto do Programa Melhoria da Educação do Itaú Social em parceria com a Oficina Municipal.
- Câmara Técnica dos Advogados Municipais
- Câmara Técnica do Meio Ambiente.
- Câmara Técnica da Cultura.
- Câmara Técnica do Esporte.
- Câmara Técnica da Agricultura.
- Câmara Técnica da Assistência Social.

Grupos de trabalho

Não possui.

Dados do território

POPULAÇÃO 2020

537.355

REPRESENTATIVIDADE DE POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO ESTADO DE SÃO PAULO

1,17%

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

R\$ 2,00 bi

PIB PER CAPITA

R\$ 23.938

IDHM | IDEB

Muito Alto

Apiaí | 6.5
Cananéia | 6.1
Iguape | 6.0
Ilha Comprida | 6.8
Iporanga | 5.7
Itanhaém | 6.3

Jacupiranga | 6.5
Juquiá | 6.6
Juitiba | 6.6
Parquera-Açu | -
Peruíbe | 6.0
Registro | 7.0

Alto

Barra do Chapéu | 5.6
Barra do Turvo | 5.5
Cajati | 6.9
Eldorado | 6.0
Itaóca | 6.0
Itapirapuã Paulista | 6.8

Itariri | 6.5
Miracatu | 6.2
Pedro de Toledo | 6.1
Ribeira | 6.0
Sete Barras | 6.0
Tapiraí | 6.5

Bacia Hidrográfica

Ribeira do Iguape e Litoral Sul
Baixada Santista

94,8 %
5,2 %

Consórcio Intermunicipal Tietê-Paraná

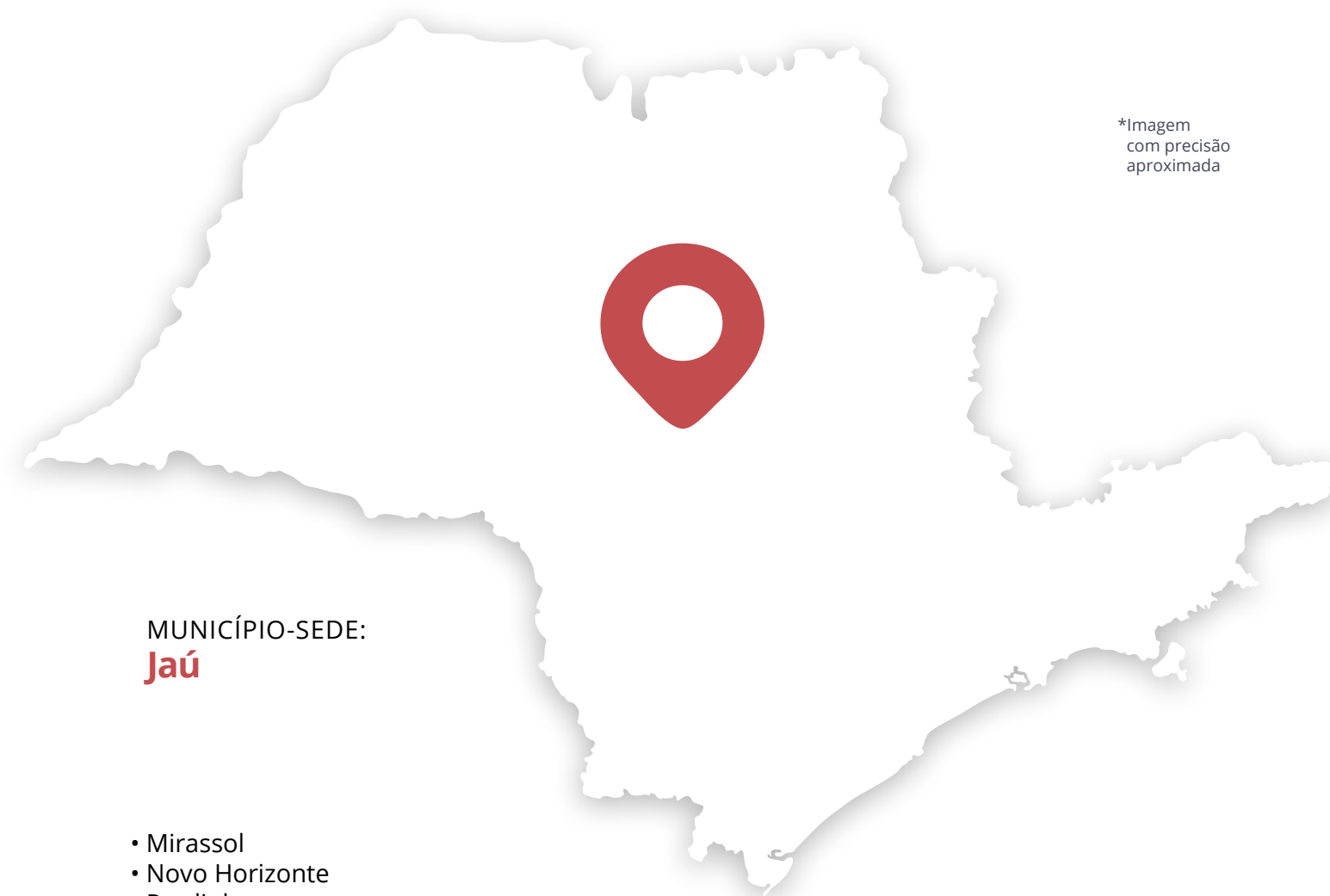
A Bacia do Tietê-Paraná como eixo de desenvolvimento do turismo e meio ambiente

O Consórcio Intermunicipal Tietê-Paraná (CITP) foi criado em 24 de fevereiro de 1989, com o objetivo de prestar apoio técnico aos municípios consorciados, principalmente por meio de consultorias e assessorias nas áreas de turismo e meio ambiente (resíduos sólidos).

O principal projeto do consórcio é a construção de usinas de compostagem de lixo nas cidades de São Manuel e Mineiros do Tietê.

Municípios membros

- Andradina
- Bariri
- Barra Bonita
- Bocaina
- Borborema
- Brotas
- Buritama
- Conchas
- Dois Córregos
- Jacanga
- Ibitinga
- Igarapu do Tietê
- Ilha Solteira
- Itaju
- Itapuí
- Itatinga
- Jaú
- Laranjal Paulista
- Lençóis Paulista
- Macatuba
- Mendonça
- Mineiros do Tietê



MUNICÍPIO-SEDE:
Jaú

- Mirassol
- Novo Horizonte
- Pardinho
- Pederneiras
- Piracicaba
- Pirajuí
- Promissão
- Reginópolis
- Sabino
- Salto
- São Manoel

18

Sede e natureza jurídica

Com sede no município de Jaú, o consórcio constituiu-se na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e de natureza autárquica na forma da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e Decreto 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

Estrutura organizacional

Não consta a informação no site institucional.

Câmaras Técnicas

Não possui.

Grupos de trabalho

Não possui.

Dados do território

POPULAÇÃO 2020

1.498.746

REPRESENTATIVIDADE DE POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO ESTADO DE SÃO PAULO

3,26%

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

R\$ 5,23 bi

PIB PER CAPITA

R\$ 32.811

IDHM | IDEB

Alto Ilha Solteira | 6.9

Médio

Andradina 7.0	Laranjal Paulista 6.5
Bariri 6.8	Lençóis Paulista 6.7
Barra Bonita 6.5	Macatuba 7.0
Bocaina 6.9	Mendonça 7.2
Borborema 6.5	Mineiros do Tietê 6.5
Brotas 6.3	Mirassol 7.0
Buritama 6.7	Novo Horizonte 7.5
Conchas 6.9	Pardinho 5.7
Dois Córregos 6.7	Pederneiras 6.2
Iacanga 6.9	Piracicaba 6.9
Ibitinga 6.8	Pirajuí 5.7
Igaraçu do Tietê 6.1	Promissão 6.5
Itaju 7.2	Reginópolis 6.6
Itapuí 6.9	Sabino 6.3
Itatinga 6.7	Salto 6.9
Jaú 6.6	São Manuel 6.5

Bacia Hidrográfica

Tietê-Jacaré	44,2 %
Tietê-Batalha	18,4 %
Baixo Tietê	11,9 %
Piracicaba / Capivari / Jundiá	8,7 %
Médio Paranapanema	6,8 %
Sorocaba e Médio Tietê	4,9 %
São José dos Dourados	3,7 %
Turvo / Grande	1,4 %

Consórcio Intermunicipal de Saúde na Região Metropolitana de Campinas

Um consórcio de saúde com atuação em uma região metropolitana

O Consórcio Intermunicipal de Saúde na Região Metropolitana de Campinas, o CISMETRO, com sede em Holambra, realizou sua primeira Assembleia geral ordinária no dia 13 de janeiro de 2014, data de sua fundação. Nessa data, os municípios de Artur Nogueira e Holambra se uniram com o objetivo de desenvolver ações conjuntas em saúde, fomentando a qualidade e a agilidade dos serviços públicos prestados à população.

Sendo um consórcio de direito público, criado nos moldes da Lei nº 11.107 de 2005, o CISMETRO faz uso de instrumentos de planejamento visando impulsionar e sustentar políticas públicas inovadoras que propõem a redução das desigualdades sociais e regionais no setor da saúde. Após sua constituição, os municípios membros passaram a contar com a parceria e a agilidade do consórcio que tem como finalidade melhorar continuamente a qualidade dos serviços prestados aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS).

Atualmente, o CISMETRO desenvolve serviços tanto de caráter municipal, quanto regional, e elabora anualmente um plano de trabalho para estabelecer os objetivos e as metas das administrações direta e indireta, bem como a indicação da previsão de despesas. O foco das atividades do consórcio são: (i) programas de saúde familiar; (ii) programas de triagem e encaminhamento à rede hospitalar regional; (iii) programas de atendimento regional em especialidades médicas; (iv) serviços de diagnóstico laboratorial; (v) programas e ações de interesse de parte, ou da totalidade, dos municípios consorciados.

MUNICÍPIO-SEDE:
Holambra

Municípios membros

- Amparo
- Artur Nogueira
- Cordeirópolis
- Cosmópolis
- Holambra
- Ipeúna
- Iracemápolis
- Jaguariúna
- Limeira
- Monte Mor
- Morungaba
- Paulínia
- Santa Gertrudes
- Santo Antônio de Posse

*Imagem com precisão aproximada

Sede e natureza jurídica

Com sede na cidade de Holambra, o consórcio constituiu-se na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica na forma da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e seu Decreto 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

Estrutura organizacional

- Assembleia geral
- Superintendência
- Secretaria executiva
- Conselho técnico
- Conselho fiscal

Câmaras Técnicas

Não possui.

Grupos de trabalho

Não possui.

19

Dados do território

POPULAÇÃO 2020

878.542

REPRESENTATIVIDADE DE POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO ESTADO DE SÃO PAULO

1,91%

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS

R\$ 4,27 bi

PIB PER CAPITA

R\$ 89.630

IDHM | IDEB

Alto		
	Amparo 6.8	Jaguariúna 7.4
	Artur Nogueira 6.6	Limeira 7.3
	Cordeirópolis 7.0	Monte Mor 6.6
	Cosmópolis 6.6	Morungaba 6.4
	Holambra 7.2	Paulínia 6.6
	Ipeúna 6.7	Santa Gertrudes 6.7
	Iracemápolis 7.2	Santo Antônio de Posse 5.9

Bacia Hidrográfica

Piracicaba / Capivari / Jundiaí 100 %

Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema

Liderança, planejamento e gestão eficiente de projetos regionais - CIVAP

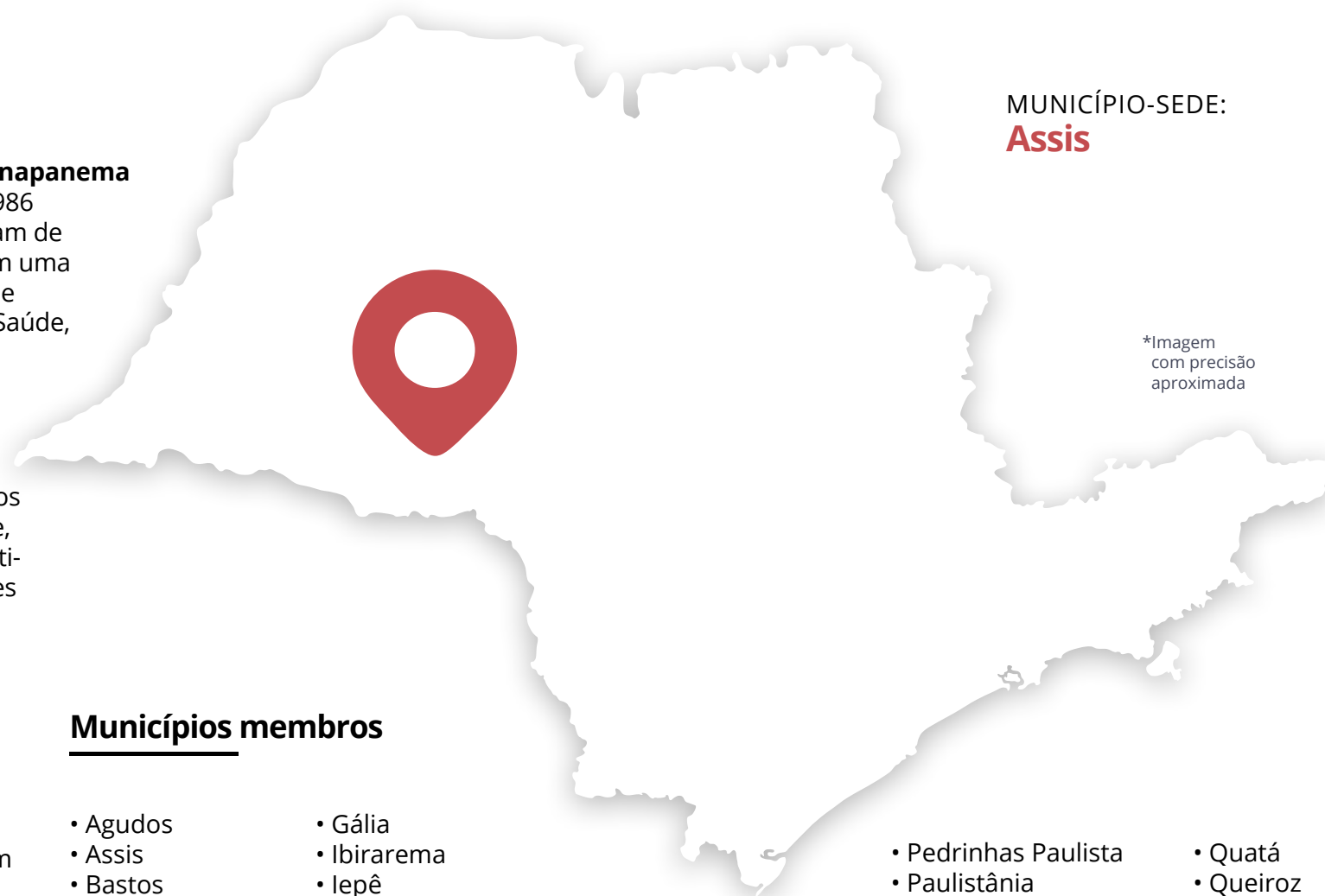
O Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema

- **CIVAP**, com sede em Assis, foi fundado em 1986 e congrega atualmente 42 municípios que atuam de forma integrada em projetos e ações que visam uma maior eficácia na gestão de políticas públicas de alcance regional que vão do Meio Ambiente à Saúde, passando pela Educação e Agricultura.

A equipe de líderes e gestores do CIVAP se diferencia pela capacidade estatal instalada na instituição que, ao abraçar diversas demandas solicitadas por prefeitos e secretários municipais, garantem serviços, infraestrutura e, ao mesmo tempo, integram os municípios política e administrativamente. Na busca de soluções pensadas e executadas de forma conjunta, o CIVAP tem como lema "Sozinho o problema é seu, juntos ele é nosso".

Seus principais projetos na atualidade são as Compras Consorciadas, Escola de Governo, Projeto Eco Valeverde, Projeto Proben-RCC, o SAMU 192 e o Programa Regional de Controle da População de Cães e Gatos. O consórcio tem parcerias com órgãos do Estado e institutos empresariais, por exemplo, a Câmara Técnica da Educação foi constituída em 2013 durante o Programa Melhoria da Educação, em parceria com o Itaú Social.

O CIVAP também realiza conferências intermunicipais e elabora planos que contribuem para uma ação coordenada, por exemplo, os Planos de Gestão de Resíduos Sólidos e o Plano de Desenvolvimento Local e Regional dos Municípios do Vale do Paranapanema, realizado em parceria com a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado.



Municípios membros

- Agudos
- Assis
- Bastos
- Borá
- Borebi
- Cabrália Paulista
- Cândido Mota
- Campos Novos Paulista
- Cruzália
- Duartina
- Echaporã
- Espírito Santo do Turvo
- Fernão
- Florínea
- Gália
- Ibirarema
- Iepê
- João Ramalho
- Lupércio
- Lutécia
- Manduri
- Maracaí
- Nantes
- Narandiba
- Ocaçu
- Ourinhos
- Oriente
- Oscar Bressane
- Palmital
- Paraguaçu Paulista

- Pedrinhas Paulista
- Paulistânia
- Pirapozinho
- Platina
- Sandovalina
- Santa Cruz do Rio Pardo
- Quatá
- Queiroz
- Quintana
- Rancharia
- Taciba
- Tarumã

Sede e natureza jurídica

Com sede no município de Assis, o consórcio constituiu-se na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público, de natureza autárquica, na forma da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e Decreto 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

Estrutura organizacional

- Assembleia geral (Conselho de prefeitos)
- Presidente e vice-presidente
- Secretário
- Tesoureiro
- Conselho fiscal
- Diretoria executiva
- Câmaras técnicas

Câmaras Técnicas

- Educação
- Meio ambiente e recursos hídricos

Grupos de trabalho

Não possui.

Dados do território

POPULAÇÃO 2020

640.227

REPRESENTATIVIDADE DE POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO ESTADO DE SÃO PAULO

1,39%

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

R\$ 2,44 bi

PIB PER CAPITA

R\$ 38.866

IDHM | IDEB

Muito Alto Assis | 6.5

Alto

Agudos 6.5	Nantes 6.2
Bastos 6.8	Narandiba 6.4
Borá -	Ocaçu 7.1
Campos Novos Paulista 7.0	Oscar Bressane 7.1
Cândido Mota 7.0	Ourinhos 7.0
Cruzália 5.8	Palmital 6.3
Duartina 6.9	Paraguaçu Paulista 6.9
Echaporã 7.6	Paulistânia 7.2
Fernão 6.5	Pedrinhas Paulista 6.6
Florínea -	Pirapozinho 6.5
Gália 6.4	Platina 6.3
Ibirarema 6.4	Quatá 7.2
Iepê 6.0	Rancharia 7.0
João Ramalho 7.4	Sandovalina 6.2
Lupércio 6.2	Santa Cruz do Rio Pardo 7.1
Lutécia 6.3	Taciba 6.6
Manduri 6.0	Tarumã 7.2
Maracai 6.3	

Médio

Espírito Santo do Turvo | 6.5

Bacia Hidrográfica

Médio Paranapanema	69,3 %
Pontal do Paranapanema	17,2 %
Aquapeí e Peixe	6,1 %
Tietê-Jacaré	6,0 %
Alto Paranapanema	1,4 %

Consórcio Intermunicipal Grande ABC

Longa tradição na ação consorciada intersetorial

O Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, com sede em Santo André, é um dos mais conhecidos do país, com uma longa tradição em ações consorciadas de caráter intersetorial. Foi constituído em 1990 para atuar como órgão articulador de políticas públicas setoriais. Inicialmente, os municípios membros empreenderam ações voltadas às temáticas de gestão e destinação de recursos sólidos e à lei de incentivos seletivos.

Hoje em dia, o consórcio atua em diversas frentes em prol do desenvolvimento econômico e social de uma das mais importantes regiões industriais do país.

Sua história é marcada pelo papel de articulação que o consórcio assumi na região do Grande ABC. Muitas parcerias e diversas interações foram realizadas graças à participação direta do consórcio, seja tanto responsável pelo desenvolvimento de projetos como pelo papel institucional articulador de diferentes entidades dos setores público, privado e do terceiro setor, buscando a sinergia necessária para a execução prática de projetos.

Em 2020, em função da pandemia da covid-19, o consórcio rapidamente se articulou à Universidade Federal do ABC (UFABC) para a construção do COVIData, uma ferramenta web destinada à captação, tratamento e fornecimento de dados sobre a covid-19, realizando triagens sobre os casos suspeitos e as regiões onde se encontravam. Nesse mesmo período, participou da mesa de articulação da empresa Braskem com a produtora de veículos, General Motors (GM), para a fabricação de um milhão de máscaras. Esses e outros casos caracterizam o consórcio como um elo de união entre diferentes atores regionais.

MUNICÍPIO-SEDE:
Santo André

Municípios membros

- Diadema
- Mauá
- Ribeirão Pires
- Rio Grande da Serra
- Santo André
- São Bernardo do Campo
- São Caetano do Sul

*Imagem
com precisão
aproximada

Sede e natureza jurídica

Com sede na cidade de Santo André, o consórcio constituiu-se na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e de natureza autárquica na forma da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e seu Decreto 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

Estrutura organizacional

- Assembléia Geral
- Secretaria Executiva
- Assessoria de Comunicação
- Diretoria de Programas e Projetos
- Diretorias Administrativa e Financeira
- Diretoria Jurídica
- Controle Interno

Câmaras Técnicas

Não possui.

Grupos de trabalho

- Mobilidade
- Defesa civil
- Banda larga
- Planejamento urbano
- Meio ambiente
- Segurança pública
- Desenvolvimento econômico
- Turismo
- Trabalho e renda e economia solidária
- Procon regional
- Gênero
- Assistência social
- Direitos humanos
- Pessoa com deficiência
- Igualdade racial
- Criança prioridade I
- Políticas de Juventude
- Educação
- Esporte
- Cultura
- Saúde

Dados do território

POPULAÇÃO 2020

2.807.712

REPRESENTATIVIDADE DE POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO ESTADO DE SÃO PAULO

6,11%

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

R\$ 11,53 bi

PIB PER CAPITA

R\$ 41.604

IDHM | IDEB

Muito Alto Santo André | 6.5
São Bernardo do Campo | 6.9
São Caetano do Sul | 7.3

Alto Diadema | 6.5
Mauá | 6.7
Ribeirão Pires | 7.0
Rio Grande da Serra | 6.6

Bacia Hidrográfica

Alto Tietê

100 %

Consórcio Intermunicipal de Informática

Consórcio precursor na área da tecnologia

O Consórcio Intermunicipal de Informática (CIN), com sede em Penápolis, foi criado em 1º de agosto de 1986, em uma época em que as prefeituras ainda não eram informatizadas e os custos dos equipamentos e programas eram muito elevados. As prefeituras de Alto Alegre, Avanhandava, Barbosa, Clementina, Glicério, Luiziânia, Penápolis e Piacatu reuniram-se por iniciativa da Aliança dos Municípios do Médio Tietê (Amte), com o apoio da Secretaria do Estado de São Paulo, por meio do Centro de Estudos e Pesquisa de Administração Municipal (Cepam) e do Escritório Regional de Governo Região de Araçatuba, para constituir um dos primeiros consórcios de que se tem notícia com a finalidade de prestar serviços de informática para todos os municípios consorciados.

Atualmente, o consórcio conta com 15 municípios consorciados e presta serviços permanentes às suas respectivas câmaras de vereadores, autarquias, empresas públicas e outros órgãos da administração municipal. As instituições que utilizam os serviços desenvolvidos pelo CIN atuam conjuntamente em novos projetos e ações que visam uma maior eficácia da gestão. Por atuar em um campo em que a inovação é constante, o CIN é sempre solicitado a pensar em assuntos de interesse comum para a região, na perspectiva de buscar soluções globalizadas que possam ter respostas com a aplicação de tecnologias adequadas. Vários órgãos de controle se beneficiam de sua atuação no apoio à transparência de dados, em especial, no atendimento das exigências do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP).



MUNICÍPIO-SEDE:
Penápolis

Municípios membros

- Alto Alegre
- Avanhandava
- Barbosa
- Birigui
- Braúna
- Clementina
- Coroados
- Gabriel Monteiro
- Getulina
- Glicério
- Luiziânia
- Penápolis
- Piacatu
- Promissão
- Santópolis do Aguapeí

Sede e natureza jurídica

Com sede no município de Penápolis, o consórcio constituiu-se na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e de natureza autárquica na forma da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e Decreto 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

Estrutura organizacional

- Conselho de prefeitos
- Presidente
- Conselho fiscal
- Secretaria executiva

Câmaras Técnicas

Não possui.

Grupos de trabalho

Não possui.

Dados do território

POPULAÇÃO 2020

311.272

REPRESENTATIVIDADE DE POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO ESTADO DE SÃO PAULO

0,68%

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

R\$ 1,04 bi

PIB PER CAPITA

R\$ 24.170

IDHM | IDEB

Alto

Alto Alegre | 8.1
Avanhandava | 6.7
Birigui | 7.4
Braúna | 6.7
Clementina | 6.3
Coroados | 7.3
Gabriel Monteiro | 7.6

Getulina | 6.2
Glicério | 7.2
Luiziânia | 7.9
Penápolis | 7.1
Piacatu | 7.3
Promissão | 6.5
Santópolis do Aguapeí | 7.8

Médio

Barbosa | 7.0

Bacia Hidrográfica

Baixo Tietê 70,4 %
Aguapeí e Peixe 29,6 %

Consórcio Intermunicipal de Manejo de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de Campinas

Gestão de resíduos sólidos: uma demanda tipicamente regional

A partir de um interesse em comum: a gestão dos resíduos sólidos urbanos, seis municípios se reuniram para compatibilizar uma administração com caráter regional. Surgiu então o Consórcio Intermunicipal de Manejo de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de Campinas, com sede em Nova Odessa, em janeiro de 2009. Desde sua criação, a maior ênfase foi dada à inclusão socioeconômica e ambiental dos catadores de materiais recicláveis, com esse objetivo em mente, o consórcio iniciou suas primeiras ações.

Inicialmente, foi feita a sistematização dos dados e informações dos municípios sobre os resíduos sólidos urbanos, bem como o mapeamento das áreas de concentração de trabalho dos catadores de materiais recicláveis. Após a identificação dos locais de atuação, registrou-se as principais informações dos grupos de catadores de materiais recicláveis e, junto a eles, identificou-se as fragilidades e potencialidades do sistema de limpeza urbana, de coleta e de reciclagem dos municípios. Finalmente, chegou-se ao desenho dos cenários para a gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos pelo consórcio.

MUNICÍPIO-SEDE:
Nova Odessa

Municípios membros

- Americana
- Hortolândia
- Monte Mor
- Nova Odessa
- Santa Bárbara d'Oeste
- Sumaré

*Imagem com precisão aproximada

Sede e natureza jurídica

Com sede na cidade de Nova Odessa, o consórcio constituiu-se na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e de natureza autárquica na forma da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e seu Decreto 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

Estrutura organizacional

- Assembleia geral
- Diretoria executiva
- Presidência
- Conselho fiscal
- Conselho de regulação

Câmaras Técnicas

Não possui.

Grupos de trabalho

Não possui.

23

Dados do território

POPULAÇÃO 2020

1.078.588

REPRESENTATIVIDADE DE POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO ESTADO DE SÃO PAULO

2,35%

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

R\$ 3,31 bi

PIB PER CAPITA

R\$ 48.875

IDHM | IDEB

Muito Alto Americana | 6.9

Alto Hortolândia | 7
Monte Mor | 6.6
Nova Odessa | 7.3
Santa Bárbara d'Oeste | -
Sumaré | 6.3

Bacia Hidrográfica

Piracicaba / Capivari / Jundiá 100 %

Consórcio Intermunicipal Turístico Circuito Litoral Norte

O turismo como elemento de integração e de desenvolvimento regional

O fortalecimento institucional sempre se mostrou necessário para as cidades que possuem parte de sua economia atrelada à atividade turística. Esse foi um dos motivos para a criação do Consórcio Intermunicipal Turístico do Litoral Norte, com sede na cidade de Caraguatatuba, em novembro de 2018, e também para elaboração de um guia de ação para nortear as suas atividades.

O consórcio elaborou ainda um circuito turístico composto por atrativos que vão desde a infraestrutura hoteleira aos pontos turísticos, passando por diversos serviços ligados à indústria do turismo em cada uma das cinco cidades integrantes do consórcio. Visando a geração de trabalho, renda e aumento da qualidade de vida dos cidadãos dessas cinco cidades, o consórcio tem instrumentos para enriquecer a oferta turística local, ampliar as opções de visita e a satisfação do turista. Espera-se um aumento sustentável do fluxo e da permanência dos visitantes na região litoral norte paulista.

Buscando alcançar suas finalidades, o consórcio busca apoio na análise técnica profissional do território, da rede hoteleira e das iniciativas empreendidas pelas forças econômicas locais. Sua atual estrutura está especialmente voltada à produção de planos de trabalho e de pesquisa que visam identificar oportunidades e estudos que permitam encontrar o melhor caminho para uma ação articulada entre os municípios. Essa forma cooperativa de atuação tem se mostrado muito efetiva no que se refere à mobilização das lideranças do consórcio.

MUNICÍPIO-SEDE:
Caraguatatuba

Municípios membros

- Bertioga
- Caraguatatuba
- Ilhabela
- São Sebastião
- Ubatuba

*Imagem com precisão aproximada

Sede e natureza jurídica

Com sede na cidade de Caraguatatuba, o consórcio constituiu-se na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e de natureza autárquica na forma da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e seu Decreto 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

Estrutura organizacional

- Assembleia geral
- Conselho de administração
- Conselho fiscal.
- Conselho consultivo
- Secretaria executiva

Câmaras Técnicas

Não possui.

Grupos de trabalho

Não possui.

24

Dados do território

POPULAÇÃO 2020

405.855

REPRESENTATIVIDADE DE POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO ESTADO DE SÃO PAULO

0,88%

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

R\$ 3,16 bi

PIB PER CAPITA

R\$ 60.282

IDHM | IDEB

Alto

Bertioga | 6.5
Caraguatatuba | 6.7
Ilhabela | 6.3
São Sebastião | 6.3
Ubatuba | 6.2

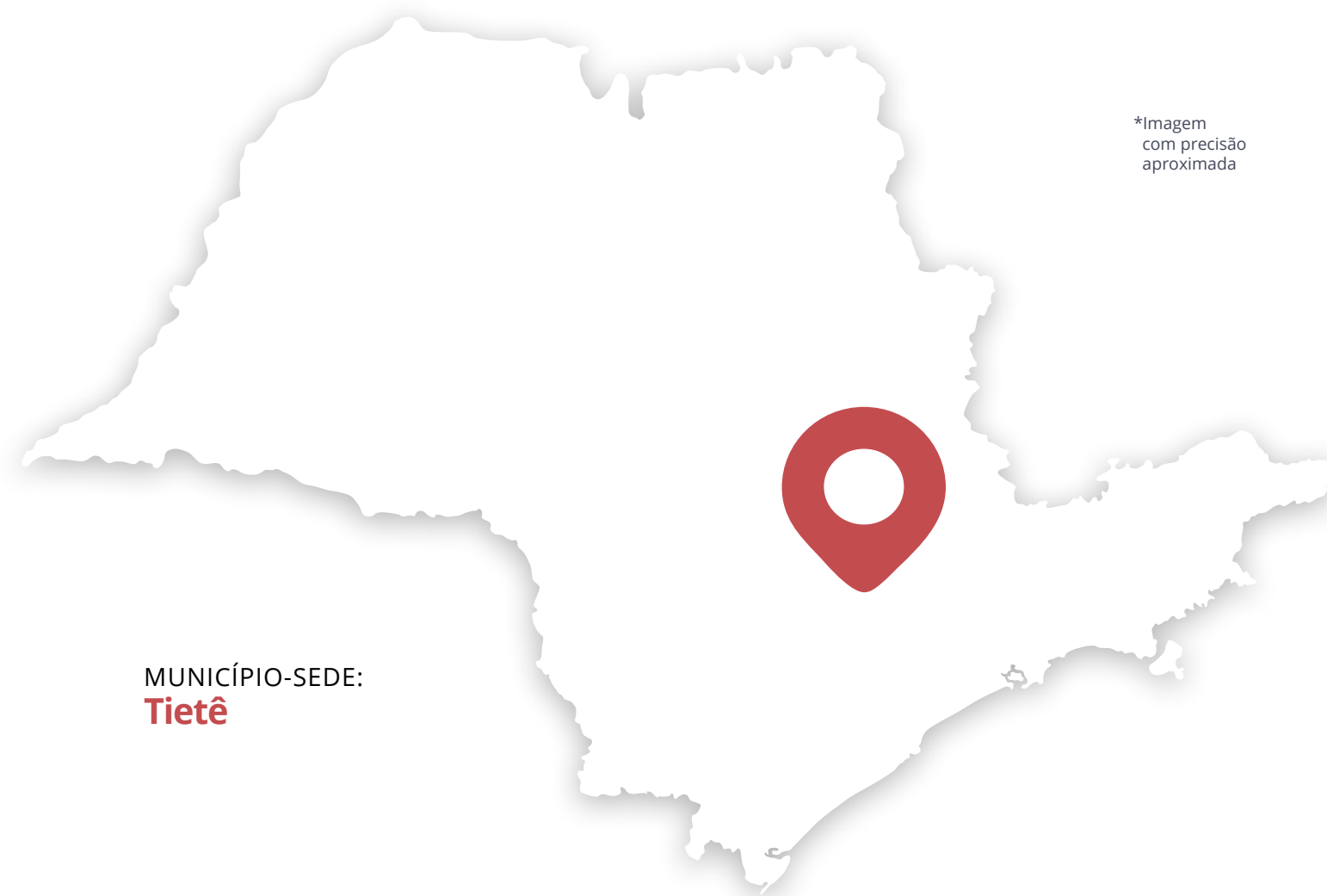
Bacia Hidrográfica

Litoral Norte 79,8 %
Baixada Santista 20,2 %

Consórcio Intermunicipal dos Bombeiros do Médio Tietê

**Serviço de bombeiros
prestado por um consórcio
intermunicipal inovador**

O Consórcio Intermunicipal de Bombeiros do Médio Tietê, com sede no município de Tietê, é um dos poucos consórcios deste tipo no Brasil e, certamente, o único no estado de São Paulo. Trata-se de uma iniciativa criada em 2005, com o objetivo de implantar, executar e manter o serviço de bombeiros para a população dos municípios consorciados. Dentre os serviços prestados, estão as atividades tradicionais dos bombeiros, ou seja, a prevenção e a extinção de incêndios, busca e salvamento, aprovação de projetos de proteção contra incêndio, fiscalização das normas de prevenção, socorros diversos, entre outras.



*Imagem
com precisão
aproximada

MUNICÍPIO-SEDE:
Tietê

Municípios membros

- Cerquillo
- Jumirim
- Laranjal Paulista
- Tietê

Sede e natureza jurídica

Com sede no município de Tietê, o consórcio constituiu-se na forma jurídica de associação pública, sendo regido com personalidade jurídica de direito público e de natureza autárquica na forma da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e seu Decreto 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

Estrutura organizacional

- Conselho de prefeitos e bombeiros
- Secretaria executiva
- Conselho fiscal

Câmaras Técnicas

Não possui.

Grupos de trabalho

Não possui.

Dados do território

POPULAÇÃO 2020

124.522

REPRESENTATIVIDADE DE POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO ESTADO DE SÃO PAULO

0,27%

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS

R\$0,42 bi

PIB PER CAPITA

R\$38.210

IDHM | IDEB

Alto

Cerquillo | 7.4

Jumirim | 6.7

Laranjal Paulista | 6.5

Tietê | 7.2

Bacia Hidrográfica

Sorocaba e Médio Tietê

100 %

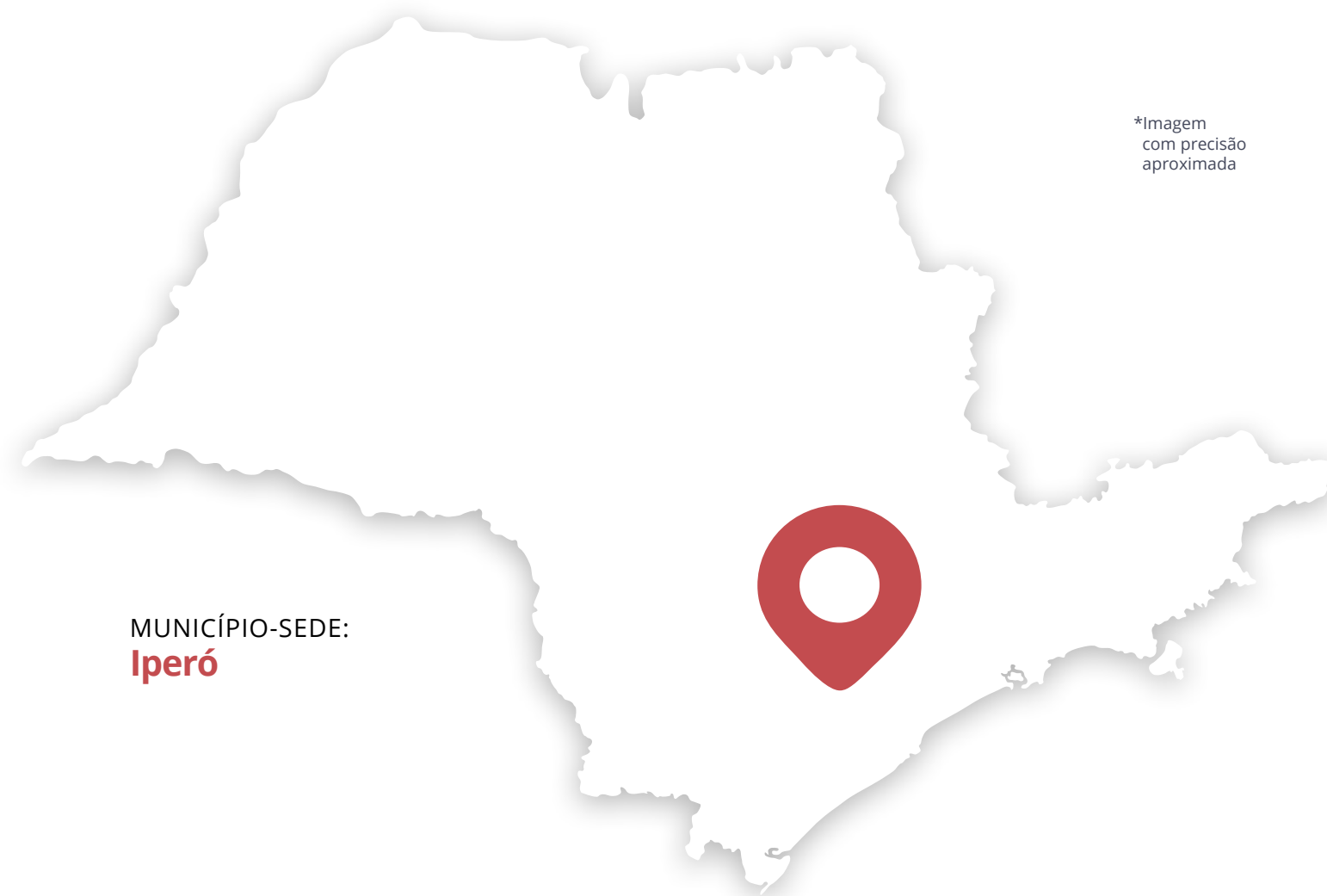
Consórcio de Estudos e Recuperação e Desenvolvimento Bacias Rio Sorocaba e Médio Tietê

Um consórcio com foco no tratamento de esgotos urbanos

O Consórcio de Estudos, Recuperação e Desenvolvimento da Bacia do Rio Sorocaba e Médio Tietê (CERISO), com sede em Piedade, foi criado com a finalidade de planejar e executar programas e medidas destinadas a promover e acelerar o desenvolvimento socioeconômico da região compreendida no território dos municípios consorciados. Efetivamente, tal finalidade cumpre-se na tarefa de implementar projetos que promovam e melhorem as condições de saneamento e uso das águas da bacia hidrográfica dos rios Sorocaba e Médio Tietê e respectivas sub-bacias, principalmente no que diz respeito ao tratamento de esgotos urbanos.

Municípios membros

- Alambari
- Alumínio
- Araçoiaba da Serra
- Bofete
- Boituva
- Cabreúva
- Capela do Alto
- Cerquilha
- Cesário Lange
- Ibiúna
- Iperó
- Itu
- Jumirim
- Laranjal Paulista
- Mairinque
- Pereiras
- Piedade
- Porangaba
- Porto Feliz
- Salto de Pirapora
- São Roque
- Sarapuí
- Sorocaba
- Tatuí
- Tietê
- Vargem Grande Paulista
- Votorantim



MUNICÍPIO-SEDE:
Iperó

Sede e natureza jurídica

Com sede na cidade de Piedade, o consórcio constitui-se sob a forma jurídica de sociedade civil sem fins lucrativos.

Estrutura organizacional

- Conselho de prefeitos
- Conselho fiscal
- Plenária de entidades
- Secretaria executiva
- Assessor administrativo

Câmaras Técnicas

Não possui.

Grupos de trabalho

Não possui.

Dados do território

POPULAÇÃO 2020

1.952.011

REPRESENTATIVIDADE DE POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO ESTADO DE SÃO PAULO

4,25%

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

R\$ 7,10 bi

PIB PER CAPITA

R\$ 35.237

IDHM | IDEB

Alto		
	Alambari 6.5	Mairinque 6.0
	Alumínio 6.7	Pereiras 6.8
	Araçoiaba da Serra 6.5	Piedade 7.3
	Bofete 5.7	Porangaba 6.1
	Boituva 6.8	Porto Feliz 6.3
	Cabreúva 6.3	Salto de Pirapora 6.6
	Cerquillo 7.4	São Roque 6.1
	Cesário Lange 6.4	Sarapuí 6.2
	Ibiúna 6.0	Sorocaba 6.7
	Iperó 5.8	Tatuí 6.4
	Itu 6.1	Tietê 7.2
	Jumirim 6.7	Vargem Grande Paulista 6.6
	Laranjal Paulista 6.5	Votorantim 6.7

Médio Capela do Alto | 6.4

Bacia Hidrográfica

Sorocaba e Médio Tietê 100 %

Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Ribeira

CONSAÚDE: concentrando esforços para promover a saúde regional

A história do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Ribeira, o Consaúde, começa com a criação do Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira e Litoral Sul (CODIVAR), cujo modelo foi inspirado no Codivap, o consórcio que reúne os municípios do Vale do Paraíba. Em seu início, 26 municípios com características socioeconômicas semelhantes e proximidade geográfica tornaram-se integrantes do consórcio.

Como o gerenciamento da saúde ocupava integralmente a atenção dos prefeitos, em detrimento do debate das diretrizes do desenvolvimento regional, em dezembro de 2001, o prefeito de Registro, Samuel Moreira da Silva Junior, então presidente do CODIVAR, propôs o desmembramento em dois consórcios. Os prefeitos aprovaram a alteração da razão social para Consaúde, especificamente para gerenciar a saúde, mantendo o CNPJ e as obrigações assumidas originalmente pelo CODIVAR que, então, tornou-se responsável pelo debate das questões relativas ao desenvolvimento regional.

A operacionalização do CONSAÚDE ficou a cargo de uma equipe técnica, sob o comando do diretor-superintendente. O cargo de superintendente é avaliado pelo conselho de prefeitos a cada dois anos, quando o mandato do titular é renovado.

Desde a criação, o CONSAÚDE ocupa-se de administrar hospitais e unidades, oferecendo serviços de qualidade à população de todo o Vale do Ribeira e Litoral Sul, com atendimento humanizado e multiprofissional, integrado ao Sistema Único de Saúde (SUS). A missão do consórcio é participar da formação e do desenvolvimento dos recursos humanos para a satisfação dos usuários.



MUNICÍPIO-SEDE:
Pariquera-Açu

Municípios membros

- Apiaí
- Barra do Chapéu
- Barra do Turvo
- Cajati
- Cananéia
- Eldorado
- Iguape
- Ilha Comprida
- Iporanga
- Itanhaém
- Itaoca
- Itapirapuã Paulista
- Jacupiranga

- Juquiá
- Miracatu
- Mongaguá
- Pariquera-Açu
- Pedro de Toledo
- Peruíbe
- Registro
- Ribeira
- Sete Barras
- Tapiraí

27

Sede e natureza jurídica

Com sede no município de Pariquera-Açu, o consórcio constituiu-se na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e de natureza autárquica na forma da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e seu Decreto 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

Estrutura organizacional

- Assembleia geral
- Presidência
- Conselho administrativo
- Conselho fiscal
- Conselho consultivo
- Superintendência

Câmaras Técnicas

Não possui.

Grupos de trabalho

Grupo de trabalho de humanização

Dados do território

POPULAÇÃO 2020

545.759

REPRESENTATIVIDADE DE POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO ESTADO DE SÃO PAULO

1,19%

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

R\$ 2,13 bi

PIB PER CAPITA

R\$ 24.393

IDHM | IDEB

Alto

Apiáí | 6.5
Cananéia | 6.1
Iguape | 6.0
Ilha Comprida | 6.8
Iporanga | 5.7
Itanhaém | 6.3

Jacupiranga | 6.5
Juquiá | 6.6
Mongaguá | 6.0
Pariquera-Açu | -
Peruíbe | 6.0
Registro | 7.0

Médio

Barra do Chapéu | 5.6
Barra do Turvo | 5.5
Cajati | 6.9
Eldorado | 6.0
Itaóca | 6.0
Itapirapuã Paulista | 6.8

Miracatu | 6.2
Pedro de Toledo | 6.1
Ribeira | 6.0
Sete Barras | 6.0
Tapiraí | 6.5

Bacia Hidrográfica

Ribeira do Iguape e Litoral Sul 93,8 %
Baixada Santista 6,2 %

Consórcio Público Intermunicipal de Saúde da Região de Jales

Um plano diretor regional de saúde elaborado e gerido de forma consorciada

O Consórcio Público Intermunicipal de Saúde da Região de Jales (Consirj), com sede no município de Jales, foi criado em 24 de agosto de 2001, para enfrentar os problemas comuns dos municípios da região na área da saúde e para contribuir para a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS). Na época de sua criação, conforme a Lei Orgânica de Saúde e a Política de Organização do SUS, o consórcio constituiu-se como uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos. Mais tarde, em 20 de novembro de 2012, a entidade se tornou um consórcio intermunicipal de direito público, conforme Lei dos Consórcios Públicos (Lei nº 11.107/05), dando maior segurança jurídica às suas iniciativas.

A fim de melhor orientar as ações do consórcio, elaborou-se um plano diretor, patrocinado pelo Ministério da Saúde e pelas prefeituras consorciadas, com a ampla participação dos gestores, profissionais e usuários, estes últimos representados pelos conselhos municipais de saúde. O diferencial do plano foi exatamente a participação democrática na sua elaboração e, sobretudo, sua implantação em nível regional. Dentre as diretrizes, o consórcio tem como missão captar recursos para promover investimentos regionais, buscar inovações na gestão da saúde, reestruturar a rede regional de saúde e capacitar recursos humanos gestores da saúde, gerentes e profissionais de saúde.

Com essa missão, o Consirj é responsável por administrar:

- SAMU 192 Regional Jales.
- Unidade de Pronto-Atendimento: UPA 24h Regional de Jales.
- Centro de Especialidades Odontológicas (CEO).
- Centro de Diagnóstico Regional de Jales.
- Centro de Atenção Psicossocial: CAPS I Regional Jales.
- Saúde Mental.
- Serviço de Assistência Especializada e Centro de Testagem e Aconselhamento (SAE/CTA).

MUNICÍPIO-SEDE:
Jales

Municípios membros

- Aparecida d'Oeste
- Aspásia
- Dirce Reis
- Dolcinópolis
- Jales
- Marinópolis
- Mesópolis
- Palmeira d'Oeste
- Paranapuã
- Pontalinda

- Santa Albertina
- Santa Salete
- Santana da Ponte Pensa
- São Francisco
- Urânia
- Vitória Brasil

*Imagem com precisão aproximada

Sede e natureza jurídica

Com sede no município de Jales, o consórcio constituiu-se na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e de natureza autárquica na forma da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e Decreto 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

Estrutura organizacional

- Assembleia geral
- Diretoria executiva
- Conselho curador
- Conselho fiscal
- Diretoria administrativa

Câmaras Técnicas

Não possui.

Grupos de trabalho

Não possui.

28

Dados do território

POPULAÇÃO 2020

103.919

REPRESENTATIVIDADE DE POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO ESTADO DE SÃO PAULO

0,23%

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

R\$0,40 bi

PIB PER CAPITA

R\$ 23.985

IDHM | IDEB

Alto	Aparecida D'Oeste -	Paranapuã 6.5
	Aspásia 7.1	Pontalinda 6.7
	Dirce Reis 6.8	Santa Albertina 6.5
	Dolcinópolis 6.4	Santa Salete 7.8
	Jales 7.6	Santana da Ponte Pensa 8.3
	Marinópolis 8	São Francisco 7.0
	Mesópolis 6.5	Urânia 7.5
	Palmeira d'Oeste -	Vitória Brasil 6.4

Bacia Hidrográfica

São José dos Dourados	61,2 %
Turvo / Grande	38,8 %

Consórcio Intermunicipal Serra Mantiqueira

O desenvolvimento sustentável da Serra da Mantiqueira promovido por um consórcio

O Consórcio Intermunicipal Serra da Mantiqueira (CISMA), com sede em Santo Antônio do Pinhal, foi criado com o objetivo de fortalecer a representatividade de seus municípios membros, buscar soluções e melhorias para a região da Serra da Mantiqueira. Dotado de muitas riquezas naturais e paisagens únicas, os municípios buscam promover o seu desenvolvimento de forma sustentável, com equidade social e articulação com todos os níveis de governo e distintos organismos da federação. Desde o início, os fundadores do CISMA viram no consórcio a oportunidade de promover a união entre os municípios, trazendo maior força de atuação para a região.

Sua história remonta ao ano de 2002, quando alguns prefeitos se reuniram para suprir uma demanda surgida localmente: criar e melhorar as estradas rurais. Com esse objetivo em mente, conseguiram obter máquinas agrícolas que permitiram a expansão da malha viária rural, facilitando o deslocamento dos produtores regionais e promovendo o desenvolvimento das economias agrícolas dos municípios membros.

A partir do convênio realizado para obtenção do primeiro maquinário, a ideia do consórcio apareceu como meio mais eficaz de transformar a realidade local e instituiu-se o Cisma. Sendo um consórcio multifinalitário, tem também atuado nas áreas de turismo, meio ambiente, esporte, transporte e urbanismo.

MUNICÍPIO-SEDE:
Santo Antônio do Pinhal

Municípios membros

- Campos do Jordão
- Monteiro Lobato
- Santo Antônio do Pinhal
- São Bento do Sapucaí
- Tremembé

*Imagem com precisão aproximada



Sede e natureza jurídica

Com sede no município de Santo Antônio do Pinhal, o consórcio constituiu-se na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e de natureza autárquica na forma da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e Decreto 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

Estrutura organizacional

- Assembleia geral
- Diretoria
- Secretaria executiva
- Conselho consultivo
- Conselho fiscal

Câmaras Técnicas

Turismo: conta com a participação de todos os secretários de turismo dos municípios membros do consórcio.

Grupos de trabalho

Não possui.

Dados do território

POPULAÇÃO 2020

122.535

REPRESENTATIVIDADE DE POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO ESTADO DE SÃO PAULO

0,27%

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

R\$0,42 bi

PIB PER CAPITA

R\$ 17.945

IDHM | IDEB

Alto	Campos do Jordão 6.8
	Monteiro Lobato 5.9
	Santo Antônio do Pinhal 6.5
	São Bento do Sapucaí 6.5
	Tremembé 6.4

Bacia Hidrográfica

Serra da Mantiqueira	56,3 %
Paraíba do Sul	43,7 %

Consórcio de Desenvolvimento da Região de Governo de São João da Boa Vista

Hospital de referência regional gerido por um consórcio intermunicipal

O Consórcio de Desenvolvimento da Região de Governo de São João da Boa Vista (CONDERG), com sede em Divinolândia, é localmente conhecido como Hospital Regional de Divinolândia. Fundado em 1985, com a finalidade de prestar serviços de qualquer natureza aos dezesseis municípios consorciados, o consórcio, no entanto, iniciou suas atividades na área da informática. Com dois anos de existência, o CONDERG recebeu do governo estadual a posse do Hospital Adhemar de Barros e iniciou suas atividades na área de saúde. Passou a administrar o hospital, que atua regionalmente, em parceria com o governo estadual, prestando, gratuitamente, assistência médico-hospitalar em regime de emergência, bem como internações clínicas e cirúrgicas.

Após mais de 35 anos atuando na área da saúde, o CONDERG realizou parcerias estratégicas e implementou diferentes serviços por meio de uma ampla carteira de atividades. Os serviços vão das reabilitações auditiva e física, com oferta de órteses, próteses, cadeiras de roda e aparelhos auditivos, até a gestão do Centro Especializado em Reabilitação para as modalidades física, auditiva e visual.

Atualmente, o CONDERG disponibiliza 186 leitos para atendimento hospitalar nas especialidades de clínica médica, cirúrgica e pediátrica, e também 150 leitos destinados aos pacientes de cuidados prolongados neurológicos. Além disso, o hospital realiza uma média de 26.740 atendimentos por mês nas suas diversas especialidades.

MUNICÍPIO-SEDE:
Divinolândia

Municípios membros

- Aguaí
- Caconde
- Divinolândia
- Itobi
- Mococa
- Santa Cruz das Palmeiras
- Santo Antônio do Jardim
- São Sebastião da Gramma
- Tambaú
- Tapiratiba
- Vargem Grande do Sul

*Imagem com precisão aproximada

Sede e natureza jurídica

Com sede no município de Divinolândia, o consórcio constituiu-se como personalidade jurídica de direito privado, regendo-se pelas normas da CF/88, do Código Civil e pelo Estatuto Social.

Estrutura organizacional

- Conselho de prefeitos
- Assembleia geral
- Conselho fiscal
- Secretaria executiva

Câmaras Técnicas

Não possui.

Grupos de trabalho

Não possui.

30

Dados do território

POPULAÇÃO 2020

275.703

REPRESENTATIVIDADE DE POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO ESTADO DE SÃO PAULO

0,6%

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

R\$0,78 bi

PIB PER CAPITA

R\$ 23.757

IDHM | IDEB

Alto

Aguai | 6.2
Caconde | 6.6
Divinolândia | 6.4
Itobi | 6.7
Mococa | 6.2
Santa Cruz das Palmeiras | 6.7
Santo Antônio do Jardim | 7.4
São Sebastião da Gramma | 6.9
Tambaú | 5.7
Tapiratiba | -
Vargem Grande do Sul | 6.8

Bacia Hidrográfica

Pardo 72,7 %
Mogi-Guaçu 27,3 %

Consórcio Intermunicipal de Saúde do Aquífero Guarani, Vale das Cachoeiras e Horizonte Verde

O SAMU regionalizado por meio de um consórcio intermunicipal

Inaugurado em 2012, o Consórcio Intermunicipal de Saúde (CIS-AVH), com sede em Cravinhos, foi criado com a finalidade de gerir os valores repassados para a manutenção do SAMU regional de Ribeirão Preto. Com o estabelecimento da Rede de Urgência e Emergência, em 2011, na região do Departamento Regional de Saúde XIII, o SAMU, que originalmente atendia tão somente ao município de Ribeirão Preto, viu-se na necessidade de regionalizar o serviço, procurando estabelecer um modelo de governança em rede no campo da saúde, de forma organizada, hierárquica e, ao mesmo tempo, regionalizada.

Desde o início de suas atividades, o consórcio atua de forma ativa e participativa na elaboração de processos licitatórios e serviços na área da saúde, segundo metas e planos estabelecidos pelos secretários municipais de saúde, com o propósito de oferecer a melhor qualidade com menor custo, ou seja, em uma boa relação custo versus benefício.

Dentre suas principais finalidades estão: implantar serviços públicos suplementares ao Sistema Único de Saúde (SUS); assegurar a prestação de serviços de saúde especializados de referência; e gerenciar, juntamente com as secretarias de saúde dos municípios consorciados, os recursos técnicos e financeiros pactuados por meio de contratos de gestão executados pelo consórcio.

MUNICÍPIO-SEDE:
Cravinhos

Municípios membros

- Altinópolis
- Barrinha
- Batatais
- Brodowski
- Cajuru
- Cássia dos Coqueiros
- Cravinhos
- Dumont
- Guariba
- Guataparã
- Jaboticabal
- Jardinópolis
- Luís Antônio
- Monte Alto
- Pitangueiras
- Pontal
- Pradópolis
- Ribeirão Preto
- Santa Cruz da Esperança
- Santa Rita do Passa Quatro
- Santa Rosa de Viterbo
- Santo Antônio da Alegria
- Serra Azul
- Sertãozinho

*Imagem com precisão aproximada

Sede e natureza jurídica

Com sede no município de Cravinhos, o consórcio constituiu-se na forma de associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado regido pela Constituição Federal e pelo Código Civil.

Estrutura organizacional

- Assembleia geral
- Diretoria executiva
- Conselho fiscal
- Conselho de secretários municipais
- Secretaria executiva

Câmaras Técnicas

Não possui.

Grupos de trabalho

Não possui.

31

Dados do território

POPULAÇÃO 2020

1.479.258

REPRESENTATIVIDADE DE POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO ESTADO DE SÃO PAULO

3,22%

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

R\$ 5,48 bi

PIB PER CAPITA

R\$ 33.383

IDHM | IDEB

Muito Alto | Ribeirão Preto | 6.2

Alto

Altinópolis | 6.6
Barrinha | 6.3
Batatais | 6.6
Brodowski | 6.1
Cajuru | 6.3
Cássia dos Coqueiros | 5.1
Cravinhos | 5.8
Dumont | 6.8
Guariba | 6.7
Guataporá | 5.7
Jaboticabal | 6.5

Jardinópolis | 5.6
Luis Antônio | 6.2
Monte Alto | 6.4
Pitangueiras | 6.8
Pontal | 7.3
Pradópolis | 6.0
Santa Cruz da Esperança | 6.4
Santa Rita do Passa Quatro | 6.5
Santa Rosa de Viterbo | 6.1
Santo Antônio da Alegria | 6.9
Sertãozinho | 6.9

Médio

Serra Azul | 5.5

Bacia Hidrográfica

Mogi-Guaçu	43,1 %
Pardo	42,0 %
Sapucaí-Mirim / Grande	11,5 %
Turvo / Grande	3,4 %

Consórcio Intermunicipal do Ribeirão Pirai

O desenvolvimento temático de um consórcio intermunicipal

O Consórcio Intermunicipal do Ribeirão Pirai, com sede em Salto, é um dos poucos consórcios do estado de São Paulo com o objetivo único de acelerar o desenvolvimento socioeconômico e ambiental da região. Ultimamente, o consórcio promove programas e medidas destinadas à recuperação do meio ambiente dos municípios consorciados. Em sua criação, em 2003, o consórcio tinha como objetivo central o abastecimento de água para a população da região, pois era uma área rica em recursos hídricos, mas que encontrava dificuldade com a oferta de água de qualidade e com as quantidades necessárias a toda população.

Municípios membros

- Cabreúva
- Indaiatuba
- Itu
- Salto



Sede e natureza jurídica

Com sede no município de Salto, o consórcio constituiu-se na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e de natureza autárquica na forma da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e Decreto 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

Estrutura organizacional

- Assembleia geral
- Presidente
- Vice-presidente
- Tesoureiro
- Conselho fiscal

Câmaras Técnicas

Não possui.

Grupos de trabalho

Não possui.

Dados do território

POPULAÇÃO 2020

601.956

REPRESENTATIVIDADE DE POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO ESTADO DE SÃO PAULO

1,31%

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

R\$ 2,49 bi

PIB PER CAPITA

R\$ 64.037

IDHM | IDEB

Alto Cabreúva | 6.3
Indaiatuba | 7.4
Itu | 6.1
Salto | 6.9

Bacia Hidrográfica

Sorocaba e Médio Tietê 67 %
Piracicaba / Capivari / Jundiá 33 %

Consórcio Regional Intermunicipal de Saúde

Consórcio intermunicipal compartilha com os municípios a gestão do Programa de Saúde da Família e Unidade de Pronto Atendimento (UPA)

O Consórcio Regional Intermunicipal de Saúde (CRIS), com sede em Tupã, foi fundado em 07 de dezembro de 2005 com o objetivo de zelar pela qualidade de vida da população. Dentre os serviços ofertados destacam-se: consultas médicas, exames e procedimentos especializados para a população de todos os municípios membros do consórcio. Além disso, o CRIS se responsabiliza pela gestão compartilhada com os municípios dos Programas de Saúde da Família (PSF) e Unidade de Pronto Atendimento (UPA).

Municípios membros

- Arco-Íris
- Bastos
- Herculândia
- Iacri
- Queiroz
- Rinópolis
- Tupã



Sede e natureza jurídica

Com sede no município de Tupã, o consórcio constituiu-se na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e de natureza autárquica na forma da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e seu Decreto 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

Estrutura organizacional

Informação indisponível.

Câmaras Técnicas

Não possui.

Grupos de trabalho

Não possui.

Dados do território

POPULAÇÃO 2020

117.600

REPRESENTATIVIDADE DE POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO ESTADO DE SÃO PAULO

0,26%

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

R\$0,36 bi

PIB PER CAPITA

R\$44.823

IDHM | IDEB

Alto

Arco-Íris | -
Bastos | 6.8
Herculândia | 6.3
Iacri | 6.9
Queiroz | 6.0
Rinópolis | 6.7
Tupã | 6.8

Bacia Hidrográfica

Aquapeí e Peixe

100%

União dos Municípios da Média Sorocabana

A transformação de uma associação de municípios tradicional em consórcio público multifinalitário com larga envergadura

A União dos Municípios da Média Sorocabana, com sede em Santa Cruz do Rio Pardo, foi criada em 16 de abril de 1994, como associação de municípios. No entanto, em 20 de setembro de 2019 tornou-se um consórcio público, com personalidade jurídica de direito público, com atuação nas áreas de meio ambiente, mobilidade, escola de governo, saúde e turismo. No contexto da pandemia da covid-19, as atividades do consórcio foram direcionadas especialmente à área da saúde e ao desenvolvimento econômico por meio do turismo.

O consórcio está em processo de reformulação e pretende estruturar as câmaras técnicas de educação, de desenvolvimento econômico e de meio ambiente, bem como, aumentar as áreas de atuação da escola de governo e criar novos projetos com o intuito de ampliar a representatividade regional dos municípios consorciados.

Municípios membros

- Bernardino de Campos
- Canitar
- Chavantes
- Espírito Santo do Turvo
- Ibirarema
- Ipaussu
- Óleo
- Ourinhos
- Ribeirão do Sul
- Salto Grande
- Santa Cruz do Rio Pardo
- São Pedro do Turvo
- Timburi



*Imagem com precisão aproximada

MUNICÍPIO-SEDE:
Santa Cruz do Rio Pardo

34

Sede e natureza jurídica

Com sede no município de Santa Cruz do Rio Pardo, o consórcio constituiu-se na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e de natureza autárquica na forma da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e Decreto 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

Estrutura organizacional

- Assembleia geral
- Conselho fiscal
- Conselho interno
- Secretaria executiva
- Assessoria projetos
- Assessoria contábil
- Assessoria jurídica
- Diretoria administrativa

Câmaras Técnicas

- Desenvolvimento turístico
- Escola de governo
- Saúde.

Grupos de trabalho

Não possui.

Dados do território

POPULAÇÃO 2020

269.148

REPRESENTATIVIDADE DE POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO ESTADO DE SÃO PAULO

0,59%

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

R\$0,95 bi

PIB PER CAPITA

R\$ 26.229

IDHM | IDEB

Alto

Barão de Antonina 6.6	Ourinhos 7.0
Bernardino de Campos 6.6	Ribeirão do Sul 6.7
Chavantes 6.8	Salto Grande 6.7
Ibirarema 6.4	Santa Cruz do Rio Pardo 7.1
Ipaussu 6.3	São Pedro do Turvo 7.7
Itaporanga 6.4	Timburi 6.5
Óleo 5.4	Ubirajara 6.8

Médio

Canitar 7.3
Espírito Santo do Turvo 6.5

Bacia Hidrográfica

Médio Paranapanema	73,7 %
Alto Paranapanema	26,3 %

Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto do Vale do Paraíba

Um consórcio intermunicipal de saúde para toda região do Alto Vale do Paraíba

A região do Alto do Vale do Paraíba possui uma ampla extensão territorial de 3.824,63 km² e destaca-se como a décima maior região metropolitana do país, estrategicamente situada entre São Paulo e Rio de Janeiro. Com números tão significativos, um grupo de municípios da região resolveu criar, em outubro de 2013, o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Paraíba, com sede em São José dos Campos, tem a finalidade de promover o desenvolvimento integral da saúde por meio do aprimoramento das ações e dos serviços públicos nesta área.

A principal atividade atualmente desempenhada pelo consórcio é a prestação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), que cobre toda a região do Alto Vale do Paraíba, compreendida pelos perímetros dos municípios consorciados. Além disso, o consórcio realiza atividades educativas sobre saúde pública e a prestação de informações sobre os serviços de saúde para toda a população da região.

Municípios membros

- Caçapava
- Igaratá
- Jacareí
- Jambeiro
- Monteiro Lobato
- Paraibuna
- Santa Branca
- São José dos Campos



Sede e natureza jurídica

Com sede no município de São José dos Campos, o consórcio constituiu-se na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e de natureza autárquica na forma da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e Decreto 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

Estrutura organizacional

- Assembleia geral
- Diretoria
- Conselho fiscal
- Secretaria executiva

Câmaras Técnicas

Não possui.

Grupos de trabalho

Não possui.

35

Dados do território

POPULAÇÃO 2020

1.114.287

REPRESENTATIVIDADE DE POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO ESTADO DE SÃO PAULO

2,43%

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

R\$4,60 bi

PIB PER CAPITA

R\$33.119

IDHM | IDEB

Muito Alto São José dos Campos | **7.0**

Alto

- Caçapava | 6.1
- Igaratá | 6
- Jacareí | 6.6
- Jambeiro | 6.2
- Monteiro Lobato | 5.9
- Paraibuna | 6.4
- Paraíbuna | 6.4
- Santa Branca | 6.3

Bacia Hidrográfica

Paraíba do Sul 100 %

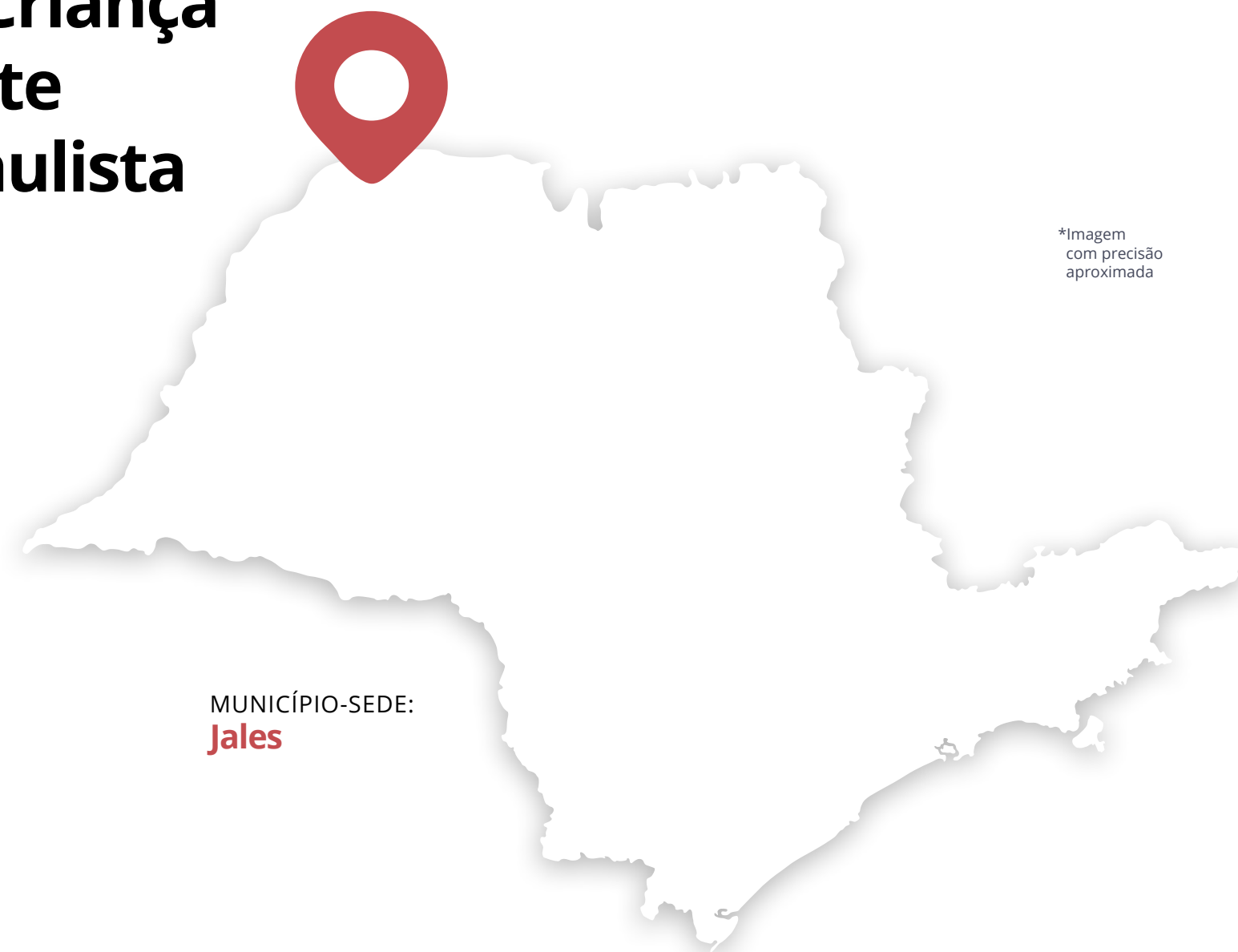
Consórcio Intermunicipal de Direitos da Criança e do Adolescente do Noroeste Paulista

Os direitos das crianças e dos adolescentes são o foco do consórcio intermunicipal

O Consórcio Intermunicipal de Direitos da Criança e do Adolescente do Noroeste Paulista, com sede em Jales, foi fundado em 16 de novembro de 2005. Desde então, o consórcio implantou e vem promovendo a manutenção dos serviços da Casa de Abrigo voltada ao atendimento de crianças e adolescentes em situação de risco, conforme disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, dentro dos limites territoriais dos municípios consorciados.

Municípios membros

- Aspásia
- Dirce Reis
- Jales
- Marinópolis
- Mesópolis
- Paranapuã
- Pontalinda
- Santa Albertina
- Santa Salete
- São Francisco
- Urânia
- Vitória Brasil



Sede e natureza jurídica

Com sede no município de Jales, o consórcio constituiu-se na forma de associação civil, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins econômicos, na forma da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e Decreto 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

Estrutura organizacional

- Conselho de prefeitos
- Conselho deliberativo
- Gerência executiva

Câmaras Técnicas

Não possui.

Grupos de trabalho

Não possui.

Dados do território

POPULAÇÃO 2020

86.955

REPRESENTATIVIDADE DE POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO ESTADO DE SÃO PAULO

0,19%

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

R\$0,32 bi

PIB PER CAPITA

R\$ 24.295

IDHM | IDEB

Alto

Aspásia | 7.1
Dirce Reis | 6.8
Jales | 7.6
Marinópolis | 8
Mesópolis | 6.5
Paranapuã | 6.5

Pontalinda | 6.7
Santa Albertina | 6.5
Santa Salete | 7.8
São Francisco | 7.0
Urânia | 7.5
Vitória Brasil | 6.4

Bacia Hidrográfica

São José dos Dourados 50,2 %
Turvo / Grande 49,8 %

Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

Uma Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento que atua por meio de um consórcio intermunicipal

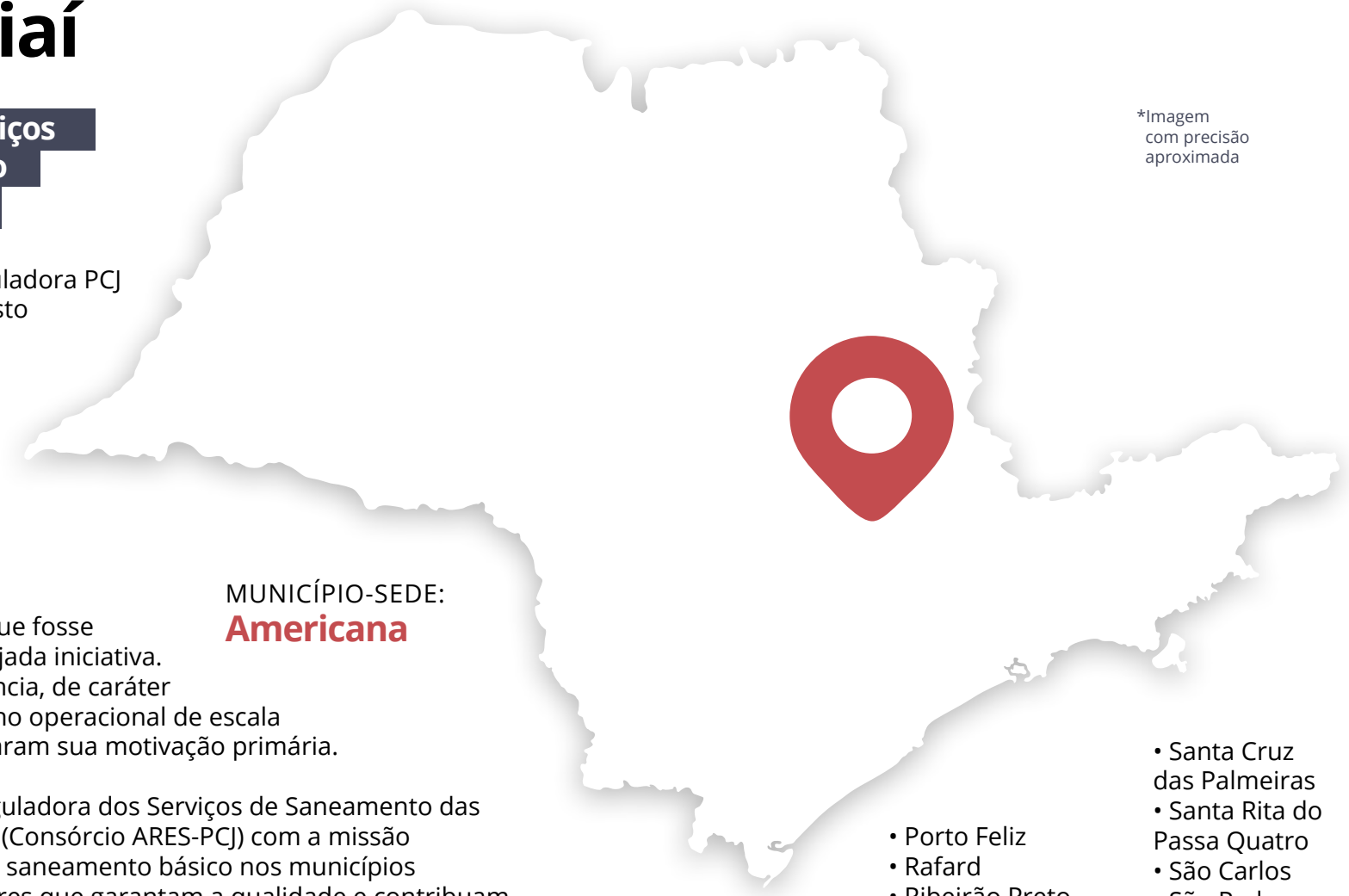
O consórcio reconhecido como Agência Reguladora PCJ (ARES-PCJ), tem sede em Americana. Em agosto de 2010, vários prefeitos de municípios integrantes da Bacia Hidrográfica PCJ solicitaram apoio ao já existente Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá para viabilizar a criação de um ente regional que fosse responsável pela regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico desses municípios.

A união dos municípios foi o caminho para que fosse obtida a sustentabilidade econômica da arrojada iniciativa. Os prefeitos tinham clareza de que essa agência, de caráter regional, representaria um considerável ganho operacional de escala e foi neste aspecto operacional que encontraram sua motivação primária.

Desse modo, surgiu o Consórcio Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Consórcio ARES-PCJ) com a missão de regular e fiscalizar os serviços públicos de saneamento básico nos municípios associados, com base em normas e indicadores que garantam a qualidade e contribuam para o equilíbrio nas relações entre usuários.

Municípios membros

- | | | | |
|-------------------------|-----------------|----------------|-----------------------|
| • Amparo | • Brotas | • Iracemápolis | • Louveira |
| • Analândia | • Campinas | • Itapira | • Mogi Guaçu |
| • Araçoiaba da Serra | • Capivari | • Itirapina | • Mogi Mirim |
| • Araraquara | • Cerquilha | • Itu | • Monte Alegre do Sul |
| • Araras | • Dois Córregos | • Jaboticabal | • Nova Odessa |
| • Artur Nogueira | • Holambra | • Jaguariúna | • Orlandia |
| • Atibaia | • Indaiatuba | • Jundiaí | • Paraíbuna |
| • Bom Jesus dos Perdões | • Ipeúna | • Leme | • Pedreira |
| | | • Limeira | • Piracicaba |
| | | | • Pirassununga |



*Imagem com precisão aproximada

- Porto Feliz
- Rafard
- Ribeirão Preto
- Rio Claro
- Rio das Pedras
- Salto
- Santa Bárbara d'Oeste
- Santa Cruz das Palmeiras
- Santa Rita do Passa Quatro
- São Carlos
- São Pedro
- Sorocaba
- Sumaré
- Tietê
- Valinhos
- Vinhedo

37

Sede e natureza jurídica

Com sede no município de Americana, o consórcio constituiu-se na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e de natureza autárquica na forma da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e Decreto 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

Estrutura organizacional

- Assembleia geral
- Presidência
- Agência reguladora
- Conselhos de regulação e controle social

Câmaras Técnicas

Não possui.

Grupos de trabalho

Não possui.

Dados do território

POPULAÇÃO 2020

7.505.864

REPRESENTATIVIDADE DE POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO ESTADO DE SÃO PAULO

16,35%

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

R\$30,98 bi

PIB PER CAPITA

R\$52.326

IDHM | IDEB

Muito Alto Araraquara | 6.7
Campinas | 6.5
Jundiaí | 7.0
Pirassununga | 6.5
Ribeirão Preto | 6.2

Rio Claro | 6.7
São Carlos | 7.1
Valinhos | 6.5
Vinhedo | 6.9

Alto Amparo | 6.8
Analândia | 6.2
Araçoiaba da Serra | 6.5
Araras | 7.0
Artur Nogueira | 6.6
Atibaia | 7.4
Bom Jesus dos Perdões | 6.7
Brotas | 6.3
Capivari | 6.4
Cerquilha | 7.4
Dois Córregos | 6.7
Holambra | 7.2
Indaiatuba | 7.4
Ipeúna | 6.7
Itacemópolis | 7.2

Itapira | 6.6
Itirapina | 7.2
Itu | 6.1
Jaboticabal | 6.5
Jaguariúna | 7.4
Jumirim | 6.7
Leme | 6.9
Limeira | 7.3
Louveira | 7.4
Mogi Guaçu | 7.0
Mogi Mirim | 6.6
Monte Alegre do Sul | 6.3
Nova Odessa | 7.3
Orlândia | 6.3
Paraíba do Sul | 6.4
Pedreira | 7.2

Piracicaba | 6.9
Porto Feliz | 6.3
Rafard | 6.5
Rio das Pedras | 6.5
Salto | 6.9
Santa Bárbara d'Oeste | -
Santa Cruz das Palmeiras | 6.7
Santa Rita do Passa Quatro | 6.5
São Pedro | 6.5
Sorocaba | 6.7
Sumaré | 6.3
Tietê | 7.2

Bacia Hidrográfica

Piracicaba / Capivari / Jundiaí	37,6 %
Mogi-Guaçu	23,8 %
Tietê-Jacaré	19,7 %
Sorocaba e Médio Tietê	11,1 %
Paraíba do Sul	3,6 %
Pardo	2,9 %
Baixo Pardo / Grande	1,3 %

Consórcio de Desenvolvimento dos Municípios do Alto Tietê

Um consórcio com onze Câmaras Técnicas atuando no Alto Tietê - CONDEMAT

Considerado o porta-voz do Alto Tietê, o Consórcio de Desenvolvimento dos Municípios do Alto Tietê (CONDEMAT), com sede em Mogi das Cruzes, foi fundado em 2010, com o objetivo de fortalecer o poder representativo da região e atrair investimentos para os doze municípios consorciados que o integram. Desde então o CONDEMAT vem buscando promover a melhoria da qualidade de vida de seu território, que é considerado estratégico para o conjunto do Estado de São Paulo, e para o país, devido à sua força econômica, infraestrutura de logística e porte populacional na casa dos três milhões de habitantes.

Para dar conta de uma ampla frente de atuação o CONDEMAT se organizou como consórcio multifinalitário e constituiu o expressivo número de onze Câmaras Técnicas. Cada uma delas se dedica a um tema específico e, ao mesmo tempo, busca se articular com os demais colegiados de Secretários Municipais visando a gestão intersetorial sempre que possível. Um bom exemplo de colaboração vem ocorrendo entre a Câmara Técnica da Educação e a Câmara Técnica da Finanças no apoio à elaboração dos PPAs e das peças orçamentárias necessárias ao bom funcionamento da educação infantil e fundamental.

O conjunto dos municípios membros do consórcio CONDEMAT busca assim responder às demandas nos campos social, econômico e ambiental. A partir da criação e implementação de planos regionais, bem como de fóruns temáticos, alguns de caráter internacional, o CONDEMAT tem se consolidado como instrumento para gestão de projetos intermunicipais na desafiadora região metropolitana de São Paulo. Graças ao fortalecimento do consórcio a cooperação regional hoje é uma realidade institucional fundamental para o desenvolvimento sustentável da Região do Alto Tietê.

MUNICÍPIO-SEDE:
Mogi das Cruzes

Municípios membros

- Arujá
- Biritiba Mirim
- Ferraz de Vasconcelos
- Guararema
- Itaquaquetuba
- Mogi das Cruzes
- Poá
- Salesópolis
- Santa Branca
- Santa Isabel
- Suzano

*Imagem com precisão aproximada

38

Sede e natureza jurídica

Com sede no município de Mogi das Cruzes, o consórcio CONDEMAT constituiu-se na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público de natureza autárquica na forma da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e Decreto 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

Estrutura organizacional

- Assembleia geral
- Diretoria
- Secretaria executiva
- Conselho fiscal

Câmaras Técnicas

- Agricultura
- Assistência social e políticas públicas para mulheres
- Cultura desenvolvimento econômico e inovação
- Educação
- Esportes
- Finanças
- Planejamento e urbanismo
- Programas e projetos
- Saúde
- Segurança
- Turismo

Grupos de trabalho

Não possui.

Dados do território

POPULAÇÃO 2020

1.685.508

REPRESENTATIVIDADE DE POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO ESTADO DE SÃO PAULO

3,67%

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

R\$4,72 bi

PIB PER CAPITA

R\$ 29.025

IDHM | IDEB

Alto	Arujá 6.9	Poá 6.6
	Biritiba Mirim 5.9	Salesópolis 6.4
	Ferraz de Vasconcelos 6.1	Santa Branca 6.3
	Guararema 7.2	Santa Isabel 6.7
	Itaquaquetuba 5.6	Suzano 6.4
	Mogi das Cruzes 6.8	

Bacia Hidrográfica

Alto Tietê	72,7 %
Paraíba do Sul	27,3 %

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Nova Alta Paulista

A gestão integrada da saúde e do meio ambiente na perspectiva regional

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Nova Alta Paulista (Cisnap), com sede em Dracena, foi fundado em 09 de março de 1998 e, em 13 de novembro de 2017, adotou a personalidade jurídica de direito público, possibilitando a captação de recursos junto ao estado e à União. O consórcio tem como finalidade atuar, por meio de ações regionais, como gestor, articulador, planejador e executor, de serviços de saúde, observados os preceitos que regem o Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, o consórcio se dedica a projetos ligados ao meio ambiente e ao saneamento básico, segundo as normas que regem o sistema de preservação do meio ambiente e que permitem ações consorciadas nesse vasto campo.

Municípios membros

- Dracena
- Irapuru
- Junqueirópolis
- Monte Castelo
- Nova Guataporanga
- Ouro Verde
- Panorama
- Paulicéia
- Santa Mercedes
- São João do Pau d'Alho
- Tupi Paulista



Sede e natureza jurídica

Com sede no município de Dracena, o consórcio constituiu-se na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e de natureza autárquica na forma da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e Decreto 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

Estrutura organizacional

- Assembleia geral
- Conselho consultivo
- Secretaria executiva

Câmaras Técnicas

Não possui.

Grupos de trabalho

Não possui.

39

Dados do território

POPULAÇÃO 2020

135.252

REPRESENTATIVIDADE DE POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO ESTADO DE SÃO PAULO

0,29%

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

R\$0,45 bi

PIB PER CAPITA

R\$ 21.353

IDHM | IDEB

Alto	Dracena 6.6	Panorama 6.0
	Irapuru 7.2	Paulicéia 7.0
	Junqueirópolis 7.9	Santa Mercedes 6.9
	Monte Castelo 7.0	São João do Pau d'Alho -
	Nova Guataporanga 6.6	Tupi Paulista 7.9
Médio	Ouro Verde 6.8	

Bacia Hidrográfica

Aquapeí e Peixe 100 %

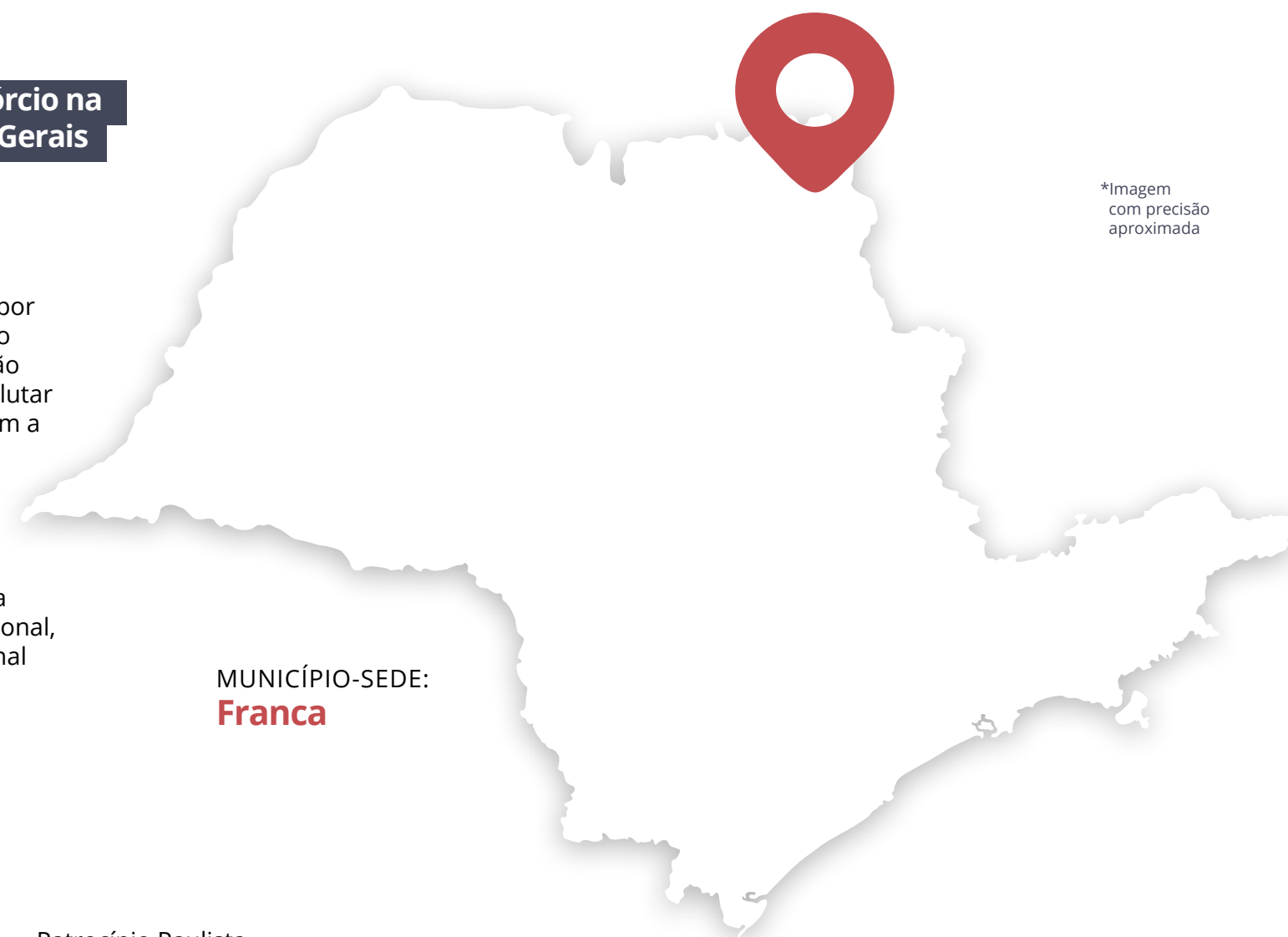
Consórcios de Municípios da Alta Mogiana

A integração regional de um consórcio na fronteira entre São Paulo e Minas Gerais

O Consórcio de Municípios de Alta Mogiana (COMAM), com sede em Franca, é composto por 29 municípios e é um dos mais antigos de São Paulo, foi criado em 1985. Desde sua fundação enxergou como prioridade a necessidade de lutar pelos interesses dos municípios que compõem a 14ª Região Administrativa do Estado de São Paulo. Almejando intensificar a representatividade dos seus membros, o consórcio procura atuar em conjunto com diferentes atores públicos, desde o Poder Executivo e da Assembleia Legislativa do estado de São Paulo até o Congresso Nacional, destacando-se, exatamente, por sua tradicional força política e econômica no estado.

Municípios membros

- Altinópolis
- Aramina
- Batatais
- Brodowski
- Buritizal
- Cravinhos
- Cristais Paulista
- Franca
- Guaíra
- Guará
- Igarapava
- Ipuã
- Itirapuã
- Ituverava
- Jardinópolis
- Jariquera
- Miguelópolis
- Morro Agudo
- Nuporanga
- Orlandia
- Patrocínio Paulista
- Pedregulho
- Restinga
- Ribeirão Corrente
- Rifaina
- Sales Oliveira
- Santo Antônio Da Alegria
- São Joaquim Da Barra
- São José Da Bela Vista
- Serrana



Sede e natureza jurídica

Com sede no município de Franca, o consórcio constituiu-se na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e de natureza autárquica na forma da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e Decreto 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

Estrutura organizacional

- Assembleia geral
- Presidente
- Vice-presidente
- Secretaria executiva
- Conselho fiscal

Câmaras Técnicas

Não possui.

Grupos de trabalho

Não possui.

Dados do território

POPULAÇÃO 2020

1.002.170

REPRESENTATIVIDADE DE POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO ESTADO DE SÃO PAULO

2,18%

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

R\$ 3,14 bi

PIB PER CAPITA

R\$ 35.200

IDHM | IDEB

Alto		
	Altinópolis 6.6	Jeriquara 6.7
	Aramina 6.1	Miguelópolis 5.7
	Batatais 6.6	Morro Agudo 6.2
	Brodowski 6.1	Nuporanga 7.1
	Buritizal -	Orlândia 6.3
	Cravinhos 5.8	Patrocínio Paulista 6.4
	Cristais Paulista 6.3	Pedregulho 6.2
	Franca 7.1	Restinga 6.5
	Guaíra 6.9	Ribeirão Corrente 6.6
	Guará 6.5	Rifaina 6.4
	Igarapava 6.1	Sales Oliveira 6.3
	Ipuã 6.1	Santo Antônio da Alegria 6.9
	Itirapuã 6.6	São Joaquim da Barra 6.7
	Ituverava 4.9	Serrana 6.1
	Jardinópolis 5.6	

Médio São José da Bela Vista | 5.8

Bacia Hidrográfica

Sapucai-Mirim / Grande	73,3 %
Pardo	20,0 %
Baixo Pardo / Grande	6,7 %

Consórcio Intermunicipal da Região Sudeste da Grande São Paulo

Um consórcio dotado de Conselho Consultivo para representação da sociedade civil e atores econômicos

O Consórcio Intermunicipal da Região Sudoeste da Grande São Paulo (CONISUD), com sede em Itapequerica da Serra, é um consórcio multifinalitário criado em 2001 que ajustou-se à Lei dos Consórcios 11.107/05, em 2005. Mais recentemente, em 2019, o consórcio passou por uma reestruturação de modo a poder se engajar em projetos regionais de maneira mais profissional e adequada. Basicamente, após um estudo minucioso da situação do consórcio e da legislação que o rege, foi feita uma revisão do Protocolo de Intenções e do Estatuto. Seus instrumentos jurídicos foram adequados à realidade atual e o consórcio retomou com novas forças suas atividades em favor do desenvolvimento regional.

Dentro desse recente movimento de mudança, o CONISUD se diferenciou por criar, em sua estrutura institucional, um Conselho de Representação, composto por diferentes agentes da sociedade civil, com caráter consultivo (não deliberativo). A participação direta no consórcio de entidades de classe e de movimentos organizados tem gerado um avanço positivo, posto que muitos dos temas e ações extrapolam os muros da instituição e dizem respeito à sociedade civil que, estando representada, pode dar respostas de apoio e orientações com propriedade de quem vive os problemas. Na outra mão, os agentes sociais e econômicos ganham maior consciência das questões regionais, que extrapolam seus respectivos municípios, e passam a dar maior relevância à atuação do CONISUD e a priorizar algumas pautas regionais em uma perspectiva mais ampla do bem comum.

MUNICÍPIO-SEDE:
Itapequerica da Serra

Municípios membros

- Cotia
- Embu Guaçu
- Embu das Artes
- Itapequerica da Serra
- Juquitiba
- São Lourenço da Serra
- Taboão da Serra
- Vargem Grande Paulista

*Imagem com precisão aproximada

Sede e natureza jurídica

Com sede no município de Itapequerica da Serra, o consórcio constituiu-se na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e de natureza autárquica na forma da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e Decreto 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

Estrutura organizacional

- Assembleia geral
- Conselho fiscal
- Secretaria executiva

Câmaras Técnicas

Não possui.

Grupos de trabalho

- Gestão de Resíduos Sólidos
- Desenvolvimento Econômico e Mobilidade

Dados do território

POPULAÇÃO 2020

1.172.450

REPRESENTATIVIDADE DE POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO ESTADO DE SÃO PAULO

2,55%

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

R\$ 3,39 bi

PIB PER CAPITA

R\$ 28.574

IDHM | IDEB

Alto

Cotia | 6.0
Embu-Guaçu | -
Embu das Artes | -
Itapecerica da Serra | 6.1
Juquitiba | 6.6
São Lourenço da Serra | 6.4
Taboão da Serra | 6.7
Vargem Grande Paulista | 6.6

Bacia Hidrográfica

Alto Tietê	62,5 %
Ribeira do Iguape e Litoral Sul	25,0 %
Sorocaba e Médio Tietê	12,5 %

Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba

Um consórcio cinquentenário a serviço do Vale do Paraíba

Fundado em 10 de outubro de 1970, o Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba (CODIVAP), com sede em Taubaté, comemorou 50 anos de existência. Do ponto de vista jurídico, o consórcio conserva o perfil de Associação de Municípios do Vale do Paraíba e congrega 44 membros no Cone Leste Paulista. O consórcio tem por missão promover e difundir boas práticas na gestão de políticas públicas entre os municípios membros, também oferecendo capacitação técnica aos servidores e gestores públicos, além de promover a transferência de conhecimentos, informações e tecnologias, tudo isso com vistas ao desenvolvimento socioeconômico e ambiental da região do Vale do Paraíba.



Municípios membros

- Aparecida
- Arapeí
- Areias
- Bananal
- Caçapava
- Cachoeira Paulista
- Campos do Jordão
- Canas
- Caraguatatuba
- Cruzeiro
- Cunha
- Guararema
- Guaratinguetá
- Igaratá
- Ilhabela
- Jacareí
- Jambeiro
- Lagoinha
- Lavrinhas
- Lorena
- Mogi das Cruzes
- Monteiro Lobato
- Natividade da Serra
- Nazaré Paulista
- Paraibuna
- Pindamonhangaba
- Piquete
- Potim
- Queluz
- Redenção da Serra
- Roseira
- Salesópolis
- Santa Branca
- Santa Isabel
- Santo Antônio do Pinhal
- São Bento do Sapucaí
- São José do Barreiro
- São José dos Campos
- São Luiz do Paraitinga
- São Sebastião
- Silveiras
- Taubaté
- Tremembé
- Ubatuba

Sede e natureza jurídica

Com sede no município de Taubaté, o consórcio constituiu-se na forma de associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado regido pela Constituição Federal e pelo Código Civil.

Estrutura organizacional

- Conselho de prefeitos
- Conselho fiscal
- Diretoria executiva

Câmaras Técnicas

Arte e cultura

Grupos de trabalho

Não possui.

Dados do território

POPULAÇÃO 2020

3.151.087

REPRESENTATIVIDADE DE POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO ESTADO DE SÃO PAULO

6,86%

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

R\$ 13,10 bi

PIB PER CAPITA

R\$ 28.692

IDHM | IDEB

Muito Alto São José dos Campos | 7.0
Taubaté | 6.6

Alto

Aparecida 6.7	Mogi das Cruzes 6.8
Bananal 5.5	Monteiro Lobato 5.9
Caçapava 6.1	Paraibuna 6.4
Cachoeira Paulista 6.1	Paraíbuna 6.4
Campos do Jordão 6.8	Pindamonhangaba 6.8
Canas 5.8	Piquete 6.6
Caraguatatuba 6.7	Queluz 6
Cruzeiro 6.0	Roseira 6.4
Guararema 7.2	Salesópolis 6.4
Guaratinguetá 6.6	Santa Branca 6.3
Igaratá 6.0	Santa Isabel 6.7
Ilhabela 6.3	Santo Antônio do Pinhal 6.5
Jacareí 6.6	São Bento do Sapucaí 6.5
Jambeiro 6.2	São Sebastião 6.3
Lavrinhas 5.9	Tremembé 6.4
Lorena 5.9	Ubatuba 6.2

Médio

Arapeí 5.3	Potim 6.2
Areias 6.2	Redenção da Serra 6.9
Cunha 6.3	São José do Barreiro 6.0
Lagoinha 6.5	São Luiz do Paraitinga -
Natividade da Serra 6.4	Silveiras 5.9
Nazaré Paulista 6.7	

Bacia Hidrográfica

Paraíba do Sul	77,3 %
Litoral Norte	9,1 %
Serra da Mantiqueira	6,8 %
Alto Tietê	4,5 %
Piracicaba / Capivari / Jundiá	2,3 %

Consórcio Intermunicipal da Região Oeste Metropolitana de São Paulo

Um consórcio intermunicipal multifinalitário na região metropolitana de São Paulo

O Consórcio Intermunicipal da Região Oeste Metropolitana de São Paulo (Cioeste), com sede em Barueri, foi fundado em 17 de outubro de 2013, com o compromisso de buscar soluções compartilhadas para resolver os principais desafios comuns de seus municípios membros, todos eles localizados na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), além de desenvolver projetos inovadores para promover o bem-estar de seus habitantes.

O Cioeste é multifinalitário e atua nas áreas de desenvolvimento econômico regional; infraestrutura; desenvolvimento urbano; saúde; educação, cultura e esportes; assistência, inclusão social e direitos humanos; segurança pública; gestão ambiental e fortalecimento institucional. Em 2013, o consórcio era formado por oito municípios e, desde 2017, passou a contar com três novos municípios que optaram por incorporar-se ao consórcio.

Os principais projetos desenvolvidos pelo consórcio são a Casa Abrigo Regional, que atua na proteção de vítimas de violência doméstica; as compras compartilhadas de medicamentos; e a Escola de Governo, que promove capacitação dos servidores municipais e da equipe técnica do consórcio nas suas áreas de atuação

MUNICÍPIO-SEDE:
Barueri

Municípios membros

- Araçariquama
- Barueri
- Cajamar
- Carapicuíba
- Cotia
- Itapevi
- Jandira
- Osasco
- Pirapora do Bom Jesus
- Santana de Parnaíba
- Vargem Grande Paulista

*Imagem com precisão aproximada

43

Sede e natureza jurídica

Com sede no município de Barueri, o consórcio constituiu-se na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e de natureza autárquica na forma da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e Decreto 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

Estrutura organizacional

- Assembleia de prefeitos
- Presidente e vice-presidente
- Secretaria executiva
- Diretoria jurídica
- Diretorias administrativa e financeira
- Diretoria de programas e projetos
- Câmaras técnicas
- Grupos de trabalho

Câmaras Técnicas

Não possui.

Grupos de Trabalho

- Desenvolvimento econômico
- Saúde
- Turismo
- Tecnologia da informação
- Juventude
- Educação ambiental
- Gênero
- Meio ambiente

Dados do território

POPULAÇÃO 2020

2.316.775

REPRESENTATIVIDADE DE POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO ESTADO DE SÃO PAULO

5,05%

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

R\$ 10,09 bi

PIB PER CAPITA

R\$ 83.682

IDHM | IDEB

Muito Alto Santana de Parnaíba | 6.4

Alto

- Araçariguama | 6.3
- Barueri | 6.7
- Cajamar | 5.9
- Carapicuíba | 6.3
- Cotia | 6.0
- Itapevi | 6.0
- Jandira | 6.2
- Osasco | 6.3
- Pirapora do Bom Jesus | 5.1
- Vargem Grande Paulista | 6.6

Bacia Hidrográfica

Alto Tietê 81,8 %
Sorocaba e Médio Tietê 18,2 %

Consórcio de Desenvolvimento do Vale do Rio Grande

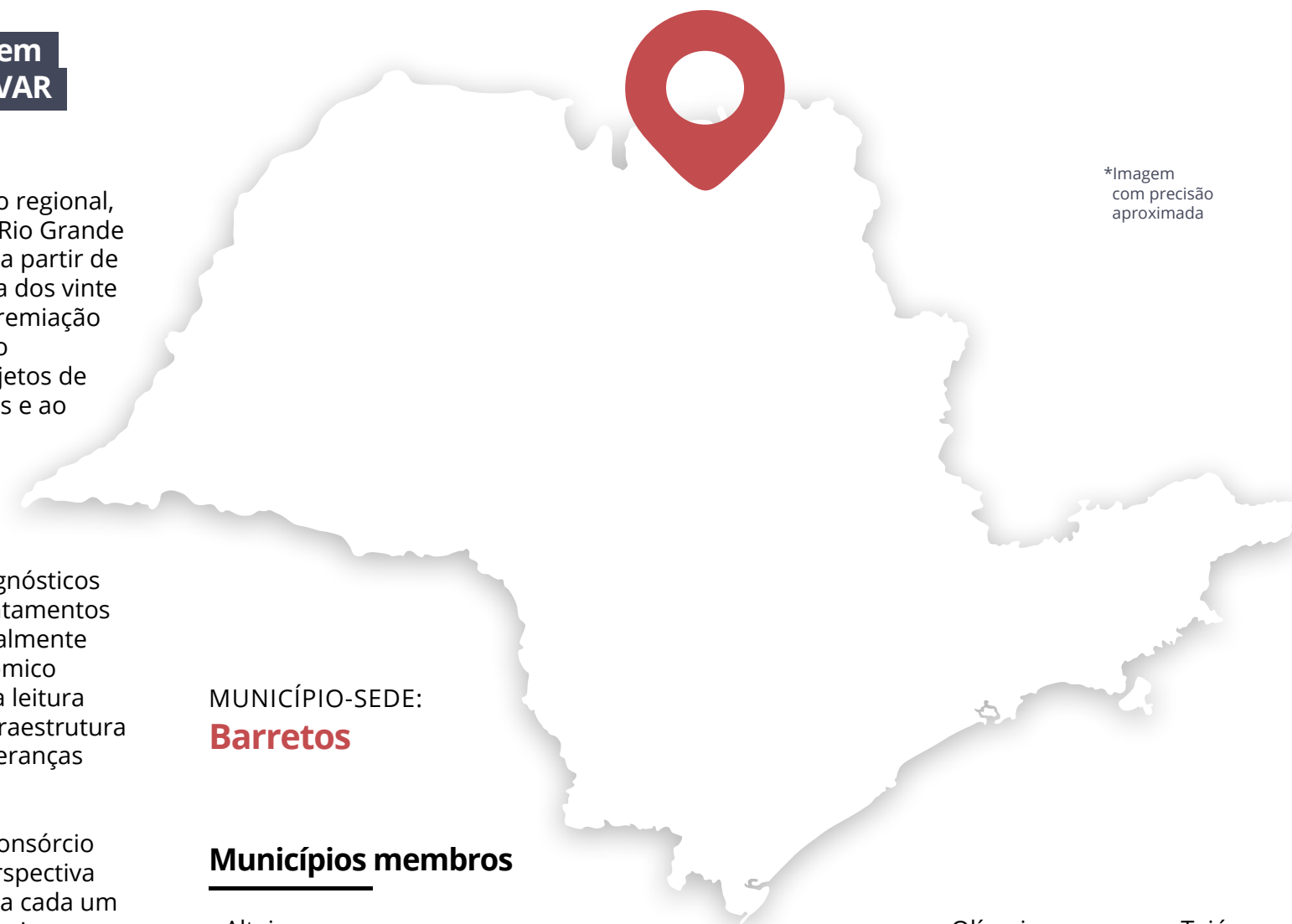
Consórcio pioneiro na cooperação em favor das finanças públicas - CODEVAR

Criado com o objetivo de promover o turismo regional, o Consórcio de Desenvolvimento do Vale do Rio Grande (CODEVAR) expandiu seu escopo de atuação a partir de 2017 na perspectiva de uma gestão integrada dos vinte e cinco municípios que fazem parte desta agremiação na bacia do Rio Grande. Com isso o consórcio passou a elaborar políticas, programas e projetos de desenvolvimento que articulam os municípios e ao mesmo tempo reforçam sua autonomia. Como efeito correlato, a região como um todo viu aumentar a sua representatividade perante os governos estadual e federal.

A atuação do CODEVAR toma como base diagnósticos regionais por meio dos quais são feitos levantamentos das necessidades de cada município, principalmente do ponto de vista do desenvolvimento econômico associado à proteção do meio ambiente. Esta leitura da realidade orienta os investimentos em infraestrutura por parte dos Municípios, bem como, das lideranças políticas regionais.

Dar conta da extensa área de cobertura do consórcio é um desafio permanente que exige uma perspectiva estratégica de longo prazo capaz de garantir a cada um dos municípios consorciados, do menor ao maior, as condições para seu desenvolvimento integrado. Para tanto, o tema das Finanças Públicas vem ganhando destaque nos debates entre os prefeitos e secretários reunidos na Câmara Técnica Tributária visando o aperfeiçoamento dos sistemas de arrecadação, controle e gasto público.

Além de sua atuação em nível local e regional, apoiada nas parcerias com entidades públicas e privadas, o CODEVAR tem um alcance estadual e nacional graças a sua ativa participação em redes de consórcios intermunicipais.



MUNICÍPIO-SEDE:
Barretos

Municípios membros

- Altair
- Barretos
- Bebedouro
- Cajobi
- Cândido Rodrigues
- Colina
- Colômbia
- Embaúba
- Fernando Prestes
- Guaíba
- Guaraci
- Icém
- Jaborandi
- Monte Azul Paulista

- Olímpia
- Pirangi
- Santa Adélia
- Severínia
- Tabapuã
- Taiacu

- Taiúva
- Taquaral
- Terra Roxa
- Viradouro
- Vista Alegre do Alto

44

Sede e natureza jurídica

Com sede na cidade de Barretos, o consórcio constituiu-se na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e de natureza autárquica na forma da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e Decreto 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

Estrutura organizacional

- Assembleia geral
- Presidência
- Conselho de administração
- Conselho fiscal
- Diretoria executiva

Câmaras Técnicas

- Meio ambiente
- Técnica tributária

Grupos de trabalho

Não possui.

Dados do território

POPULAÇÃO 2020

501.956

REPRESENTATIVIDADE DE POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO ESTADO DE SÃO PAULO

1,09%

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

R\$ 2,18 bi

PIB PER CAPITA

R\$ 32.985

IDHM | IDEB

Alto	Barretos 6.7	Monte Azul Paulista 7.0
	Bebedouro 6.4	Olímpia 6.9
	Cajobi 7.1	Pirangi 6.9
	Cândido Rodrigues 6.9	Santa Adélia 7.2
	Colina 6.6	Severínia 6.5
	Colômbia 6.8	Tabapuã 7.5
	Embaúba 7.9	Taiacu 6.7
	Fernando Prestes 6.8	Taiuva 6.4
	Guaíra 6.9	Taquaral 6.4
	Guaraci 6.4	Terra Roxa 6.6
	Icém 6.2	Viradouro 5.6
	Jaborandi 6.4	Vista Alegre do Alto 6.6

Médio Altair | 6.3

Bacia Hidrográfica

Baixo Pardo / Grande	56,1 %
Turvo / Grande	30,3 %
Sapucaí-Mirim / Grande	13 %
Mogi-Guaçu	0,6 %

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Alta Paulista

Um consórcio de saúde organizado como autarquia intermunicipal

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Alta Paulista (Cisap), com sede em Osvaldo Cruz, foi constituído originalmente como associação civil, em 26 de fevereiro de 1998, mediante a aprovação de seu estatuto por cinco municípios. A ideia de criar a agremiação surgiu no final de 1997, quando alguns prefeitos da região tomaram conhecimento sobre os consórcios de saúde como uma forma associativa possível para as prefeituras.

A ideia amadureceu como uma alternativa viável para solução de problemas comuns na área da saúde, permitindo aos municípios o acesso aos serviços fundamentais voltados à promoção, proteção, prevenção e recuperação da saúde de suas populações.

O Cisap iniciou efetivamente os agendamentos de consultas e o atendimento à população dos municípios consorciados em janeiro de 1999, após realizar processos licitatórios para a contratação de profissionais para prestação de serviços médicos. Atualmente, o consórcio beneficia 11 municípios com consultas especializadas, pequenos procedimentos, exames complementares e atendimento odontológico.

Para adequação à Lei Federal nº 11.107 e ao Decreto Federal nº 6.017, em novembro de 2014, foi realizado um novo protocolo de intenções e aprovada a alteração do estatuto, transformando a entidade em consórcio intermunicipal de direito público com perfil de autarquia intermunicipal.



*Imagem com precisão aproximada

MUNICÍPIO-SEDE:
Osvaldo Cruz

Municípios membros

- Adamantina
- Flórida Paulista
- Inúbia Paulista
- Lucélia
- Mariápolis
- Osvaldo Cruz
- Parapuã
- Pracinha
- Rinópolis
- Sagres
- Salmourão

45

Sede e natureza jurídica

Com sede no município de Osvaldo Cruz, o consórcio constituiu-se na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e de natureza autárquica na forma da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e Decreto 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

Estrutura organizacional

- Assembleia geral (Conselho de prefeitos)
- Tesouraria
- Conselho fiscal
- Câmaras técnicas
- Diretoria executiva

Câmaras Técnicas

Saúde

Grupos de Trabalho

Não possui.

Dados do território

POPULAÇÃO 2020

145.786

REPRESENTATIVIDADE DE POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO ESTADO DE SÃO PAULO

0,32%

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

R\$0,50 bi

PIB PER CAPITA

R\$ 22.608

IDHM | IDEB

Alto

Adamantina	6.8
Flórida Paulista	6.8
Inúbia Paulista	6.9
Lucélia	7.3
Mariápolis	-
Osvaldo Cruz	6.9
Parapuã	6.8
Rinópolis	6.7
Sagres	-
Salmourão	6.3

Médio

Pracinha	5.6
----------	-----

Bacia Hidrográfica

Aquapeí e Peixe 100 %

Polo Regional de Desenvolvimento Turístico

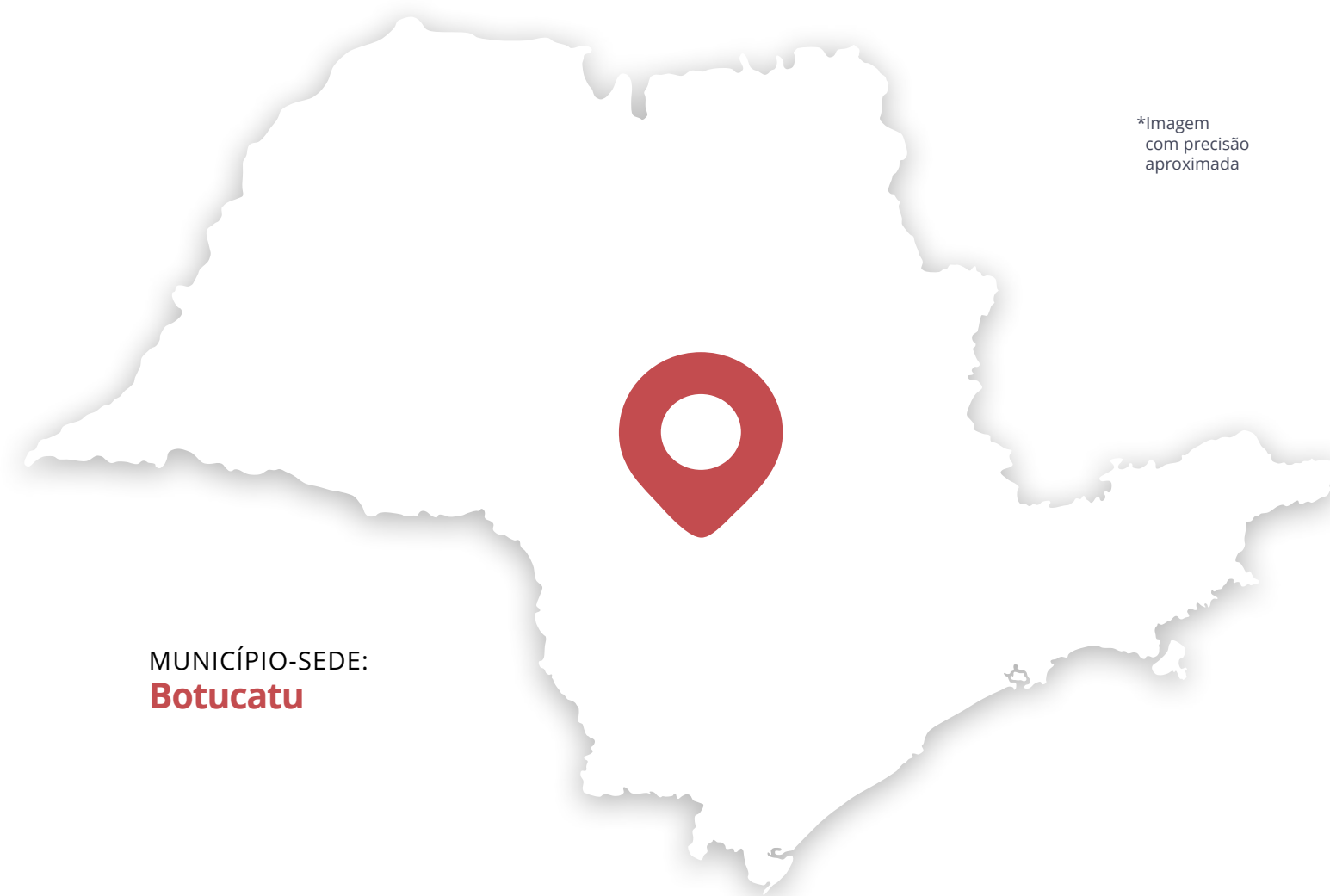
Um consórcio com vocação turística regional

O Polo Cuesta é um consórcio turístico com sede em Botucatu, criado em 2001, como associação sem fins lucrativos, com o objetivo de desenvolver o turismo de forma regional e sustentável, por meio da integração e do trabalho em conjunto dos municípios. O consórcio é composto pelos municípios de Anhembi, Areiópolis, Avaré, Bofete, Botucatu, Itatinga, Paranapanema, Pardinho, Pratânia e São Manuel.

Ele tem por finalidade representar o conjunto dos municípios que o integram em assuntos de interesses comuns, perante quaisquer outras entidades públicas, de qualquer esfera de governo, além das de iniciativas privadas. Esses interesses são os de prestar serviços de planejamento, capacitação, normatização, construção e conservação de equipamentos turísticos aos municípios associados; além do marketing que venham a promover o desenvolvimento do turismo regional pelos programas de trabalho devidamente aprovados pelo conselho de municípios.

Municípios membros

- Anhembi
- Areiópolis
- Avaré
- Bofete
- Botucatu
- Itatinga
- Paranapanema
- Pardinho
- Pratânia
- São Manuel



Sede e natureza jurídica

Com sede no município de Botucatu, o consórcio constituiu-se na forma de associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado regido pela Constituição Federal e pelo Código Civil.

Estrutura organizacional

Informação não encontrada.

Câmaras Técnicas

Não possui.

Grupos de trabalho

Não possui.

Dados do território

POPULAÇÃO 2020

363.524

REPRESENTATIVIDADE DE POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO ESTADO DE SÃO PAULO

0,79%

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

R\$ 1,20 bi

PIB PER CAPITA

R\$ 25.716

IDHM | IDEB

Muito Alto Botucatu | 6.6

Alto Anhembi | 6.1
Avaré | 6.2
Bofete | 5.7
Itatinga | 6.7
Paranapanema | 6.6
Pardinho | 5.7
Pratânia | 5.9
São Manuel | 6.5

Médio Areiópolis | 6.4

Bacia Hidrográfica

Sorocaba e Médio Tietê	39,9 %
Médio Paranapanema	35,8 %
Alto Paranapanema	14,1 %
Tietê-Jacaré	10,2 %

Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Ambiental Sustentável

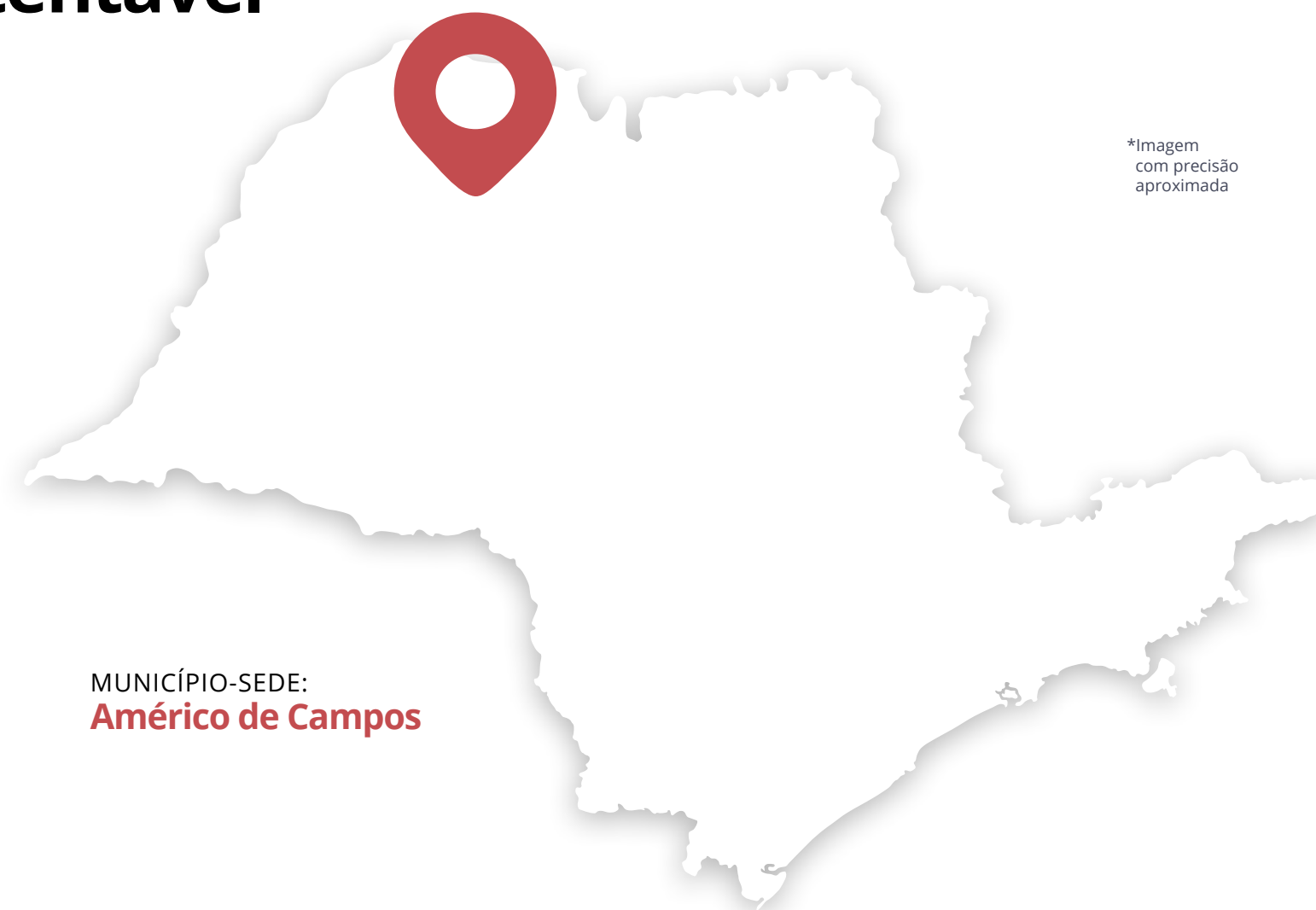
Um consórcio voltado à sustentabilidade ambiental

O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Ambiental Sustentável (Cidas), com sede em Américo de Campos, foi fundado em 05 de maio de 2014, com a finalidade de formar uma entidade voltada ao desenvolvimento e à execução de ações e de projetos ambientais com foco na gestão municipal sustentável.

Sua principal missão é fortalecer a sustentabilidade ambiental e propor soluções e alternativas de gestão municipal em uma atuação responsável e comprometida com a preservação do meio ambiente. Atualmente, desenvolve projetos de coleta seletiva de óleo de cozinha, de pilhas, de lâmpadas fluorescentes, de pneus e de medicamentos vencidos.

Municípios membros

- Álvares Florence
- Américo de Campos
- Cardoso
- Cosmorama
- Jaci
- Meridiano
- Nipoã
- Parisi
- Paulo de Faria
- Pedranópolis
- Pontes Gestal
- Valentim Gentil
- Votuporanga



Sede e natureza jurídica

Com sede no município de Américo de Campos, o consórcio constituiu-se na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e de natureza autárquica na forma da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e Decreto 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

Estrutura organizacional

- Assembleia geral
- Presidência
- Secretaria executiva
- Conselho fiscal
- Conselho de regulação
- Conselho da sociedade

Câmaras Técnicas

Não possui.

Grupos de trabalho

Não possui.

Dados do território

POPULAÇÃO 2020

170.649

REPRESENTATIVIDADE DE POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO ESTADO DE SÃO PAULO

0,37%

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS

R\$0,67 bi

PIB PER CAPITA

R\$34.883

IDHM | IDEB

Alto	Álvares Florence 6.6	Parisi 6.1
	Américo de Campos 6.3	Paulo de Faria 6.7
	Cardoso 6.7	Pedranópolis 7.1
	Cosmorama 6.9	Pontes Gestal 6.4
	Jaci 6.0	Valentim Gentil 7.0
	Meridiano 7.1	Votuporanga 6.9
	Nipoã 7.2	

Bacia Hidrográfica

Turvo / Grande	93,1 %
Tietê-Batalha	3,6 %
Baixo Tietê	3,4 %

Consórcio de Municípios da Mogiana

A gestão consorciada regional de um aterro sanitário

O Consórcio de Municípios da Mogiana, com sede em Ribeirão Preto, foi fundado em 12 de maio de 2017. Desenvolve projetos, principalmente, na área de meio ambiente, com a usina móvel de triturar entulho e a construção de um aterro sanitário regional.



Municípios membros

- Altinópolis
- Barrinha
- Bebedouro
- Brodowski
- Caconde
- Cajuru
- Casa Branca
- Cássia dos Coqueiros
- Cravinhos
- Dumont
- Guatapar
- Jaboticabal
- Jardinópolis
- Luiz Antônio
- Mococa
- Monte Alto
- Morro Agudo
- Pitangueiras
- Pontal
- Pradópolis
- Ribeirão Preto
- Santa Cruz da Esperança
- Santa Rosa de Viterbo
- Santo Antônio da Alegria
- São José do Rio Pardo
- São Simão
- Serra Azul
- Serrana
- Sertãozinho
- Taquaral
- Taquaritinga

Sede e natureza jurídica

Com sede no município de Ribeirão Preto, o consórcio constituiu-se na forma de associao pública, com personalidade jurídica de direito público e de natureza autárquica na forma da Lei Federal n 11.107, de 06 de abril de 2005, e Decreto 6.017, de 17 de janeiro de 2007

Estrutura organizacional

Informao não encontrada.

Câmaras Técnicas

Informao não encontrada.

Grupos de trabalho

Informao não encontrada.

Dados do território

POPULAÇÃO 2020

1.753.873

REPRESENTATIVIDADE DE POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO ESTADO DE SÃO PAULO

3,82%

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

R\$6,48 bi

PIB PER CAPITA

R\$32.944

IDHM | IDEB

Muito Alto | Ribeirão Preto | 6.2

Alto

Altinópolis | 6.6
Barrinha | 6.3
Bebedouro | 6.4
Brodowski | 6.1
Caconde | 6.6
Cajuru | 6.3
Casa Branca | 6.1
Cássia dos Coqueiros | 5.1
Cravinhos | 5.8
Dumont | 6.8
Guatapar | 5.7
Jaboticabal | 6.5
Jardinópolis | 5.6
Luis Antônio | 6.2
Mococa | 6.2

Monte Alto | 6.4
Morro Agudo | 6.2
Pitangueiras | 6.8
Pontal | 7.3
Pradópolis | 6.0
Santa Cruz da Esperança | 6.4
Santa Rosa de Viterbo | 6.1
Santo Antônio da Alegria | 6.9
São José do Rio Pardo | 6.4
São Simão | 6.0
Serrana | 6.1
Sertãozinho | 6.9
Taquaral | 6.4
Taquaritinga | 6.3

Médio

Serra Azul | 5.5

Bacia Hidrográfica

Pardo | 53,1 %
Mogi-Guaçu | 23,7 %
Baixo Pardo / Grande | 14,5 %
Tietê-Batalha | 4,2 %
Turvo / Grande | 2,4 %
Sapucai-Mirim / Grande | 2,2 %

Consórcio Público Intermunicipal de Inovação e Desenvolvimento do Estado de São Paulo

Um consórcio intermunicipal com foco na oferta de serviços de asfaltamento

O **Consórcio Público Intermunicipal de Inovação e Desenvolvimento do Estado de São Paulo (CINDESP)**, com sede em São José do Rio Preto, foi fundado em 20 de novembro de 2017 por oito municípios do interior paulista: Mirassol, Ouroeste, Vitória Brasil, Bálsamo, Uchôa, Monte Aprazível, Urupês e Irapuã.

O consórcio tem como finalidade principal a pavimentação das vias urbanas, por isso é conhecido como O Consórcio de Asfalto. O principal objetivo é trazer mais conforto e segurança aos motoristas e melhorar a qualidade de vida e a saúde da população, por meio da redução da quantidade de poeira presente no ar das cidades.

Realiza, em menor escala, a arborização urbana, a construção e a manutenção de rede de drenagem (galerias pluviais), a manutenção da iluminação pública, a limpeza das vias urbanas, a manutenção da sinalização de trânsito e a conservação do mobiliário urbano em geral (praças, pontes, monumentos, dentre outros).

O Cindesp segue o modelo do Consórcio Público Intermunicipal de Inovação e Desenvolvimento do estado do Paraná (Cindepar). O consórcio paranaense é focado, principalmente, na pavimentação das vias urbanas, que começou com apenas cinco municípios e, hoje, conta com mais de 150 cidades consorciadas.

O Cindesp obteve recursos da ordem de quatro milhões de reais, como emenda impositiva, para a promoção de investimentos de infraestrutura nas cidades paulistas consorciadas por meio do Ofício nº 010/2018/SM, em 07 de março de 2018.



*Imagem com precisão aproximada

MUNICÍPIO-SEDE:
São José do Rio Preto

Municípios membros

- Adolfo
- Aspásia
- Bálsamo
- Bastos
- Bilac
- Borborema
- Cardoso
- Colômbia
- Dirce Reis
- Elisiário
- Herculândia
- Ibirá
- Indiaporã
- Irapuã
- Jaci
- Magda
- Mendonça
- Meridiano
- Mira Estrela
- Mirassol
- Mirassolândia
- Monte Aprazível
- Monte Azul Paulista
- Nhandeara
- Ouroeste
- Pedranópolis
- Piacatu
- Riolândia
- Santa Albertina
- São Francisco
- Tupã
- Vista Alegre do Alto
- Vitória Brasil

49

Sede e natureza jurídica

Com sede no município de São José do Rio Preto, o consórcio constituiu-se na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público e de natureza autárquica na forma da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e Decreto 6.017, de 17 de janeiro de 2007.

Estrutura organizacional

Informação não encontrada.

Câmaras Técnicas

Não possui.

Grupos de trabalho

Não possui.

Dados do território

POPULAÇÃO 2020

378.720

REPRESENTATIVIDADE DE POPULAÇÃO EM RELAÇÃO AO ESTADO DE SÃO PAULO

0,82%

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

R\$ 1,38 bi

PIB PER CAPITA

R\$ 31.775

IDHM | IDEB

Alto	Adolfo 6.4	Ibirá 7.3	Monte Azul Paulista 7.0
	Aspásia 7.1	Indiaporã 7.0	Nhandeara 7.0
	Bálsamo 7.1	Irapuã 6.8	Ouroeste 6.5
	Bastos 6.8	Jaci 6.0	Pedranópolis 7.1
	Bilac 7.2	Magda 7.1	Piacatu 7.3
	Borborema 6.5	Mendonça 7.2	Riolândia 6.7
	Cardoso 6.7	Meridiano 7.1	Santa Albertina 6.5
	Colômbia 6.8	Mira Estrela 6.6	São Francisco 7.0
	Dirce Reis 6.8	Mirassol 7.0	Tupã 6.8
	Elisiário 8.3	Mirassolândia 7.1	Vista Alegre do Alto 6.6
	Herculândia 6.3	Monte Aprazível 6.9	Vitória Brasil 6.4

Bacia Hidrográfica

Turvo / Grande	41,6 %
Tietê-Batalha	18,6 %
Aquapeí e Peixe	15 %
São José dos Dourados	11,8 %
Baixo Pardo / Grande	7,9 %
Baixo Tietê	5,1 %

Projetos dos
Consórcios

Introdução à 2ª Parte da Pesquisa

A segunda parte do **Mapa dos Consórcios Intermunicipais do Estado de São Paulo** apresenta os projetos e programas realizados e/ou coordenados pelos 49 (quarenta e nove) consórcios descritos na primeira parte da obra. Esse conteúdo provém das entrevistas realizadas com os gestores de 21 (vinte e um) consórcios e de uma pesquisa realizada nas fontes digitais oficiais de cada uma das entidades regionais. A atualidade e a precisão das informações estão associadas à periodicidade com que os consórcios atualizam seus respectivos sites (semanal, mensal, anual etc.) e com o grau de detalhamento da descrição dos projetos e programas em andamento.

Com esta segunda parte da pesquisa esperamos que o leitor possa conhecer as informações básicas sobre os principais projetos desenvolvidos, implementados e

coordenados pelos consórcios intermunicipais. A partir desta leitura, a depender do interesse, o leitor poderá entrar em contato com os mesmos para obtenção de mais informações, tendo para isso uma lista cadastral ao final desta edição.

Chamou-nos atenção muito positivamente a diversidade de projetos que vêm sendo executados pelos consórcios do Estado de São Paulo. Isso remete a ulteriores pesquisas que poderão aferir com maior precisão os impactos sociais, ecológicos e econômicos que os consórcios estão promovendo tendo em vista o bem comum de suas respectivas regiões e que constituem uma riqueza compartilhada com todo estado e com o país.

Diante de tal riqueza de informações, acreditamos que diferentes públicos poderão se beneficiar com este conteúdo. Sejam os profissionais e instituições interessadas em atuar em parceria com os consórcios, sejam especialistas e pesquisadores com interesses acadêmicos sobre o tema.

A seguir serão apresentados de maneira sucinta 97 (noventa e sete) projetos desenvolvidos nas mais diferentes áreas. Devido aos diferentes graus de detalhamento das informações obtidas para cada um dos projetos, optamos por apresentá-los priorizando um conjunto de informações que possa servir como um denominador comum a todos. Em todo caso, procuramos deixar clara qual é a finalidade que o projeto se propõe atingir, qual a data da sua criação e quais as suas características principais, passíveis de serem brevemente descritas. Em alguns casos foi possível levantar informações sobre o orçamento e as fases de execução dos projetos. Esperamos que em futuras edições seja possível ir além destes conteúdos e que este **Mapa dos Consórcios Intermunicipais do Estado de São Paulo** possa colaborar com os esforços de transparência empreendidos por cada um destes consórcios no sentido de dar maior visibilidade à gestão pública regional.

Agricultura

Nome do projeto:

Serviço de Inspeção Municipal (SIM)

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal do Extremo Noroeste de São Paulo (Ciensp)

Descrição do projeto:

O Ciensp, desde 2016, avança no fomento do Registro de Produtos de Origem Animal aos pequenos produtores e pequenos e médios empresários, principalmente, por se tratar de um consórcio formado por municípios de pequeno porte, que abrangem uma área com presença significativa de agricultores familiares. O objetivo do projeto é estimular a produção de agricultores familiares e sua participação nos chamamentos públicos municipais.

Assistência, inclusão social e direitos humanos

Nome do projeto:

Programa Casa Abrigo Regional

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal da Região Oeste Metropolitana de São Paulo (Cioeste)

Descrição do projeto:

O Programa Casa Abrigo Regional foi fundado em 2016, pelo Grupo de Trabalho de Gênero com o objetivo de garantir a segurança e a proteção à mulher e seus filhos em situação de risco de morte, intervindo no ciclo de violência e propiciando a reestruturação psicossocial dessa mulher como cidadã.

O consórcio possui uma unidade da Casa Abrigo que atende todos os municípios consorciados. A operacionalidade da Casa é de responsabilidade da organização Fala

Mulher, com a qual o Cioeste possui um termo de colaboração desde agosto de 2018, período no qual se iniciou o funcionamento da Casa Abrigo.

A organização Fala Mulher é responsável pela acolhida da mulher, por meio de ações de reinserção social, como: atendimento psicossocial, acompanhamento jurídico, atividades de prevenção, qualificação, levantamento de dados regionais sobre a situação da violência; e pela promoção de: atendimento integral e interdisciplinar às mulheres e seus filhos menores de idade, em especial nas áreas psicológica, social e jurídica; condições objetivas de inserção social da mulher, conjugando as ações da Casa Abrigo com programas de saúde, emprego e geração de renda, moradia, creches, profissionalização dentre outros; suporte informativo e acesso a serviços, instruindo as mulheres para reconhecerem seus direitos como cidadãs e os meios para efetivá-los; ambiente harmônico, com realização de atividades socioeducativas, visando o fortalecimento emocional da mulher, de forma a estimular o exercício da autonomia e a valorização de suas potencialidades.

No momento, são acompanhadas 20 pessoas (entre mulheres e filhos). Dado à evolução do atendimento da demanda, o consórcio percebe a necessidade da estruturação de um projeto de casa de passagem, de modo a comportar as demandas captadas no fluxo que não sejam apropriadas para o acolhimento.

Nome do projeto:

Programa Casa Abrigo

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal Grande ABC

Descrição do projeto:

Este programa foi concebido em 2003, como uma iniciativa do Grupo de Trabalho Gênero, cujo objetivo é garantir a segurança e a proteção de mulheres em situa-

ção de violência doméstica e familiar. O programa promove o acolhimento das vítimas e de seus filhos, menores de dezoito anos, em duas casas mantidas por meio de rateio entre os municípios membros do consórcio. A administração das unidades é realizada por uma organização sem fins lucrativos, escolhida pelo Consórcio por meio de licitação.

Consumo

Nome do projeto:

Criação do Procon Regional

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal do Grande ABC

Descrição do projeto:

O Consórcio Intermunicipal do Grande ABC criou, em 2010, um grupo de trabalho voltado para fortalecer e integrar os Procons municipais da região. Entretanto, o grupo mobilizou-se pela construção de um Procon regional, que veio a se tornar realidade no fim de 2019. A partir de um convênio com a fundação Procon/SP, a entidade regional receberá 50% do valor total de multas aplicadas pelo órgão intermunicipal às empresas que lesam o consumidor na região, sendo que metade desse montante será encaminhado para o município onde foi registrada a infração. A proposta do Procon Regional é atuar na fiscalização e na solução de demandas de empresas ou órgãos com atuação em todas as cidades da região, como convênios médicos, concessionárias de água, esgoto, energia elétrica e gás, operadoras de telefonia móvel e de TV, entre outras atividades com esse perfil.

Cultura

Nome do projeto:

Trilhando os caminhos da leitura

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal Culturando

Descrição do projeto:

O projeto compõe uma das ações do Programa de Incentivo à Leitura, concebido pelo próprio Consórcio, e destina-se aos interessados, em geral, pela leitura. Seu objetivo é revelar e premiar leitores e novos leitores, além de estimular e incentivar o hábito da leitura e da utilização das plataformas digitais e acervos pessoais como fontes de informações e cultura. Concebido durante a pandemia da covid-19, o projeto também tem por finalidade promover a saúde mental dos cidadãos dos municípios consorciados, principalmente tendo

em conta o contexto da pandemia, que obrigou muitos a passarem mais tempo dentro de casa. O projeto consiste em uma competição de leitura, que, ao final, realiza um sorteio com premiações em dinheiro aos ganhadores. Possui maiores chances de vencer aquele que cadastrar a maior quantidade de livros lidos e fichados no site oficial do projeto.

Nome do projeto:
Programa Em Cursos

Nome do consórcio responsável:
Consórcio Intermunicipal Culturando

Descrição do projeto:
Durante a pandemia da covid-19, o Culturando criou um programa de capacitação de municípios brasileiros para captação de recursos por meio da Lei Aldir Blanc. Esse programa foi construído após a identificação da necessidade de se garantir aos gestores municipais de cultura toda a informação e a capacitação necessárias para a adesão, e posterior aplicação, da Lei Aldir Blanc em seus municípios. Com mais de dez anos de experiência na área da cultura, o Culturando reuniu uma equipe técnica de seu quadro de profissionais e ofereceu, de forma gratuita, um conjunto de aulas on-line em que todos os aspectos da Lei e dificuldades de sua implantação foram apresentados e debatidos diretamente com os gestores municipais de cultura. Ao fim da fase de 2020 do projeto, dos 114 municípios paulistas que participaram do Em Curso, 111 (97%) aderiram à Lei.

Defesa Civil

Nome do projeto:
Bombeiro Mirim

Nome do consórcio responsável:
Consórcio Intermunicipal de Bombeiros do Médio Tietê

Descrição do projeto:
O projeto Bombeiro Mirim, ministrado pela Estação de Bombeiros de Tietê, tem como principal objetivo trabalhar a pre-

venção, no recesso escolar; e na edição de julho, programar atividades para que as crianças absorvam os conhecimentos. Além de transmitir os ensinamentos, o projeto procura trabalhar de maneira lúdica, pois são crianças, mas, despertando nelas a importância da prevenção, como forma de evitar acidentes e incêndios, além de desenvolver a cidadania que exercerão em comunidade.

Nome do projeto:
Implementação do Centro de Gerenciamento de Emergências

Nome do consórcio responsável:
Consórcio Intermunicipal do Grande ABC.

Descrição do projeto:
O Centro de Gerenciamento de Emergência (CGE) foi uma iniciativa concebida pelo Consórcio do ABC para mitigar os riscos decorrentes do período de enchente da região formada pelos municípios consorciados. Foi desenvolvido, ao longo do ano de 2017, e instalado na sede regional da entidade. O CGE realiza o monitoramento das condições meteorológicas da região, antecipando informações relevantes aos municípios e proporcionando integração, agilidade e eficácia às ações das equipes de defesa civil. Sua criação é fruto do trabalho de um ano do Grupo de Trabalho Gestão de Riscos, que conta com a participação de técnicos de cada um dos municípios membros do consórcio.

Desenvolvimento regional

Nome do projeto:
Plano de Desenvolvimento Estratégico do Vale do Ribeira e Litoral Sul 2030

Nome do consórcio responsável:
Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira e Litoral Sul

Descrição do projeto:
O Plano de Desenvolvimento Estratégico do Vale do Ribeira e Litoral Sul 2030 foi realizado por meio da parceria do consórcio com o Instituto Jus e a Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP). Foi desenvolvido ao longo dos anos de 2017 e 2018. O objetivo foi traçar um plano de desenvolvimento baseado em dados qualitativos e quantitativos, coletados regionalmente. Após a obtenção e validação desses dados com os prefeitos dos municípios membros dos consórcios, foi feito um dia de inserção com os alunos da EACH/USP para que realizassem um levantamento acerca da gestão pública municipal da região. A partir desses encontros e de uma série de outras reuniões com agentes importantes do Vale do Ribeira, construiu-se um plano estratégico para promover o desenvolvimento regional.

Nome do projeto:
Agenda 2030

Nome do consórcio responsável: União dos Municípios da Média Sorocabana (Ummes)

Descrição do projeto:
Aplicação direta dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) nos planos de governos municipais e regionais.

Educação

Nome do programa:
Compra Compartilhada

Nome do consórcio responsável:
Consórcio Intermunicipal do Vale do Parapanema (Civap)

Descrição do programa:
A Compra Compartilhada de material escolar busca atender as demandas dos municípios consorciados, gerando grande economia na aquisição desse bem. Além de aumentar a transparência e a participação de mais fornecedores no processo com o uso de pregão (presencial ou eletrônico).

Escola de Governo

Nome do projeto:

Escola de governo

Nome do consórcio responsável:

União dos Municípios da Média Sorocabana (Ummes)

Descrição do projeto:

Capacitação dos funcionários e servidores focada na dinâmica do relacionamento dos municípios com o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo com o ensino sobre jurisprudência; licitações (modalidades de licitação, o desenvolvimento do processo licitatório, a importância de se preparar a autoridade requisitante em relação à preparação de um bom relatório técnico); execução fiscal; concurso público e restrições por causa das eleições municipais de 2020.

Nome do projeto:

Escola de governo

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal do Vale do Parapanema (Civap)

Descrição do projeto:

O Civap capacita os colaboradores das prefeituras dos municípios consorciados e promove a troca de experiências entre eles com o objetivo de reduzir a oneração dos cofres públicos e otimizar o tempo de trabalho.

As capacitações são realizadas na sede do Civap, que possui um auditório com capacidade para 60 pessoas, por profissionais capacitados. Os cursos são oferecidos nas áreas de meio ambiente, educação, licitação, prestação de contas, planejamento urbano, gestão de convênios, controle social, obras, saúde, cultura, turismo, entre outros.

Iluminação pública

Nome do projeto:

Iluminação pública

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal do Extremo Noroeste de São Paulo (Cienesp)

Descrição do projeto:

De acordo com a Resolução Normativa 414/2010, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), a responsabilidade da iluminação pública foi transferida das concessionárias de energia para os municípios. Diante dos altos custos de manutenção das equipes para a prestação dos serviços de operação e de manutenção do sistema de iluminação, o consórcio assinou, em julho de 2016, um contrato com uma empresa para atender os municípios de Andradina, Bento de Abreu, Castilho, Guaraçaí, Ilha Solteira, Itapura, Pereira Barreto, Sud Mennucci, Suzanópolis e Valparaíso com o objetivo de reduzir esses custos. Existem 33.457 pontos de iluminação localizados nessas regiões.

Nome do projeto:

Compra Compartilhada

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal do Vale do Parapanema (Civap)

Descrição do projeto:

A Compra Compartilhada de luminárias de LED e a manutenção da iluminação pública buscam atender as demandas dos municípios consorciados, gerando grande economia na aquisição desse bem. Além de aumentar a transparência e a participação de mais fornecedores no processo com o uso de pregão (presencial ou eletrônico).

Infraestrutura

Nome do projeto:

Operacionalização da regulação de serviços de saneamento

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá

Descrição do projeto:

A criação da Agência Reguladora foi uma forma inovadora de regionalizar a regulação e a fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico dos municípios consorciados. Além disso, o projeto provou-se de alta sustentabilidade econômica, atuando com um custo operacional reduzido e com as devidas independências financeira, administrativa, orçamentária e financeira. Para obtenção da atual sustentabilidade,

a criação da agência ficou sob a condição de que os municípios consorciados somassem um milhão de habitantes. O teto de cobrança de cada município (constitucionalmente incumbido de fiscalizar a prestação de serviços básicos de saneamento) ficou em 0,5% sobre a receita do prestador. Atualmente, essa alíquota corresponde a 0,25%. Esse valor é exatamente a metade da alíquota cobrada pela Arcesp para cada município que recebe a prestação de serviço da Sabesp. Tal foi a viabilidade e sustentabilidade econômica do projeto. Por fim, o consórcio agência conta com um apoio social. Em quase todas suas reuniões há representantes da sociedade civil que opinam e participam das discussões acerca das ações a serem tomadas pelo ARES-PCJ.

Nome do projeto:

Conservação das estradas rurais

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal Ribeirão Lajeado (CIRL)

Descrição do projeto:

O projeto realizou o tombamento de encostas e barrancos e construiu lombadas para melhorar o escoamento da produção dos pequenos e médios proprietários rurais a partir da redução da intensidade das enxurradas.

O projeto surgiu da necessidade de realizar serviços de proteção, recuperação e preservação junto ao Ribeirão Lajeado, único manancial de abastecimento público do município de Penápolis

Nome do projeto:

Centro de Controle Operacional

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal do Grande ABC

Descrição do projeto:

Projeto que visa a criação do Centro de Controle Operacional (CCO). O CCO busca fomentar a integração operacional e tarifária da mobilidade urbana, por meio da racionalização das redes de transporte coletivo regional e metropolitano, aumentando a segurança viária e a fluidez do tráfego. Dentre suas ações principais, estão: viabilizar obras para priorização do transporte coletivo; implantar modais integrados de transporte coletivo e ampliar o transporte público durante 24 horas.

Nome do projeto:

Manutenção de estradas rurais

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal Cemmil - Saneamento Ambiental

Descrição do projeto:

O Cemmil é um dos poucos consórcios que realizava atividades do pró-estrada e que soube se reinventar com o fim do programa estadual. O Cemmil realizou a compra do maquinário que antes utilizava e estabeleceu um contrato de rateio para a manutenção do equipamento. Com o total de quatro caminhões e cinco máquinas de recapeamento, o Consórcio realiza um cronograma anual, por meio de sorteio, para estipular o período que cada município terá direito de acesso ao maquinário. Cada cidade permanece 83 dias com as nove máquinas e, durante esse período, é responsável por zelar pelo seu uso adequado, bem como por sua custódia. Além disso, em decorrência de danos ou mau funcionamento do maquinário, cada cidade pode requisitar ao Consórcio que realize a manutenção do equipamento.

Para tanto, o Consórcio disponibiliza um servidor responsável pela tarefa.

Nome do projeto:

Recapeamento de ruas e estradas

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal do Alto do Vale do Paranapanema (Amvapa)

Descrição do projeto:

Projeto que consiste na disponibilização de doze máquinas para recapeamento de ruas e estradas dos municípios consorciados, com a finalidade de favorecer a infraestrutura regional e de reduzir o gasto total dos municípios, pois evita que cada um tenha que adquirir seu próprio maquinário. Todos os municípios participantes do contrato de rateio do consórcio possuem direito ao uso das máquinas, em contrapartida, responsabilizam-se por buscar o maquinário no último município que o utilizou e, após fazer uso das máquinas, guardá-las até que algum outro município as requisite. A Amvapa, contudo, além de ser a detentora das máquinas, tem um funcionário responsável pela manutenção e por orientar sobre como usar o equipamento.

Nome do projeto:

Patrulha asfáltica

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema (Civap)

Descrição do projeto:

O projeto dedica-se ao asfaltamento e ao recapeamento das vias públicas dos municípios consorciados com o objetivo de diminuir o custo da realização das obras regionais desses serviços. Para o funcionamento do projeto, foi realizada parceria com o governo do Estado de São Paulo na aquisição de dois kits completos de equipamentos.

Os municípios se responsabilizam pela aquisição da massa asfáltica e pelo uso de mão de obra própria, enquanto o consórcio sede as máquinas para a realização dos trabalhos, bem como se responsabiliza pela manutenção dos equipamentos.

Nome do projeto:

Patrulha rural

Nome do consórcio responsável:

União dos Municípios da Média Sorocabana (Ummes)

Descrição do projeto:

O projeto dedica-se à conservação de estradas rurais. Para tanto, disponibiliza equipamentos, principalmente aos pequenos municípios.

Nome do programa:

Compra compartilhada de massa asfáltica e de veículos e máquinas pesadas

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema (Civap)

Descrição do projeto:

A compra compartilhada de massa asfáltica e de veículos e máquinas pesadas busca atender várias demandas dos municípios consorciados, gerando grande economia na aquisição desse bem. Além de aumentar a transparência e a participação de mais fornecedores no processo com o uso de pregão (presencial ou eletrônico).

Meio ambiente

Nome do projeto:

Uso de pellets na substituição de carvão

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal da Região Sudeste da Grande São Paulo

Descrição do projeto:

Após a assinatura, em 2019, de uma carta de entendimento entre o Consórcio e uma empresa americana para uso de pellets em substituição ao uso de carvão, deu-se início a um projeto voltado à adequação do uso do lixo produzido regionalmente.

No projeto, os resíduos sólidos gerados pelos municípios membros não apenas seriam transformados em pellets, mas poderiam ser beneficiados para serem utilizados na construção de moradias populares. O projeto teve início em diálogos estabelecidos entre a força regional do consórcio e empresas estrangeiras que necessitam de maior escala na geração de resíduos sólidos, a fim de viabilizar economicamente o projeto.

Nome do projeto:

Recomposição da mata ciliar

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal Ribeirão Lajeado (CIRL)

Descrição do projeto:

O projeto consiste no plantio de mudas nativas, mediante levantamento da flora regional, em toda a área de preservação permanente da bacia hidrográfica do Ribeirão Lajeado, com espécies pioneiras e secundárias, mediante levantamento da flora da região.

O objetivo do projeto é recompor toda a mata ciliar ao longo da bacia hidrográfica do Ribeirão Lajeado, desde sua nascente, no município de Alto Alegre, passando por

Penápolis, onde se encontra 80% da sua extensão, até sua foz no rio Tietê, que fica na cidade de Barbosa.

O projeto surgiu da necessidade de realizar serviços de proteção, recuperação e de preservação junto ao Ribeirão Lajeado, único manancial de abastecimento público do município de Penápolis.

Nome do projeto:

Sisbi/Suasa (Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária)

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista (Ciop)

Descrição do projeto:

A finalidade do projeto é a realização da prévia fiscalização industrial e sanitária dos produtos de origem animal para a comercialização em nível nacional.

Treze municípios assinaram um termo de adesão. O programa possui convênio com o Ministério do Desenvolvimento Agrário para a aquisição de veículos, mobiliários e equipamentos necessários para a estruturação e a logística para a prestação de serviços de inspeção sanitária com investimento de 397,4 mil reais.

Também há uma parceria entre o Ciop, o Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema (Civap), o Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro e Alta Paranaíba (Cides) e o Consórcio Público de Desenvolvimento do Vale do Ivinhema (Codevale) para a realização de atividades em conjunto para a troca de experiências, para o desenvolvimento de política públicas comuns nas microrregiões em que atuam.

O projeto espera a certificação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e a compatibilização das

leis e regulamentos em todos os municípios que assinaram o termo de adesão ao programa. A provável data de início de funcionamento do programa é final do primeiro semestre de 2021.

Nome do projeto:

Programa de Beneficiamento de Resíduos da Construção Civil (Proben RCC)

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema (Civap)

Descrição do projeto:

O projeto oferece solução compartilhada para a destinação adequada de resíduos oriundos da construção civil, um problema ambiental que afeta a maioria dos municípios brasileiros. Além de evitar o descarte irregular, o projeto gera um novo produto para uso na manutenção de estradas rurais e reduz custos para os municípios participantes.

O Proben RCC possui convênio com o Fundo Estadual Contra a Poluição (Fecop), vinculado à Secretaria do Estado de São Paulo de Meio Ambiente (SMA), para adquirir os equipamentos necessários para a realização dos serviços de beneficiamento de resíduos da construção civil, composto por: um britador móvel, um caminhão e um gerador de energia, para uso compartilhado entre os municípios consorciados participantes.

Em cada um dos municípios participantes, ocorre a britagem do resíduo de construção civil, de maneira que se transforme em uma granulometria de 15 a 55 milímetros. O material resultante da britagem, pó de concreto e cimento gerado no beneficiamento, é usado na manutenção das estradas rurais, gerando um grande benefício, pois facilita a compactação do solo e é um material de maior duração, em relação aos resíduos sem a britagem.

A área utilizada para armazenar temporariamente o resíduo e ser instalada a rampa de acesso e a base de concreto em que o equipamento é colocado, em cada município participante, possui um parecer técnico emitido pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) e o equipamento possui licença ambiental de operação.

Nome do projeto:

Programa de proteção da fauna silvestre

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema (Civap)

Descrição do projeto:

O projeto realiza serviços de tratamento, cuidados, guarda e soltura na natureza, recolhimento de animais silvestres doentes ou vítimas de atropelamentos etc., de acordo com a necessidade de cada animal. Para isso, o Civap realizou uma parceria com a Associação Protetora dos Animais Silvestres de Assis (Apass).

O consórcio também coordena estudos para a elaboração, para os municípios consorciados, de quatro produtos: Inventário faunístico, Lista das espécies, Plano Municipal de Manejo da Fauna Silvestre, Plano Intermunicipal de Manejo da Fauna Silvestre e Programa de conscientização em relação à proteção da biodiversidade.

Nome do projeto:

Ecoponto Vale Verde

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema (Civap)

Descrição do projeto:

É um ecoponto regional destinado à logística reversa, em que se realiza o recolhimento, acondicionamento e destinação

de materiais sem utilidade. O projeto é coordenado pela Câmara Técnica de Meio Ambiente do Civap.

O ecoponto recebe pilhas, baterias, eletroeletrônicos, lâmpadas e pneus inutilizados. Os municípios realizam o transporte dos materiais, periodicamente, até a sede do Ecoponto em Assis/SP. O Consórcio, por meio da contratação de empresas credenciadas, é responsável pela destinação final e a certificação dos resíduos descartados.

Nome do projeto:

Projeto biodiesel

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal da Região Oeste Metropolitana de São Paulo (Cioeste)

Descrição do projeto:

O projeto foi criado com o objetivo de verificar a viabilidade para a implantação de usinas de biodiesel na região. Até o momento foi realizado um estudo de viabilidade técnica que contém: um estudo georreferenciado com base no descarte de óleo e gordura residual; um levantamento do volume de óleo comercializado na região; a identificação de entidades que trabalham e coletam óleo e gordura residual; mapas de ações e programas existentes relacionados com o tema; e um estudo para a instalação e operacionalização da planta.

O consórcio também realizou estudos jurídicos para a construção do modelo de parceria para a efetivação do projeto.

Nome do projeto:

Programa de uso racional da água

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal da Região Oeste Metropolitana de São Paulo (Cioeste)

Descrição do projeto:

O projeto propõe-se a consertar ou trocar equipamentos hidráulicos em 26 escolas selecionadas dos municípios consorciados com o objetivo de promover a redução das perdas, a racionalização e a diminuição do consumo de água e da adoção de metodologias e tecnologias existentes na área.

O projeto foi iniciado em 21 de maio de 2015, porém, os recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (Fehidro) ainda não foram liberados.

Nome do projeto:

Desenvolvimento do Plano Regional de Resíduos Sólidos Urbanos

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal do Extremo Noroeste de São Paulo (Cienesp)

Descrição do projeto:

O consórcio, com o objetivo de viabilizar aos 18 municípios consorciados a destinação correta dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU), optou por atualizar, em 2020, os Planos de RSU de todos os municípios para resultar em um Plano Regional e, com isso, implantar uma tecnologia ambientalmente aprovada para descarte dos mesmos.

O Cienesp contratou uma assessoria técnica ambiental, para atuar juntamente aos municípios, na tentativa de acelerar os processos necessários para o Plano Regional de RSU. O monitoramento do projeto ocorre por meio de apresentações técnicas ao conselho de prefeitos, expondo cada município e seus resultados.

Um dos impactos positivos foi a conscientização da região da importância da destinação correta dos Resíduos Sólidos Urbanos, o envolvimento técnico e político para resultar na implantação de tecnologia adequada para o seu descarte, saindo da modalidade de “enterrar lixo”.

Nome do projeto:

Projeto Pevão

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Região do Circuito das Águas

Descrição do projeto:

O projeto Pevão teve início com a aquisição, pelo consórcio, de contêineres diferenciados pelas cores da coleta seletiva. Após adquiridos, foram colocados em áreas estratégicas dos municípios consorciados e a cada prefeitura foram dadas as chaves dos compartimentos. Dessa maneira, os municípios possuem uma forma de descarte em acordo com a coleta seletiva, favorecendo a possibilidade de reciclagem. O descarte correto do lixo também favorece a economia local, uma vez que as associações de catadores são convocadas pelos agentes da prefeitura sempre que o Pevão se encontra cheio. Nos municípios onde não há essas associações, exporta-se o lixo para associações de municípios vizinhos.

Nome do projeto:

Programa Educa Verde

Nome do consórcio responsável:

Consórcio de Desenvolvimento do Vale do Rio Grande

Descrição do projeto:

O programa Educa Verde consiste em ações de reflorestamento de parques e praças em todos os municípios membros do consórcio. Todo o material necessário para a realização do plantio é adquirido com verba própria do consórcio. Trata-se de um projeto coordenado pelo Consórcio, em atuação com a sociedade civil, cujos resultados foram somar pontos aos municípios da região para o projeto do governo do Estado.

Nome do projeto:

Programa regional de identificação e controle da população de cães e gatos

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema (Civap)

Descrição do projeto:

O programa foi discutido no âmbito da Câmara Técnica de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Civap, com a apresentação do modelo de sucesso adotado pelo município de Santa Cruz do Rio Pardo. Esse modelo foi adotado para toda a região de abrangência do consórcio.

O Programa promove a identificação e o registro da população de cães e gatos; a esterilização cirúrgica; o incentivo à adoção de cães e gatos abandonados; e a realização de campanhas de conscientização pública sobre a relevância do controle da população de cães e gatos e de sua vacinação periódica. O seu foco é a promoção da saúde e prevenção de agravos e doenças, de acordo com os preceitos do Sistema Único de Saúde (SUS), associadas ao bem-estar animal e à preservação do meio ambiente, repercutindo, dessa forma, na qualidade de vida da população em geral.

Nome do projeto:

Hidroplan

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal do Ribeirão Pirai

Descrição do projeto:

Projeto destinado à recuperação ambiental e à redução do impacto causado por diferentes atores nos recursos naturais que se estendem pelos municípios consorciados. As ações do plano vão desde a readequação do controle da vazão das barragens presentes na região, ao controle de fontes locais poluidoras das águas. No projeto, são estudadas as três principais barragens da localidade e as suas relações com os di-

ferentes problemas que acometem a região. Identifica-se também medidas cabíveis que podem contribuir para a solução dos problemas.

Nome do projeto:

Máquina trituradora de galhos

Nome do consórcio responsável:

Consórcio de Desenvolvimento do Vale do Rio Grande

Descrição do projeto:

A máquina trituradora de galhos, adquirida pelo consórcio em 2019, é de uso compartilhado entre os municípios membros do consórcio e aumentou efetivamente o descarte correto dos galhos dos municípios. A rotatividade da máquina fica sob a coordenação da câmara técnica de meio ambiente e cada prefeitura que a utiliza assina um termo de responsabilidade durante o uso da máquina..

Nome do projeto:

Criação do Plano Integrado de Resíduos Sólidos

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal de Manejo de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de Campinas

Descrição do projeto:

Na virada do ano de 2012 para 2013, o Consórcio Intermunicipal de Manejo de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de Campinas iniciou os trabalhos para a construção do Plano Integrado de Resíduos Sólidos. O grupo embrionário foi composto a partir das indicações dos prefeitos dos municípios membros do consórcio e a equipe de trabalho era formada por servidores públicos regionais atuantes nas áreas de manejo de resíduos sólidos, meio ambiente e inclusão social e/ou econômica dos catadores de materiais re-

ciáveis. A partir daí, iniciaram-se os trabalhos que culminaram na versão final do plano. Seu extenso conteúdo passa por diferentes objetivos, desde a construção de um diagnóstico da situação dos resíduos sólidos gerados no respectivo território à criação de indicadores de desempenho operacional e ambiental dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos.

Nome do projeto:

Estudo metodológico de pagamento por serviços ambientais regionais

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal da Região Oeste Metropolitana de São Paulo (Cioeste)

Descrição do projeto:

O estudo sobre pagamentos por serviços ambientais regionais foi iniciado em dezembro de 2016 com o objetivo de desenvolver uma metodologia para a conservação de áreas florestais protegidas da região e para restauro de áreas degradadas com obrigação de recomposição florestal.

Nome do projeto:

Usina de compostagem de lixo

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal Tietê-Paraná (CITP)

Descrição do projeto:

Construção de uma usina de compostagem de lixo nos municípios de São Manuel e Mineiros do Tietê para realizar o descarte consciente do lixo, uma vez que os locais utilizados no momento não terão suas licenças renovadas. Um segundo objetivo é, no futuro, reduzir o custo da energia elétrica, a partir da transformação do lixo em energia.

No momento, o consórcio busca parcerias para construir a usina de compostagem de lixo.

Nome do projeto:

Triturador de entulhos

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista (Ciop)

Descrição do projeto:

O projeto foi desenvolvido para atender a demanda de destinação correta dos resíduos da construção civil dos municípios, possibilitando o uso intensivo desses deles e a redução de custos aos municípios.

Foi realizado um convênio com o Ministério Público do Estado de São Paulo para a compra de uma usina móvel com capacidade de moagem de 100 toneladas/hora de resíduos da construção civil. No momento, os municípios estão construindo a infraestrutura que permitirá o funcionamento do projeto.

Nome do projeto:

Manejo conservacionista do solo

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal Ribeirão Lajeado (CIRL)

Descrição do projeto:

No projeto foram construídas bacias coletoras de águas pluviais e curvas de nível, junto às estradas rurais e terraços dos pequenos e médios proprietários rurais com o objetivo de reduzir a erosão e o assoreamento da bacia do Ribeirão Lajeado. O projeto surgiu da necessidade de realizar serviços de proteção, recuperação e preservação junto ao Ribeirão Lajeado, único manancial de abastecimento público do município de Penápolis.

Nome do projeto:

Conservação das nascentes

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal Ribeirão Lajeado (CIRL)

Descrição do projeto:

Ocorre a revitalização das nascentes do Ribeirão Lajeado e de seus principais afluentes, como o Córrego do Saltinho, o Córrego do Galinari, o Córrego do Santana e o Córrego do Araponga.

O público-alvo é a população dos municípios de Alto Alegre, Barbosa e Penápolis que depende da conservação das nascentes e dos afluentes do Ribeirão Lajeado para garantir seu abastecimento.

Nome do projeto:

Transbordo de resíduos sólidos

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da região do Circuito das Águas

Descrição do projeto:

Projeto com o objetivo de realizar o transporte adequado do lixo dos municípios até a estação de transbordo, no município de Socorro, para que seja dada, então, a devida destinação. Ocorre sob a fiscalização da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), uma vez que todo o lixo vai da estação de transbordo para o aterro licenciado da Companhia.

Nome do projeto:

Projeto de descarte de material volumoso

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da região do Circuito das Águas

Descrição do projeto:

Para execução deste projeto, o consórcio

adquiriu caçambas e posicionou-as em algumas áreas da cidade dos municípios membros. O objetivo era dar ao cidadão a possibilidade de realizar o descarte adequado do material volumoso (móveis estragados, colchão, cadeiras etc.), visto que existe uma dificuldade de se destinar esse tipo de matéria da maneira correta. Além disso, o seu descarte inadequado gera sérios prejuízos socioambientais.

Nome do projeto:

Triturador de galhos

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista (Ciop)

Descrição do projeto:

O projeto foi criado com os objetivos de se utilizar os recursos de maneira mais intensiva e de reduzir o custo das podas de árvores urbanas para os municípios. Para a compra de equipamentos, firmou-se convênio com o Ministério Público do Estado de São Paulo. No momento, aguarda-se a liberação da prestação de contas por parte da Caixa Econômica Federal para iniciar o funcionamento do projeto.

Nome do projeto:

Coleta seletiva

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Ambiental Sustentável (Cidas)

Descrição do projeto:

Gerenciamento da coleta seletiva com o objetivo de aumentar a porcentagem do lixo reciclado nos municípios consorciados. O consórcio, em parceria com uma cooperativa local, realiza a coleta seletiva porta a porta e em pontos de recebimento.

Nome do projeto:

Coleta de óleo de cozinha

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Ambiental Sustentável (Cidas)

Descrição do projeto:

Gerenciamento da coleta de óleo de cozinha nos municípios consorciados com o objetivo de reduzir o descarte inadequado.

Nome do projeto:

Coleta de pilhas e baterias

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Ambiental Sustentável (Cidas)

Descrição do projeto:

Gerenciamento da coleta de pilhas e baterias nos municípios consorciados com o objetivo de reduzir o descarte inadequado.

Nome do projeto:

Coleta de lâmpadas fluorescentes

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Ambiental Sustentável (Cidas)

Descrição do projeto:

Gerenciamento da coleta de lâmpadas fluorescentes nos municípios consorciados com o objetivo de reduzir o descarte inadequado.

Nome do projeto:

Coleta de pneus

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Ambiental Sustentável (Cidas)

Descrição do projeto:

Gerenciamento da coleta de pneus nos municípios consorciados com o objetivo de reduzir o descarte inadequado.

Nome do projeto:

Coleta de medicamentos vencidos

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Ambiental Sustentável (Cidas)

Descrição do projeto:

Gerenciamento da coleta de medicamentos vencidos nos municípios consorciados com o objetivo de reduzir o descarte inadequado.

Nome do programa:

Compra consorciada

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal do Vale do Parapanema (Civap)

Descrição do programa:

A contratação de transporte e destinação de resíduos sólidos urbanos, busca atender as demandas dos municípios consorciados, gerando grande economia na aquisição desse bem. Além de aumentar a transparência e a participação de mais fornecedores no processo com o uso do pregão (presencial ou eletrônico).

Saúde

Nome do projeto: Contratos de gestão compartilhada com os municípios

Nome do consórcio responsável: Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista (Ciop)

Descrição do projeto:

O Ciop possui contratos de gestão compartilhada com os municípios consorciados na área da saúde, sendo eles: 2 Unidades de Pronto Atendimento (UPA); 6 Serviços Residenciais Terapêuticos (STR-II; 1 unidade de acolhimento adulto; 1 unidade de acolhimento infantil; 1 Centro de Atenção Psicossocial (CAPS-III); 1 Centro de Atenção Psicossocial (CAPS-I); e 20 Unidades Básicas de Saúde (UBS).

Foram esses contratos que permitiram a realização, nas UPAs, de 200 mil atendimentos, entre consultas médicas, atendimentos odontológicos e procedimentos de enfermagem.

Nome do programa:

Compras compartilhadas de medicamentos

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal da Região Oeste Metropolitana de São Paulo (Cioeste)

Descrição do programa:

O consórcio realiza uma ata de registro de preços de medicamentos para o atendimento básico de saúde dos municípios desde 2018 para possibilitar a redução de valores na aquisição de medicamentos, mediante economia de escala por registro de preços para toda a região, o que também proporciona maior celeridade na entrega do produto aos municípios. O consórcio monitora o sucesso do programa por meio do percentual de redução dos preços dos medicamentos licitados pelos municípios.

Nome do projeto:
aplicativo COVIData

Nome do consórcio responsável: Consórcio Intermunicipal Grande ABC

Descrição do projeto:

Projeto desenvolvido em parceria com a Universidade Federal do ABC (UFABC) em 2020. O COVIData é uma ferramenta web destinada à captação, tratamento e fornecimento de dados sobre a covid-19 de maneira fácil, clara, acessível e atualizada, realizando triagens sobre os casos suspeitos e as regiões onde se encontram. O objetivo com a criação da ferramenta foi permitir que a população e as secretarias municipais de saúde pudessem agir contra o novo coronavírus a partir do conhecimento geral pelas informações coletadas. Nesse projeto, o Consórcio foi agente fundamental para permitir a adequada comunicação entre a comunidade de pesquisadores e o meio político, facilitando a articulação entre os agentes.

Nome do programa:

Unidade/Serviço de Alta Complexidade em Oncologia (Unacon)

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal do Vale do Parapanema (Civap)

Descrição do programa:

O Civap administra o serviço de alta complexidade em oncologia. O Unacon atende os usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), provenientes das demandas regionais, tanto no ambulatório quanto na internação do Hospital Regional de Assis.

Mantêm a assistência à saúde adequada aos pacientes ambulatoriais e internados e a realização de procedimentos cirúrgicos, no que se refere a usuários com diagnósticos de neoplasia, considerando os parâmetros referentes à Portaria MS nº 140, de 27 de fevereiro de 2014.

Para tanto, possui convênio com o governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Saúde.

Nome do programa:

Serviço de Atendimento Móvel de Urgência e Emergência (Samu)

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal do Vale do Parapanema (Civap)

Descrição do programa:

O consórcio gerencia o Samu Regional Assis desde junho de 2014. O serviço conta com uma base centralizada no município de Assis e três bases descentralizadas nos municípios de Tarumã, Palmital e Paraguaçu Paulista.

O Samu atende a demanda dos municípios de Assis, Borá, Cândido Mota, Cruzália, Florínea, Lutécia, Maracáí, Palmital, Paraguaçu Paulista, Pedrinhas Paulista, Platina e Tarumã.

Nome do projeto:

Ação de enfrentamento regional à covid-19

Nome do consórcio responsável:

Consórcio de Desenvolvimento do Vale do Rio Grande

Descrição do projeto:

O Consórcio realizou diversos encontros com especialistas, durante a pandemia de 2020, desde técnicos que são referências na área da saúde, como pesquisadores da USP e da UNIFESP, a agentes de saúde responsáveis por ações práticas de enfrentamento do covid-19, como agentes do governo federal e do Sebrae-SP. Após essas reuniões, o Consórcio atuava regionalmente, por meio da produção de informes semanais disparados aos municípios membros. A solução municipal integrada

permitiu um aumento da velocidade na tomada de decisões importantes em relação à prevenção da covid-19 e à redução do impacto causado pela desinformação, típica de momentos históricos conturbados, como o atual.

Nome do programa:

Serviço de Assistência Especializada e Centro de Testagem e Aconselhamento (SAE/CTA)

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região de Jales (Consirj)

Descrição do programa:

O Consirj gerencia o Serviço de Assistência Especializada e o Centro de Testagem e Aconselhamento (SAE/CTA). Em 2019, foram realizados 1.575 atendimentos na especialidade de infectologia e, em 2020 (até setembro), 1.023 atendimentos na mesma especialidade

Nome do programa:

Ambulatório de saúde mental

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região de Jales (Consirj)

Descrição do programa:

O Consirj gerencia o ambulatório de saúde mental que atende a demanda de todos os municípios consorciados. Em 2018, foram realizados 4.374 atendimentos e, em 2020 (até setembro), 3.263 atendimentos.

Nome do programa:

Centro de Diagnóstico Regional de Jales

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região de Jales (Consirj)

Descrição do programa:

O Consórcio gerencia o Centro de Diagnósticos presentes em todos os municípios consorciados. Em 2019, foram realizadas 1.790 endoscopias, 723 mamografias e 6.336 ultrassonografias. Até setembro de 2020, foram realizadas 1.242 endoscopias, 148 mamografias e 2.945 ultrassonografias.

Nome do programa:

Centro de Especialidades Odontológicas (CEO)

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região de Jales (Consirj)

Descrição do programa:

O Consórcio gerencia o Centro de Especialidades Odontológicas (CEO). Esse programa foi criado com o objetivo de aumentar o acesso e a qualidade da saúde bucal e odontológica da população dos municípios consorciados. Em 2019, foram realizados 21.635 procedimentos. Em 2020 (até setembro), foram realizados 6.084.

Nome do programa:

Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24h Regional de Jales

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região de Jales (Consirj)

Descrição do programa:

O Consirj gerencia as Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) 24 horas, em todos os municípios consorciados. Em 2019, foram realizados 86.601 atendimentos; 59.106 exames laboratoriais e 18.999 exames radiológicos. Em 2020 (até setembro), foram realizados 45.375 atendimentos; 42.890 exames laboratoriais e 9.782 exames radiológicos.

Nome do projeto:

Programa de credenciamento de especialidade de médicos e laboratórios a preço da tabela SUS

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista (Ciop)

Descrição do projeto:

Atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) em consultas médicas nas áreas de cirurgia geral, ortopedia, otorrinolaringologia, neurologia (adulto e infantil), cardiologia (laudo de eletrocardiograma), clínico geral e fisioterapia.

Para tanto, foi realizado credenciamento de clínicas particulares dos municípios consorciados com o objetivo de aumentar a agilidade e a qualidade do atendimento dos usuários do SUS.

Nome do projeto:

Compra de material EPI - pandemia da covid-19

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal do Grande ABC

Descrição do projeto:

Para enfrentamento da pandemia da covid-19 de maneira regionalizada, o Consórcio Intermunicipal do Grande ABC comprou 14 milhões de equipamentos de proteção individual, entre luvas, máscaras descartáveis, avental descartável, óculos de proteção e álcool em gel. O valor de R\$ 11,5 milhões foi dividido proporcionalmente, conforme os itens e as quantidades solicitados por cada município. Tratou-se de uma compra coletiva, mas com faturamento realizado individualmente pelos municípios membros do consórcio.

Nome do projeto:

Serviço de Atendimento Referenciado de Urgência e Emergência (NAR).

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema (Civap)

Descrição do programa:

O programa teve início em dezembro de 2014, com a assinatura de uma parceria entre o Hospital Regional de Assis e o governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Saúde.

O Serviço de Atendimento Referenciado de Urgência e Emergência atende apenas casos classificados como risco "vermelho", encaminhados pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) ou casos encaminhados pelos municípios de referência, em caráter de urgência e emergência.

Nome do projeto:

Projeto Redes

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal da Região Oeste Metropolitana de São Paulo (Cioeste)

Descrição do projeto:

O Consórcio oferece consultoria aos municípios para atendimento das demandas de integração intersetorial identificadas nos cuidados aos dependentes químicos. Foi realizado um diagnóstico pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), levantando o número de usuários e atendimentos, porém eles ainda não foram entregues.

Nome do programa:

Samu 192 Regional de Jales

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região de Jales (Consirj)

Descrição do programa:

O Consirj gerencia o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) Regional de Jales que atende todos os municípios consorciados. Em 2019, foram realizados 12.704 atendimentos e, em 2020 (até setembro), 11.300.

Nome do programa:

Clínica de especialidades

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Penápolis (Cisa)

Descrição do programa:

O Consórcio gerencia o ambulatório de especialidades, o ambulatório de ortopedia e o serviço de assistência especializada (IST/HIV) para atender os municípios consorciados. Os atendimentos ocorrem nas especialidades de cardiologia, dermatologia, endocrinologia, fonoaudiologia, gastroenterologia, cirurgia plástica, cirurgia geral, infectologia, neurologia, oftalmologia, ortopedia, otorrinolaringologia, urologia, endoscopia e eletroencefalograma (EEG).

Nome do programa:

Centro de Atenção Psicossocial CAPS-I Regional de Jales.

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região de Jales (Consirj)

Descrição do programa:

O Consórcio gerencia o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS I) Regional de Jales com o objetivo de transformá-lo em referência no tratamento de pessoas acometidas de dependência química e na reintegração e reinserção do paciente em seu contexto social.

Nome do projeto:

Compras Compartilhadas

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista (Ciop)

Descrição do projeto:

Envolve 18 dos 21 municípios consorciados na compra de medicamentos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename), medicamentos não pertencentes à RENAME, equipamentos usados na nutrição enteral e insumos de tratamento a diabetes. Esse programa tem por objetivo a redução dos custos dos medicamentos para os municípios.

O programa possibilitou uma redução de custos entre 45% e 55%, tanto dos medicamentos da Rename quanto dos não pertencentes à RENAME para cada município participante. Uma redução de custos de 35% para cada município dos equipamentos utilizados na nutrição enteral; além de uma redução de custos entre 70% e 80% nos insumos de diabetes.

Nome do projeto:

Compra de equipamento de proteção individual

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal do Alto do Vale do Paranapanema (Amvapa)

Descrição do projeto:

Durante a pandemia da covid-19 o volume de compra de equipamentos como máscaras, escudos faciais e álcool em gel aumentou exponencialmente. Por isso, a Amvapa montou um breve projeto de construção de uma ata de registro de preço, que permitiu a compra desses materiais pelos municípios consorciados a um preço inferior ao que pagariam se comprassem separadamente. A aquisição coletiva do material reduziu em aproximadamente 60% o custo final para cada município, se comparado com o valor a ser pago por cidade no caso da compra isolada.

Nome do programa:

Programa CAPS-AD

Nome do consórcio responsável: Consórcio Intermunicipal do Extremo Noroeste de São Paulo (Ciensp)

Descrição do programa:

O CAPS-AD é um centro de tratamento, desenvolvido pelo Ciensp para pessoas que apresentam dependência química (álcool e/ou drogas) cuja severidade e/ou persistência justifiquem sua permanência em tratamento.

Os objetivos do Programa são:

Tornar-se um lugar de referência e tratamento para pessoas que apresentam dependência química e reintegrar o paciente em seu contexto social.

O Programa atende 940 pacientes dos municípios de Castilho, Guaraçaí, Itapura, Lavínia, Mirandópolis, Murutinga do Sul, Nova Independência e Pereira Barreto. Existem três tipos de tratamento: intensivo, acompanhamento diário com equipe multidisciplinar; semi-intensivo, acompanhamento de 2 a 3 vezes por semana e grupos terapêuticos; não intensivo, acompanhamento ambulatorial e grupos terapêuticos.

Nome do programa:

Laboratório Local Adolfo Lutz de Análises Clínicas

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Penápolis (Cisa)

Descrição do programa:

O Laboratório Local Adolfo Lutz de Análises Clínicas foi criado com o objetivo de racionalizar os recursos da área de saúde e garantir a prestação de serviços especializados, principalmente aos municípios de menor porte.

Nome do programa:

Compras compartilhadas de medicamento

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Penápolis (Cisa)

Descrição do programa:

Ata de registro de preços de medicamentos, criada pelo Consórcio, para o atendimento básico de saúde dos municípios com o objetivo de possibilitar a redução de valores na aquisição de medicamentos, mediante economia de escala por registro de preços para toda a região, o que também proporciona maior celeridade na entrega do produto aos municípios.

Nome do programa:

Cirurgias eletivas

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema (Civap)

Descrição do programa:

O Consórcio realiza o credenciamento de profissionais médicos das especialidades necessárias para a realização das cirurgias eletivas, avaliações em clínica neurológica e avaliações com anestesiológico.

O objetivo do programa é realizar procedimentos cirúrgicos eletivos de média e baixa complexidade para usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) de demanda reprimida da região de Assis e Ourinhos, que são referenciados por meio da Central de Regulação de Ofertas e Serviços de Saúde (Cross).

Nome do programa:

Exames complementares

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Alta Paulista (Cisap)

Descrição do programa:

O Consórcio gerencia os exames complementares de ultrassonografia, tomografia computadorizada e de raio-X desde 2015.

Nome do programa:

Pequenos procedimentos

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Alta Paulista (Cisap)

Descrição do programa:

O Consórcio promove atendimento para a população dos municípios consorciados na realização de pequenos procedimentos nas áreas de ortopedia, oftalmologia, cardiologia e odontologia, além de laudos de eletrocardiograma.

Nome do programa:

Atendimentos odontológicos

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Alta Paulista (Cisap)

Descrição do programa:

O Cisap promove a realização de consultas odontológicas e a manutenção de aparelho ortodôntico para a população dos municípios consorciados.

Nome do programa:

Consultas médicas especializadas

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Alta Paulista (Cisap)

Descrição do programa:

O Consórcio gerencia as consultas médicas especializadas desde 2015, com o objetivo de promover o atendimento para a população dos municípios consorciados. As consultas médicas ocorrem nas especialidades de: ortopedia, oftalmologia, psiquiatria, cardiologia e ginecologia/obstetrícia.

Nome do programa:

Gerenciamento do Samu regional

Nome do consórcio responsável:

União dos Municípios da Média Sorocabana (Ummes)

Descrição do programa:

Gerenciamento do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) Regional de Ourinhos com o objetivo de aumentar o acesso e a qualidade dos serviços nos municípios consorciados.

Nome do programa:

Centro de Atenção Psicossocial

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Penápolis (Cisa)

Descrição do programa:

Gestão do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS-II) e Centro de Atenção Psicossocial (CAPS AD).

Nome do programa:

Compra compartilhada

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal do Vale do Parapanema (Civap)

Descrição do programa:

A compra compartilhada de medicamentos, de material de enfermagem, de material odontológico, de ambulâncias pick-up e furgão, e transporte de Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) móvel, busca atender as demandas dos municípios consorciados, gerando grande economia na aquisição desse bem. Além de aumentar a transparência e a participação de mais fornecedores no processo com o uso de pregão (presencial ou eletrônico).

Segurança Pública

Nome do projeto:

Centro de Formação Regional em Segurança Pública

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal do Grande ABC

Descrição do projeto:

O Centro de Formação foi criado em 2014 e possui como objetivo integrar a formação de cerca de 2.500 guardas civis municipais do ABC, visando fortalecer as ações preventivas dos guardas dos municípios membros do consórcio por meio de uma matriz curricular única, em consonância com a Política Nacional de Segurança Pública e com os Direitos Humanos. objetivo de reduzir o descarte inadequado.

Tecnologia

Nome do projeto:

Coletor e-Social

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal de Informática (CIN)

Descrição do projeto:

O projeto foi desenvolvido com o objetivo de fornecer aos municípios consorciados sistemas necessários para o controle administrativo, funcional e financeiro a serem gerenciados nas políticas públicas, de acordo com as normas legais e determinações específicas de cada esfera de governo. Sua implementação permitiu a assinatura de arquivos .xml e transmissão dos mesmos para os ambientes disponíveis (produção e teste).

Os softwares (sistemas de informática) desenvolvidos foram atualizados ou desenvolvidos novos, atendendo na íntegra as mudanças que ocorreram no período determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) e Secretaria do Tesouro Nacional.

Nome do projeto:

Sistema de compras e licitação

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal de Informática (CIN)

Descrição do projeto:

O projeto foi desenvolvido com o objetivo de fornecer aos municípios consorciados sistemas necessários para controle administrativo, funcional, financeiro, a serem gerenciadas nas políticas públicas, de acordo com as normas legais e determinações específicas de cada esfera de governo.

Foram atualizados os softwares (sistemas de informática) desenvolvidos ou iniciado o desenvolvimento de novos softwares, atendendo na íntegra às mudanças que ocorreram no período determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) e Secretaria do Tesouro Nacional.

Nome do projeto:

Sistema de tributos nas prefeituras

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal de Informática (CIN)

Descrição do projeto:

O projeto foi desenvolvido com o objetivo de fornecer aos municípios consorciados sistemas necessários para controle administrativo, funcional, financeiro, a serem gerenciadas nas políticas públicas, de acordo com as normas legais e determinações específicas de cada esfera de governo.

Foram atualizados os softwares (sistemas de informática) desenvolvidos ou iniciado o desenvolvimento de novos softwares, atendendo na íntegra às mudanças que ocorreram no período determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) e Secretaria do Tesouro Nacional.

Nome do projeto:

Manutenção (parametrização, geração e impressão) dos arquivos xml relacionados ao eSocial

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal de Informática (CIN)

Descrição do projeto:

O projeto foi desenvolvido com o objetivo de fornecer aos municípios consorciados sistemas necessários para controle administrativo, funcional, financeiro, a serem gerenciadas nas políticas públicas, de acordo com as normas legais e determinações específicas de cada esfera de governo.

Foram atualizados os softwares (sistemas de informática) desenvolvidos ou iniciado o desenvolvimento de novos softwares, atendendo na íntegra às mudanças que ocorreram no período determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) e Secretaria do Tesouro Nacional.

Nome do projeto:

Nota Fiscal Eletrônica, Diário Oficial Eletrônico e Transparência

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal de Informática (CIN)

Descrição do projeto:

Sistema de emissão de notas fiscais de serviço que substituirá as tradicionais notas fiscais impressas. O sistema permite as consultas do livro digital, das notas fiscais, das guias de pagamento; relatórios dos prestadores e tomadores, dos serviços; redução dos custos de papel e impressão; maior poder de fiscalização dos contribuintes, diminuindo as sonegações; e a redução de erros de escrituração.

Nome do projeto:

Reestruturação e remodelação de todos os sistemas para web

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal de Informática (CIN)

Descrição do projeto:

O projeto foi desenvolvido com o objetivo de fornecer aos municípios consorciados sistemas necessários para o controle administrativo, funcional, financeiro, a serem gerenciadas nas políticas públicas, de acordo com as normas legais e determinações específicas de cada esfera de governo.

Foram atualizados os softwares (sistemas de informática) desenvolvidos ou iniciado o desenvolvimento de novos softwares, atendendo na íntegra às mudanças que ocorreram no período determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) e Secretaria do Tesouro Nacional.

Nome do projeto:

Integração dos sistemas

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal de Informática (CIN)

Descrição do projeto:

O projeto foi desenvolvido com o objetivo de fornecer aos municípios consorciados sistemas necessários para controle administrativo, funcional, financeiro, a serem gerenciadas nas políticas públicas, de acordo com as normas legais e determinações específicas de cada esfera de governo.

Foram atualizados os softwares (sistemas de informática) desenvolvidos ou iniciado o desenvolvimento de novos softwares, atendendo na íntegra às mudanças que ocorreram no período determinadas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP) e Secretaria do Tesouro Nacional.

Transporte

Nome do projeto:

Projeto de mobilidade urbana

Nome do consórcio responsável:

Consórcio Intermunicipal da Região Sudeste da Grande São Paulo

Descrição do projeto:

Projeto desenvolvido no fim de 2019, com a finalidade de viabilizar a conexão terrestre entre a Rodovia Raposo Tavares e a BR-116. O resultado almejado com a implementação do projeto é reduzir o fluxo entre a Rodovia Raposo Tavares e o Rodoanel por meio da criação de uma rota alternativa. Para a concretização do projeto, o Consórcio realizou uma série de eventos que contou com a participação de atores locais: comerciantes e empresários. A mobilização deste público foi feita para alavancar apoiadores da ideia e, dessa maneira, angariar apoio local ao projeto. Além disso, após um contato com o DER, elaborou-se um pré-projeto executivo que permitiu ao consórcio levar a ideia à esfera estadual e conseguir um apoio político e econômico-financeiro nesse nível sub-nacional.

Turismo

Nome do Projeto:

Construção do Trem Republicano

Consórcio Responsável:

Consórcio Intermunicipal do Trem Republicano

Descrição do Projeto:

O projeto da Construção do Trem Republicano surgiu em 2005, após a apresentação de um trabalho em que se expunha a história da antiga Companhia de Estrada de Ferro Ituana, inaugurada em 1873. O objetivo do projeto é realizar a construção dos trilhos necessários à interligação das antigas estações ferroviárias entre Salto e Itu. Teve início no ano de 2008, mesmo ano de criação do consórcio, quando as prefeituras de Salto e Itu conseguiram R\$ 4 milhões do Ministério do Turismo para executar a obra.

Além disso, em 2010, o projeto recebeu a concessão pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT), dos trilhos necessários para a execução de parte da quilometragem da futura ferrovia. Após a retomada das obras, em 2018, o projeto tinha conclusão prevista para o fim de 2020. Com o seu término, almeja-se reforçar a vocação turística de ambas as cidades, além de permitir à população local a preservação de sua memória e uma oportunidade de desfrutar do passeio.

Nome do Projeto:

Cuesta Cicloturismo

Consórcio Responsável:

Polo Regional de Desenvolvimento Turístico

Descrição do Projeto:

O projeto Cuesta Cicloturismo, é uma iniciativa do Polo Turístico Cuesta, que consiste em uma variedade de roteiros de aventura para viagens de bicicleta. O projeto também contempla outras modalidades, com roteiros para viagens de mochileiros, cavaleiros e pilotos de veículos off-road. Todas as rotas receberam sinalização padronizada e seguem o conceito de roteiros autoguiados. O projeto foi concebido para aumentar a atração turística da região pelo oferecimento de possibilidades de conexão com a natureza.

Nome do projeto:

RT Angra Paulista

Consórcio responsável:

União dos Municípios da Média Sorocabana (Ummes)

Descrição do projeto:

A região do reservatório da usina hidrelétrica de Chavantes, localizada no rio Paranapanema, entre São Paulo e Paraná, foi definida como Área Especial de Interesse Turístico, por meio da Lei nº 13.921, de 4 de dezembro de 2019. Denominada de Angra Doce, a área abrange os municípios de Carlópolis, Jacarezinho, Ribeirão Claro, Salto do Itararé e Siqueira Campos, no estado do Paraná, e os municípios de Barão de Antonina, Bernardino de Campos, Canitar, Chavantes, Fartura, Ipaussu, Itaporanga, Ourinhos, Piraju e Timburi, no estado de São Paulo, em sua maioria, são municípios consorciados a Ummes.

A usina formou um lago que conferiu aos municípios do seu entorno o potencial para o desenvolvimento de atividades de entretenimento e lazer, como canoagem, rafting, trekking, voo livre, paraplanagem e passeios náuticos, com condições de se tornar um importante destino turístico do país.

Por essas razões, a Ummes iniciou um projeto com o objetivo de concretizar esse potencial turístico local. No momento, as negociações foram interrompidas em razão da pandemia da covid-19.

Nome do Projeto:

Participação no Projeto Rotas Cênicas do Estado de São Paulo

Consórcio Participante:

Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira e Litoral Sul (Codivar)

Descrição do Projeto:

Iniciativa que prevê uma série de intervenções em rodovias paulistas para valorizar mais a experiência do viajante – skywalks (passare-

las elevadas), paradores, mirantes e postos de informações. A Secretaria de Logística e Transportes do Estado de São Paulo vai incorporar o projeto ao edital de recuperação das estradas do Vale do Ribeira, que devem receber R\$ 200 milhões em investimentos, incluindo as adequações necessárias para viabilizar as rotas cênicas. Para integração ao projeto, o Codivar, por meio do seu secretário executivo, coordenou a articulação e a integração das Secretarias Municipais de Turismo com a Secretaria Estadual, facilitando o andamento das atividades.

Nome do Projeto:

Capacitação municipal para captação de recursos da Lei Aldir Blanc

Consórcio Responsável:

Consórcio Intermunicipal Culturando
Descrição do Projeto:

Nome do Projeto:

Gestão compartilhada do complexo turístico Cidade da Criança

Consórcio Responsável:

Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista (Ciop)

Descrição do Projeto:

Manutenção dos parques ecológico e aquático do complexo turístico Cidade da Criança, em Presidente Prudente, desde 2016.

Glossário

Definição dos principais conceitos

Câmaras Técnicas

Espaços técnicos que se encontram dentro dos Consórcios Intermunicipais. São ocupados por especialistas e têm como objetivo estudar e oferecer sugestões e embasamento técnico sobre assuntos específicos para decisões do órgão colegiado.

Consórcios Intermunicipais

Os consórcios intermunicipais são conceituados como “pessoa jurídica formada exclusivamente por Entes da Federação, na forma da Lei 11.107, de 2005, para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, ou como pessoa jurídica de direito privado sem fins econômicos.

Protocolo de Intenções

Documento a ser celebrado e subscrito pelos representantes legais dos entes da Federação antes dos interessados em iniciarem um Consórcio Intermunicipal prossigam seu intento.

Contrato de Programa

Instrumento pelo qual devem ser constituídas e reguladas as obrigações que um ente da Federação, inclusive sua administração indireta, tenha para com outro ente da Federação, ou para com consórcio público, no âmbito da prestação de serviços públicos por meio de cooperação federativa;

Contrato de Rateio

O Contrato de Rateio é o meio pelo qual os Entes consorciados comprometem-se a fornecer recursos financeiros para a realização das despesas do consórcio público (art. 2º, VII, do Decreto 6.017/2007). Mas para isso, em respeito à legislação fiscal, é necessário que cada Ente consorciado faça os devidos ajustes em suas normas orçamentárias (Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA) para que os recursos sejam destinados em respeito ao princípio da legalidade.

Grupos de Trabalho

Espaços de cooperação entre os consórcios intermunicipais e a sociedade civil e outros atores para desenvolvimento e até mesmo execução de projetos. Também podem servir como espaços de discussão e estudo conjunto.

Protocolo de Intenções

Documento a ser celebrado e subscrito pelos representantes legais dos entes da Federação antes dos interessados em iniciarem um Consórcio Intermunicipal prossigam seu intento.

Termo de Parceria

Instrumento passível de ser firmado entre consórcio público e entidades qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, destinado à formação de vínculo de cooperação entre as partes para o fomento e a execução de atividades de interesse público previstas no art. 3º da Lei no 9.790, de 23 de março de 1999.

Definição dos indicadores utilizados

1. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

O conceito de desenvolvimento humano nasceu definido como um processo de ampliação das escolhas das pessoas para que elas tenham capacidades e oportunidades para serem aquilo que desejam ser. Diferentemente da perspectiva do crescimento econômico, que vê o bem-estar de uma sociedade apenas pelos recursos ou pela renda que ela pode gerar, a abordagem de desenvolvimento humano procura olhar diretamente para as pessoas, suas oportunidades e capacidades.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano.[]

O IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH Global - longevidade, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. O IDHM - incluindo seus três componentes, IDHM Longevidade, IDHM Educação e IDHM Renda - conta um pouco da história dos municípios em três importantes dimensões do desenvolvimento humano durante duas décadas da história brasileira.

Classificação do IDHM - definição do Atlas Brasil (IPEA)

1. Muito alto (acima de 0,800)
2. Alto (0,700 até 0,799)
3. Médio (0,600 até 0,699)
4. Baixo (0,500 até 0,599)
5. Muito baixo (0,000 até 0,499)

2. PIB per capita

Valor médio agregado por indivíduo, em moeda corrente e a preços de mercado, dos bens e serviços finais produzidos em determinado espaço geográfico, no ano considerado. Indicador que mede a produção, por habitante, do conjunto dos setores da economia. Além disso, indica o nível de riqueza econômica, possibilitando a comparação entre regiões.

3. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica é calculado a partir de dois indicadores: um que mede o aprendizado dos alunos brasileiros em português e matemática (Prova Brasil); e outro que mede o fluxo escolar (taxa de aprovação do Censo Escolar). Numericamente, o IDEB é o resultado da multiplicação desses dois componentes: aprendizado vs. fluxo.

4. Bacia Hidrográfica

Entende-se por Bacias Hidrográficas, localidades da superfície terrestre separadas topograficamente entre si, cujas áreas funcionam como receptores naturais das águas da chuva. Devido a isso, todo o volume de água captado não infiltrado é automaticamente escoado por meio de uma rede de drenagem das áreas mais altas para as mais baixas, seguindo uma hierarquia fluvial, até concentrarem-se em um único ponto, formando um rio principal.

5. Despesas orçamentárias (empenhadas)

Valor do orçamento público formalmente reservado (pela emissão do empenho) para compromissos assumidos com terceiros. É um dos “estágios” da execução da despesa estadual com vistas ao atendimento das necessidades coletivas e ao cumprimento das responsabilidades institucionais.

<http://tabnet.datasus.gov.br>
<http://portal.mec.gov.br>
<http://www.ufscar.br/aprender/aprender/2010/06/bacias-hidrograficas>
<http://sr>

Contato dos
Consórcios

- 01 Nome do consórcio:** Consórcio Intermunicipal Ribeirão Lajeado (CIRL)
Telefone: (18) 3654-6100
E-mail: crlajeado@daep.com.br
Site: <https://www.daep.com.br/cirl>
- 02 Nome do consórcio:** Consórcio Intermunicipal do Trem Republicano (CITREM)
Telefone: (11) 3121-0465 / (11) 3675-0859
E-mail: financeiro.citrem@gmail.com
Site: <http://citrem.sp.gov.br/>
- 03 Nome do consórcio:** Consórcio Intermunicipal Culturando
Telefone: (11) 3241-3919 / (11) 3241-1040 / (11) 99971-2527
E-mail: consorcio culturando@gmail.com
Site: <https://www.consorcio culturando.com.br/>
- 04 Nome do consórcio:** Consórcio de Desenvolvimento da Região Sul e Sudoeste do Estado de São Paulo
Telefone: (15) 3521-3365 / 997558014
E-mail: condersul.1995@gmail.com
Site: <http://condersul.com.br/condersul/>
- 05 Nome do consórcio:** Consórcio Público Intermunicipal de Saúde da Região de Catanduva
Telefone: (17) 3531-9780 / (17) 3531-9780
E-mail: consirc@gmail.com
Site: <https://www.consirc.sp.gov.br/institucional>
- 06 Nome do consórcio:** Consórcio Intermunicipal do Extremo Noroeste de São Paulo (CIENSP)
Telefone: (18) 3702-3150 / (18) 3723-5280
E-mail: coordenacao@ciensp.com.br
Site: <https://www.ciensp.sp.gov.br/>
- 07 Nome do consórcio:** Consórcio Intermunicipal do Polo Turístico do Circuito das Águas Paulista
Telefone: (19) 3892-1015
E-mail: administrativa@circuitodasaguaspaulista.sp.gov.br
Site: <https://www.circuitodasaguaspaulista.com.br/>
- 08 Nome do consórcio:** Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista (CIOP)
Telefone: (18) 3223-1116
E-mail: consorciointermunicipal@ciop.sp.gov.br
Site: <http://www.ciop.sp.gov.br/>

- 09 Nome do consórcio:** Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental
Telefone: (19) 3812-6389
E-mail: ouvidoria@consabambiental.com.br
Site: <https://www.consabambiental.com.br/>
- 10 Nome do consórcio:** Consórcio Intermunicipal de Saneamento Básico da Região do Circuito das Águas
Telefone: (19) 3899-2233 / 3899-2036 / 9 7106-5023
E-mail: falecom@cisbra.eco.br
Site: <http://cisbra.eco.br/>
- 11 Nome do consórcio:** Consórcio Intermunicipal de Saúde da Microrregião de Penápolis (CISA)
Telefone: (18) 3654-2323
E-mail: coordenacao@cisa.sp.gov.br
Site: <http://www.cisa.sp.gov.br>
- 12 Nome do consórcio:** Consórcio Intermunicipal de Saúde do Circuito das Águas
Telefone: (19) 3898-9969
Site: <https://www.conisca.com.br/>
- 13 Nome do consórcio:** Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá
Telefone: (19) 3475-9400
E-mail: agua@agua.org.br
Site: <https://agua.org.br/>
- 14 Nome do consórcio:** Consórcio Intermunicipal de Saúde "08 de abril" (CON8)
Telefone: (19) 3818-4505 / (19) 3891-4489
E-mail: contato@con8.org.br
Site: <https://www.con8.org.br/home/#>
- 15 Nome do consórcio:** Consórcio Intermunicipal do Alto Vale do Paranapanema (AMVAPA)
Telefone: (14) 3351-1358
E-mail: contato@amvapa.com.br
Site: <https://amvapa.com.br/>
- 16 Nome do consórcio:** Consórcio Intermunicipal Cemmil - Saneamento Ambiental
Telefone: (19) 3841-8181 / (19) 3569-5534
E-mail: atendimento@cemmil.com.br
Site: <https://cemmil.com.br>

17 Nome do consórcio: Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Vale do Ribeira e Litoral Sul (CODIVAR)
Telefone: (13) 3844-1183
E-mail: codivar@hotmail.com / codivar@codivar.org.br
Site: <https://codivar.org.br/>

18 Nome do consórcio: Consórcio Intermunicipal Tietê-Paraná (CITP)
Telefone: (14) 3622-6839
E-mail: consorciotieteparana@gmail.com
Site: <https://www.facebook.com/citp.oficial>

19 Nome do consórcio: Consórcio Intermunicipal de Saúde na Região Metropolitana de Campinas (CISMETRO)
Telefone: (19) 3802-2300 / (19) 3802-2221
E-mail: contato@cismetro.com.br
Site: <https://www.cismetro.com.br/>

20 Nome do consórcio: Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema (CIVAP)
Telefone: (18) 3323-2368
E-mail: contato@civap.com.br
Site: <https://www.civap.com.br/>

21 Nome do consórcio: Consórcio Intermunicipal Grande ABC
Telefone: (11) 4435 - 3555
E-mail: contato@consorcioabc.sp.gov.br
Site: <https://consorcioabc.sp.gov.br/>

22 Nome do consórcio: Consórcio Intermunicipal de Informática (CIN)
Telefone: (18) 3652-3239 / (18) 3652-7146
E-mail: adm@infocin.sp.gov.br
Site: <http://www.infocin.sp.gov.br/site/>

23 Nome do consórcio: Consórcio Intermunicipal de Manejo de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de Campinas (CONSIMARES)
Telefone: (19) 3873-8100 / (19) 3873-8106
E-mail: wendellrh@terra.com.br
Site: <https://www.consimares.com.br>

24 Nome do consórcio: Consórcio Intermunicipal Turístico Circuito Litoral Norte
Telefone: (12) 3897-7910
E-mail: assessoria@circuitolitoralnorte.tur.br
Site: <http://www.circuitolitoralnorte.tur.br>

25 Nome do consórcio: Consórcio Intermunicipal dos Bombeiros do Médio Tietê
Telefone: (15) 3282-2270 / (15) 3282-3783
E-mail: contato@cibmt.sp.gov.br
Site: <http://cibmt.sp.gov.br/>

26 Nome do consórcio: Consórcio de Estudos e Recuperação e Desenvolvimento Bacias Rio Sorocaba e Médio Tietê
Telefone: (15) 3244-1538
E-mail: contato@ceriso.com.br
Site: <https://ceriso.com.br/>

27 Nome do consórcio: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Ribeira
Telefone: (13) 3856-9600
E-mail: consaude@consaude.org.br
Site: <http://www.consaude.org.br/>

28 Nome do consórcio: Consórcio Público Intermunicipal de Saúde da Região de Jales (CONSIRJ)
Telefone: (17) 3632-8747 / (17) 3621-4386 / (17) 3632-8765 / (17) 3632-8759
E-mail: consirjconsorcio@yahoo.com.br
Site: <http://consirj.com.br/>

29 Nome do consórcio: Consórcio Intermunicipal Serra Mantiqueira (CISMA)
Telefone: (12) 3666-1122
E-mail: contato@consorciomantiqueira.com.br
Site: <https://www.consorciomantiqueira.com.br/>

30 Nome do consórcio: Consórcio de Desenvolvimento da Região de Governo de São João da Boa Vista (CONDERG)
Telefone: (19) 3663-8000 / (19) 99785 2703
E-mail: ouvidoria@conderg.org.br
Site: <https://conderg.org.br/>

31 Nome do consórcio: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Aquífero Guarani, Vale das Cachoeiras e Horizonte Verde
Telefone: (16) 3951-4046
Site: <https://www.cisavh.com.br>

32 Nome do consórcio: Consórcio Intermunicipal do Ribeirão Pirai
E-mail: administracao@consorciopirai.sp.gov.br
Site: <http://www.consorciopirai.sp.gov.br/>

33 Nome do consórcio: Consórcio Regional Intermunicipal de Saúde (CRIS)
Telefone: (14) 3496-4737 / (14) 3441-5907
E-mail: cris@cris.sp.gov.br / secretaria.executiva@cris.sp.gov.br
Site: <https://www.cris.sp.gov.br/>

- 34** **Nome do consórcio:** União dos Municípios da Média Sorocabana (UMMES)
Telefone: (14) 3373-2288
E-mail: contato@umm.es.com.br
Site: <https://www.umm.es.com.br/>
- 35** **Nome do consórcio:** Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto do Vale do Paraíba
Telefone: (12) 3923-6593
E-mail: adm@consavap.com.br
Site: <https://www.consavap.com.br>
- 36** **Nome do consórcio:** Consórcio Intermunicipal de Direitos da Criança e do Adolescente do Noroeste Paulista
Telefone: (17) 3632-9621
E-mail: contato@corecajales.sp.gov.br
Site: <http://corecajales.sp.gov.br/>
- 37** **Nome do consórcio:** Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá
Telefone: (19) 3601-8962 / (19) 3601-8965
E-mail: arespcj@arespcj.com.br
Site: <http://www.arespcj.com.br>
- 38** **Nome do consórcio:** Consórcio de Desenvolvimento dos Municípios do Alto Tietê
Telefone: (11) 4652-3413
E-mail: condemat@condemat.sp.gov.br / condemataltotiete@gmail.com
Site: <https://condemat.sp.gov.br>
- 39** **Nome do consórcio:** Consórcio Intermunicipal de Saúde da Nova Alta Paulista (CISNAP)
Telefone: (18) 3821-3266/ (18) 99751-6092
E-mail: secretariaexecutiva@cisnap.sp.gov.br
Site: <https://www.cisnap.sp.gov.br>
- 40** **Nome do consórcio:** Consórcio de Municípios da Alta Mogiana (COMAM)
Telefone: (16) 3724-0699
Site: <http://comam.sp.gov.br/>
- 41** **Nome do consórcio:** CConsórcio Intermunicipal da Região Sudeste da Grande São Paulo (CONISUD)
Telefone: (11) 4385-0946
Site: <http://www.conisud.sp.gov.br/>

- 42** **Nome do consórcio:** Consórcio de Desenvolvimento Integrado do Vale do Paraíba (CODIVAP)
Telefone: (12) 3629-3888
E-mail: secretaria@codivap.org.br
Site: <https://www.codivap.org.br/>
- 43** **Nome do consórcio:** Consórcio Intermunicipal da Região Oeste Metropolitana de São Paulo (CIOESTE)
Telefone: (11) 2424-8170
E-mail: contato@cioeste.net
Site: <http://cioeste.sp.gov.br/>
- 44** **Nome do consórcio:** Consórcio de Desenvolvimento do Vale do Rio Grande (CODEVAR)
E-mail: contato@codevar.sp.gov.br
Site: <http://www.codevar.sp.gov.br/>
- 45** **Nome do consórcio:** Consórcio Intermunicipal de Saúde da Alta Paulista (CISAP)
Telefone: (18) 3528-4738
E-mail: administrativo@cisapsp.com.br
Site: <http://www.cisapsp.com.br/>
- 46** **Nome do consórcio:** Polo Regional de Desenvolvimento Turístico
Telefone: (14) 3813-2143
E-mail: polocuesta@hotmail.com
Site: <https://polocuesta.com.br/>
- 47** **Nome do consórcio:** Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Ambiental Sustentável (CIDAS)
Telefone: (17) 3445-1970
E-mail: contato@cidas.eco.br
Site: <http://www.cidas.eco.br/>
- 48** **Nome do consórcio:** Consórcio de Municípios da Mogiana (CMM)
Telefone: (16) 3237-4509 / (16) 3847-1243
E-mail: contato@cmm.sp.gov.br
Site: <http://www.cmm.sp.gov.br/>
- 49** **Nome do consórcio:** Consórcio Público Intermunicipal de Inovação e Desenvolvimento do Estado de São Paulo (CINDESP)
Telefone: (17) 3304-2291
E-mail: cindesp@cindesp.sp.gov.br
Site: <http://cindesp.sp.gov.br/>

